

Edital 3/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2025	240129-CENTRO DE TEC. DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	CELSO PEREIRA	24/04/2025 10:09 (v 12.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	23/2025	01241.000040 /2025-48

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90123/20025

CONTRATANTE (UASG)

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI (240129)

OBJETO

Contratação de seguro patrimonial conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 135.018,99 - cento e trinta e cinco mil, dezoito reais e noventa e nove centavos

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **13/05/2025** às **09h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço global.

Modo de disputa:

Aberto.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90123/20025**

(Processo Administrativo nº 01241.000040/2025-48)

Torna-se público que o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI, por meio da Divisão de Suprimentos - DISUP, sediado na Rod. D. Pedro I (SP 65) s/n, bairro Terminal Intermodal de Cargas, Campinas/SP, CEP 13069-901, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de serviços contínuos de seguro patrimonial para o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será realizada em único item.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Para a presente contratação não haverá o Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *No item único não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. *empresas corretoras de seguros, conforme Acórdão TCU nº 600/2015-Plenário e Parecer nº 06/2015/CPLC/DEPCONSU/ PGF/AGU*

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. A vedação de que trata o item 3.10.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. É vedada a intermediação de empresa corretora na execução de contrato de seguros adquiridos pela Administração Pública, ainda que inexistir vínculo formal direto da corretora com o órgão contratante (TCU, Acórdão nº 600/2015, Plenário, j. em 23.03.2015).

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação NÃO será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 100,00 (cem reais)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 7.20.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.5.2. empresas brasileiras;

7.20.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1.SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.1.2. Serão aceitas assinaturas eletrônicas em declarações e no contrato, desde que utilizadas chaves ICP-Brasil válidas.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar através do **(ANEXO IV)**, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

9.10.1. *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail **dilad@cti.gov.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

9.10.2. *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal **(ANEXO IV)** assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Para a presente contratação não será utilizado o registro de preços.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Para a presente contratação não será adotado o regime de registro de preços.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/cti/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor **do prêmio anual da apólice**.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de **15% a 30%** do valor **do prêmio anual da apólice**.

14.4.3. Para fins de cálculo das multas previstas neste item, considera-se o valor correspondente ao prêmio anual ofertado pela licitante vencedora e registrado na apólice de seguro.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: licitacao@cti.gov.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico:

https://pncp.gov.br/app/editais?q=240129&status=recebendo_proposta&pagina=1

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. **Anexo IA - Esquemas de Prevenção de Incêndio;**

16.11.1.2. **Anexo IB - Relatório de Teste Hidrostático;**

16.11.1.3. **Anexo IC - Certificado da Brigada de Incêndio;**

16.11.1.4. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. *Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;*

16.11.3. *Anexo III – Termo de Ciência e concordância;*

16.11.4. *Anexo IV - Declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto da contratação*

Campinas , abril de 2025

JULIANA KELMY MACÁRIO BARBOZA DAGUANO

Diretora do CTI

CELSO PEREIRA

Agente de contratação

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria nº 51/2019/SEI-CTI, de 29 de abril de 2019

CELSO PEREIRA

Agente de contratação

JULIANA KELMY MACARIO BARBOZA DAGUANO

Autoridade competente

Termo de Referência 7/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2025	240129-CENTRO DE TEC. DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	CELSO PEREIRA	24/04/2025 11:35 (v 10.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	23/2025	01241.000040 /2025-48

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de *serviços contínuos* de **seguro patrimonial para o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de seguro patrimonial para cobertura de riscos sobre o patrimônio mobiliário e imobiliário, incluindo incêndio, raio, explosão, danos elétricos, eventos climáticos (vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo), responsabilidade civil, furto/roubo, alagamento e inundação.	30126	Apólice	1	R\$ 135.018,99	R\$ 135.018,99

1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como **comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **Um Ano** contados da data do início da vigência da Apólice do Seguro, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como *continuado* tendo em vista que a interrupção da cobertura securitária pode comprometer a continuidade das atividades do CTI e a necessidade de proteção do patrimônio é duradoura. A cobertura ininterrupta garante a proteção contra riscos imprevisíveis e a rápida recuperação em caso de sinistro, minimizando os impactos negativos nas atividades da instituição., *sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar*

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme Documento de Formalização de Demanda, Documento SEI nº 12649743.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Em consonância com o Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, a solução para a necessidade de cobertura securitária do patrimônio do CTI consiste na contratação de serviços de seguro patrimonial, abrangendo as coberturas e os requisitos a seguir:

COBERTURAS	LMI R\$	PRÊMIO LÍQUIDO R\$	P.O.S. - PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO
INCÊNDIO, EXPLOÇÃO, FUMAÇA E QUEDA DE AERONAVE	85.028.956,82	123.390,27	POS não contratada.
DANOS ELÉTRICOS	500.000,00	4.447,63	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00.
RESPONSABILIDADE CIVIL	100.000,00	R\$ 377,69	10% das Indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
ROUBO E FURTO QUALIFICADO DE BENS	500.000,00	R\$ 3.597,58	20% das indenizações.
VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	3.586.681,91	R\$ 6.059,52	10% das indenizações com mínimo de R\$1.500,00.
ANÚNCIOS LUMINOSOS	100.000,00	R\$ 292,33	10% das indenizações com mínimo de R\$1.500,00.
ALAGAMENTO	100.000,00	R\$ 6.073,45	20% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00

3.2. "Os valores dos Limites Máximos de Indenização (LMI) foram definidos com base na importância dos bens protegidos e na probabilidade de ocorrência dos sinistros que as coberturas visam proteger. Os valores da Participação Obrigatória do Segurado (P.O.S.) foram definidos de forma a equilibrar o custo do seguro e o risco a ser assumido pelo CTI."

3.3. Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica:

- **Atendimento 24 Horas:** A seguradora deve oferecer canais para **registro de sinistros disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana (ex: portal online, e-mail)**, complementados por atendimento humano (via telefone ou outros meios) para suporte e

informações sobre sinistros durante, no mínimo, o horário de segunda a sexta, das 8h às 18h..

- **Regulação de Sinistros:** A seguradora deve realizar a regulação de sinistros de forma ágil e eficiente, seguindo os prazos e procedimentos estabelecidos na apólice.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- **4.1.1.** A seguradora deverá comprovar a adoção de políticas de gestão ambiental.
- **4.1.2.** A seguradora deverá comprovar a existência de programas de responsabilidade social, com foco em questões como inclusão social, diversidade e combate ao trabalho infantil.
- **4.1.3.** Em caso de sinistro, a seguradora deverá priorizar a utilização de materiais reciclados ou ecologicamente corretos na reposição de bens danificados, sempre que tecnicamente viável e economicamente razoável.
- **4.1.4.** A seguradora deverá comprovar a destinação adequada de resíduos (eletrônicos, etc.) gerados em suas atividades administrativas.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09** horas às **16** horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia a serem agendados pelo e-mail: **diladserv@cti.gov.br**

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Imediato a emissão da apólice.

A execução do contrato seguirá as seguintes etapas:

- **Emissão da Apólice:** A Contratada deverá emitir a apólice de seguro em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato e o recebimento da ordem de serviço. A apólice deverá estar em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.
- **Vigência da Apólice:** A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua emissão.
- **Atendimento de Sinistros:** Durante a vigência da apólice, a Contratada deverá atender prontamente a todos os sinistros comunicados pelo CTI, seguindo os procedimentos estabelecidos na apólice e na legislação vigente.

5.1.4. Etapas:

ETAPA	PERÍODO
Emissão da apólice	Até 15 dias úteis após a assinatura do contrato
Vigência da apólice	12 meses
Atendimento de sinistros	Imediato, a partir da comunicação do sinistro

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas instalações do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), localizado na Rodovia Dom Pedro I, Km 143,6 - TIC, Campinas - SP, 13069-901.

5.3. O atendimento de sinistros deverá ser prestado 24 horas por dia, 7 dias por semana. As demais atividades (emissão da apólice, vistorias, etc.) serão realizadas em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- **Comunicação de Sinistros:** O CTI comunicará a ocorrência de qualquer sinistro à Contratada por meio de telefone, e-mail ou outros meios de comunicação disponíveis.

- **Apresentação de Documentação:** O CTI fornecerá à Contratada toda a documentação necessária para a regulação do sinistro (ex: boletim de ocorrência, fotos, orçamentos).
- **Regulação do Sinistro:** A Contratada realizará a regulação do sinistro, analisando a documentação e, se necessário, realizando vistorias e perícias.
- **Indenização:** A Contratada efetuará o pagamento da indenização devida, conforme os termos da apólice.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os recursos humanos e tecnológicos necessários para o atendimento aos sinistros e para a gestão da apólice, incluindo:

- **Sistema de Gestão de Sinistros:** Plataforma online que permita à Contratante, no mínimo, o registro (preferencialmente) e o acompanhamento do status dos sinistros comunicados.
- **Profissionais Qualificados:** Equipe de atendimento, reguladores de sinistros e peritos com experiência em seguros patrimoniais.
- **Equipamentos de Vistoria:** Equipamentos para realização de vistorias e avaliações de risco.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste documento, a demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- **Patrimônio Segurado:** O valor total do patrimônio a ser segurado é de R\$ 85.028.956,82 (conforme dados atualizados).
- **Localização:** As instalações do CTI estão localizadas no Município de Campinas, SP.
- **Histórico de Sinistros (últimos 5 anos):** Não houve sinistros registrados neste período.
- **Coberturas:** As coberturas desejadas são as listadas na tabela do item 3.1.

5.5.1 Informações Complementares para o Dimensionamento da Proposta:

Para o adequado dimensionamento da proposta, os licitantes devem considerar as seguintes informações, disponíveis nos anexos deste Termo de Referência:

- **Anexo IA - Esquemas de Prevenção de Incêndio:** Contém informações sobre as medidas de prevenção e combate a incêndio existentes nas instalações do CTI, incluindo a localização de extintores, hidrantes e saídas de emergência, etc. O conhecimento dessas medidas é fundamental para a avaliação dos riscos e o cálculo do prêmio do seguro.
- **Anexo IB - Relatório de Teste Hidrostático:** Apresenta os resultados do teste hidrostático realizado nos equipamentos de combate a incêndio do CTI, atestando a sua conformidade com as normas técnicas e a sua capacidade de funcionamento em caso de emergência.
- **Anexo IC - Certificado da Brigada de Incêndio:** Comprova que o CTI possui uma brigada de incêndio treinada e capacitada para atuar em situações de emergência, minimizando os danos causados por um eventual incêndio.

- **Bens Inservíveis:** Em caso de bens considerados inservíveis, estes não serão considerados para fins de cobertura de seguro.
- **Atividades do CTI:** O CTI é um Centro de pesquisa conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (Apêndice do Anexo I).
- **Prédios Tombados:** Não há prédios tombados pelo patrimônio histórico.
- **Bens ao Ar Livre:** Paineis Luminosos
- **Alagamento de Anúncios Luminosos:** Não há histórico de alagamentos devido ao seu posicionamento.
- **Reformas:** O CTI vem passando por uma reestruturação e reforma no projeto dos sistemas de segurança e combate a incêndio, com previsão de conclusão para Julho de 2025

5.6. *Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. *O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.*

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente um **REPRESENTANTE** da empresa, com boa capacidade de atuação para gestão do contrato, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período da contratação.*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato,

a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1. não produziu os resultados acordados,

7.2. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.2.1 Não apresentar a apólice de seguro em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, no prazo estipulado.

7.2 Não atender prontamente às solicitações de informações ou documentos por parte do CTI.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o recebimento da Apólice.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE de correção monetária.**

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/02/2025.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. Além do reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, o valor do prêmio poderá ser revisado, a qualquer tempo, após o período de um ano, caso ocorram alterações significativas nos riscos segurados, tais como (exemplos):

- Novas Aquisições: Incorporação de novos bens ao patrimônio do CTI, elevando o valor total segurado.
- Benfeitorias: Realização de benfeitorias nos imóveis, alterando o valor de reconstrução.
- Mudanças nas Medidas de Segurança: Implementação de novas medidas de segurança que reduzam o risco de sinistros, ou, inversamente, remoção de medidas de segurança existentes.
- Alteração do Enquadramento de Risco: Alteração nas atividades desenvolvidas no CTI, que possam aumentar ou diminuir o risco de sinistros.

7.44. Nessas situações, a Contratada deverá apresentar justificativas pelas alterações nos riscos segurados, que poderá resultar em ajuste no valor do prêmio.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.46. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.47. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante .

7.48. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.49. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.50. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração

7.51. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5 a 30% do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5 a 30% do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1,0% a 15% do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% a 10% do valor da contratação.

*8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** a 15% do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução

9.2 "O regime de execução do objeto será de fornecimento (da apólice de seguro) e prestação de serviço associado (gerenciamento de riscos, atendimento a sinistros e demais serviços)."

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Ato ou Certidão emitida pela **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**, como a 'Certidão de Licenciamentos' ou documento equivalente vigente à época da licitação, que comprove estar a licitante autorizada a operar no ramo de Seguro Patrimonial.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

*9.25.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.***

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação **(conforme modelos dos ANEXOS III E IV)**.

9.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em plena validade **ou documento equivalente que comprove sua situação regular perante a SUSEP;**

9.31.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Prova de atendimento aos requisitos de funcionamento e atuação das Sociedades Seguradoras, previstos no Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e legislação complementar, **por meio de documento comprobatório emitido pela SUSEP.**

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.1.2 "Contrato(s) que comprove(m) a cobertura de riscos similares aos exigidos neste Termo de Referência (incêndio, raio, explosão, danos elétricos, eventos climáticos, responsabilidade civil, furto/roubo, quebra de vidros, alagamento e inundação)."

9.33.1.3 "Contrato(s) que comprove(m) a cobertura de patrimônio com valor igual ou superior a 70% do valor total do patrimônio do CTI (R\$ 85.028.956,82)."

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Documentação complementar para cooperativas

9.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.36.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.36.6.1. ata de fundação;

9.36.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.36.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.36.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.36.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.36.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.36.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é R\$ 135.018,99 (cento e trinta e cinco mil, dezoito reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. I) Gestão/Unidade: 240129 - 00001;
- II) Fonte de Recursos: 0100;
- III) Programa de Trabalho: 19 122 0032 2000 0001;
- IV) Elemento de Despesa: 339039.69;
- V) Plano Interno: 2000000M-03

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2024

Campinas, abril de 2025.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AUDREY ALBANES APPENDINO

Requisitante Responsável

PAULO RICARDO NUCCI

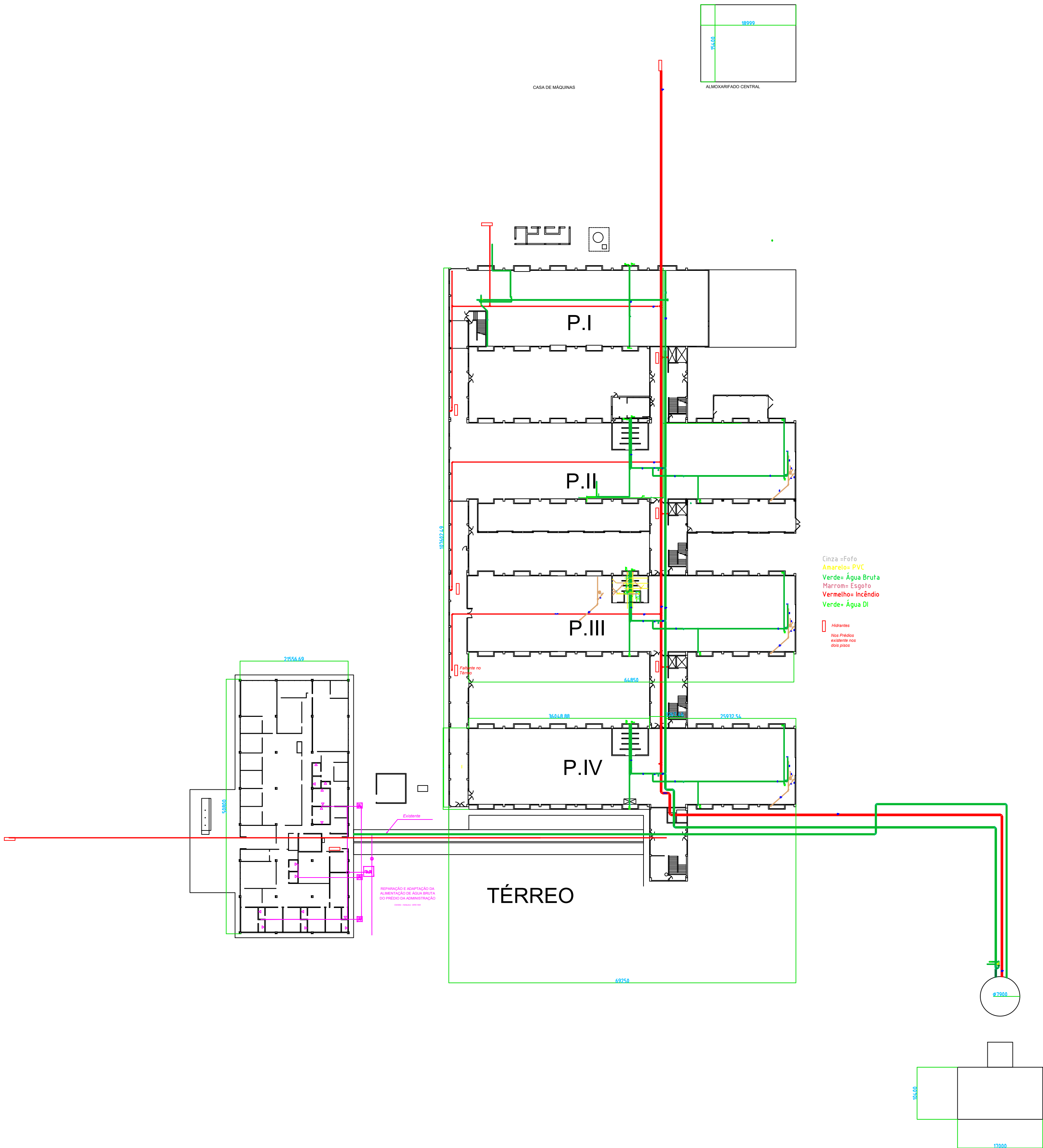
Responsável Técnico

MELISSA ORTEGA MANTOVANI

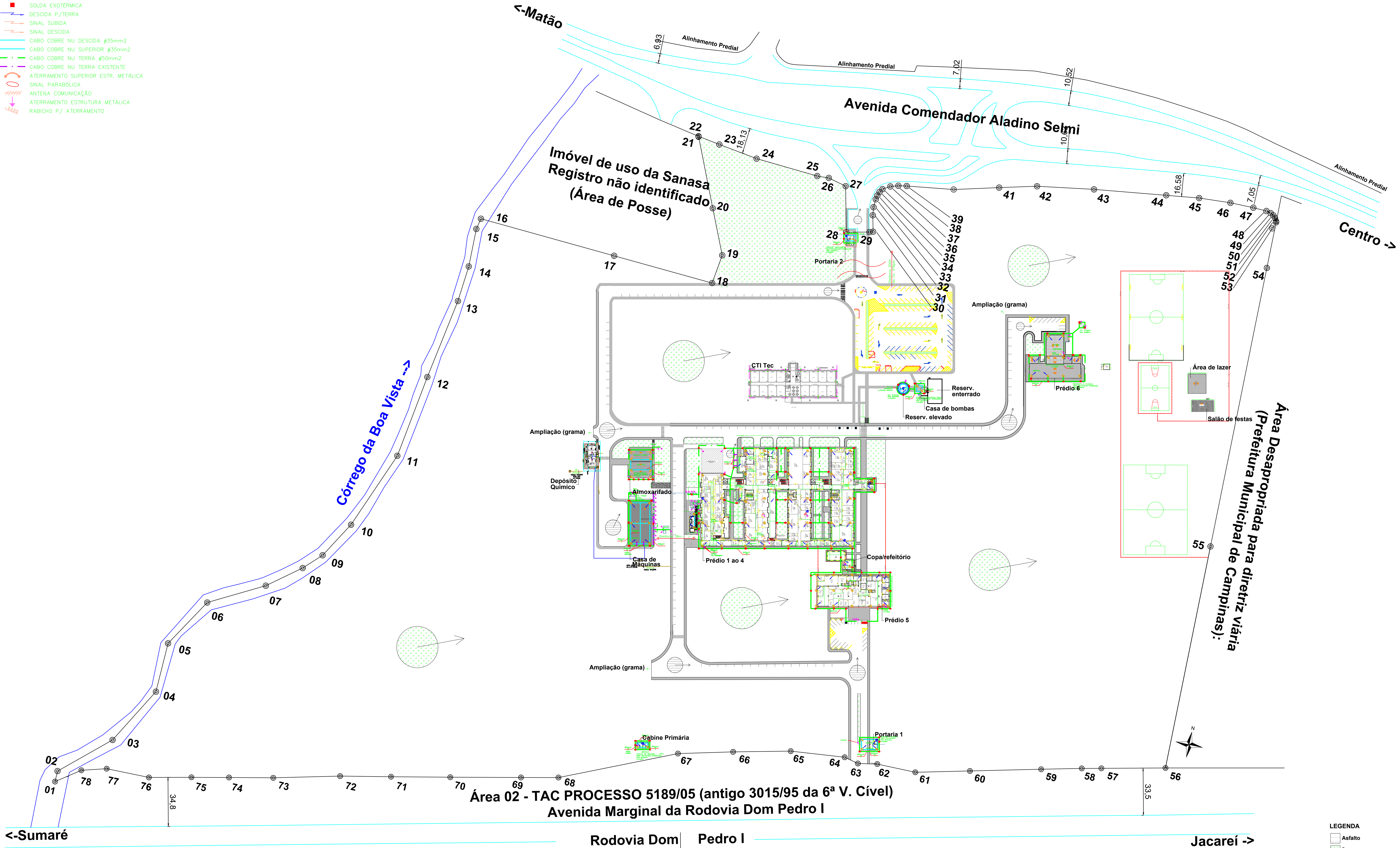
Equipe de apoio

CELSO PEREIRA

Agente de contratação



- LEGENDA
- CAPTOR FRANKLIN
 - TERMINAL AÉREO
 - HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"x 3m
 - SOLDA EXOTÉRMICA
 - DESCIDA P/TERRA
 - SINAL SUBIDA
 - SINAL DESCIDA
 - CABO COBRE NU DESCIDA #35mm2
 - CABO COBRE NU SUPERIOR #35mm2
 - CABO COBRE NU TERRA #50mm2
 - CABO COBRE NU TERRA EXISTENTE
 - ATERRAMENTO SUPERIOR ESTR. METÁLICA
 - SINAL PARABÓLICA
 - ANTENA COMUNICAÇÃO
 - ATERRAMENTO ESTRUTURA METÁLICA
 - RABICHO P/ ATERRAMENTO



IMPLANTAÇÃO

- LEGENDA
- Asfalto
 - Grama
 - Calçada em concreto
 - Vias externas ao CTI

TÍTULO: SPDA existente		
ENDEREÇO: Rodovia Dom Pedro I, Km 143,6 - Bairro Amarais, Campinas - SP		
RESPONSÁVEL: Cristina Iamamoto		
DESENHISTA: Thayne Araujo		
DATA: 11/09/2023	ESCALA: 1:1250	REVISÃO: 01

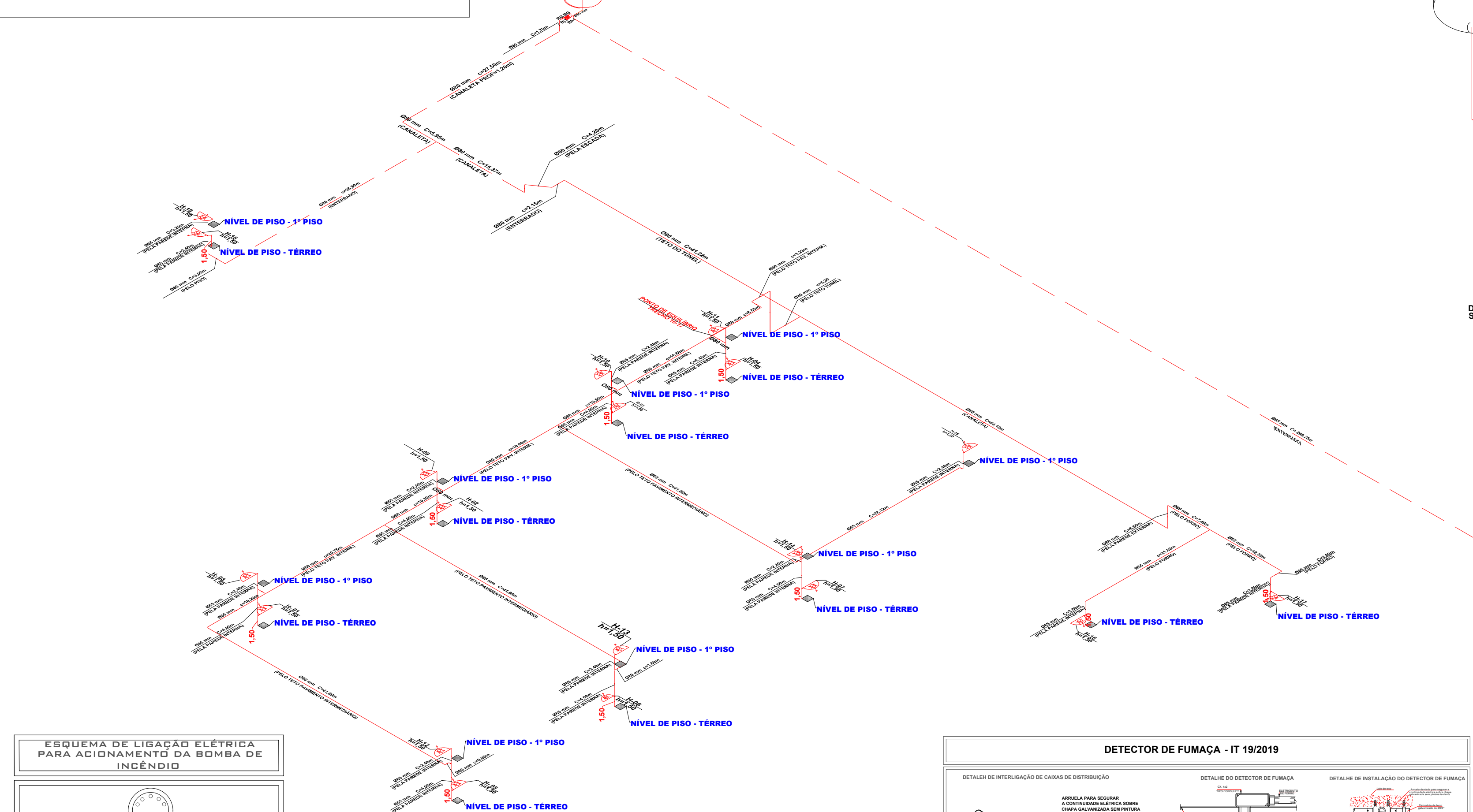


FOLHA:

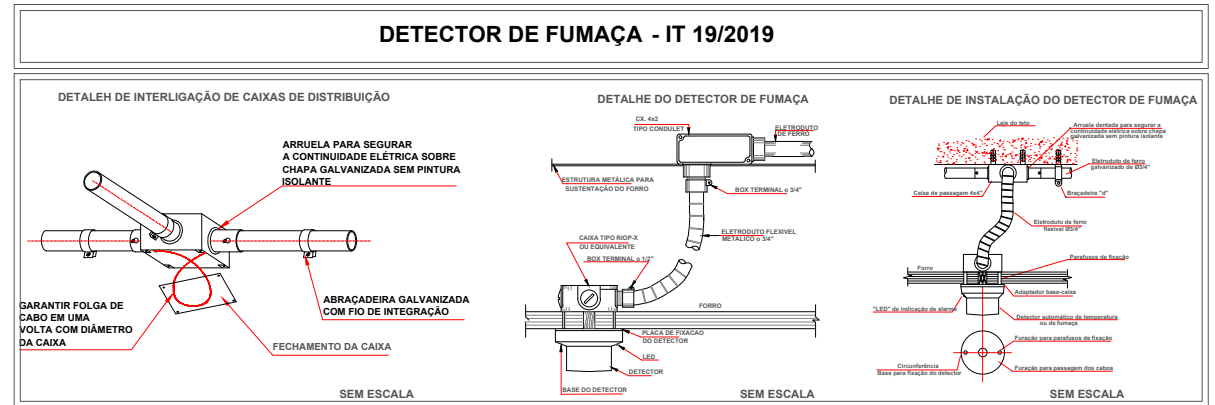
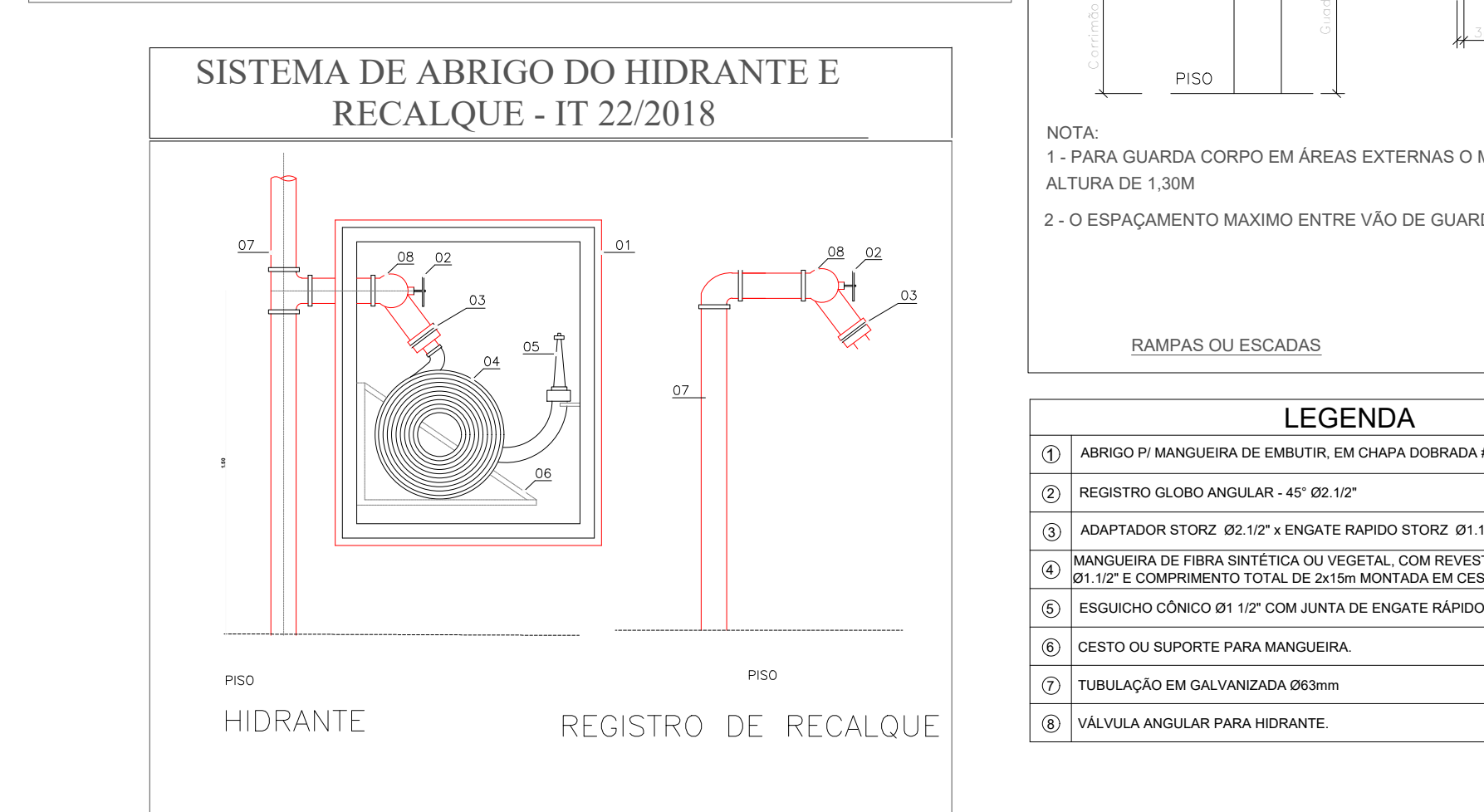
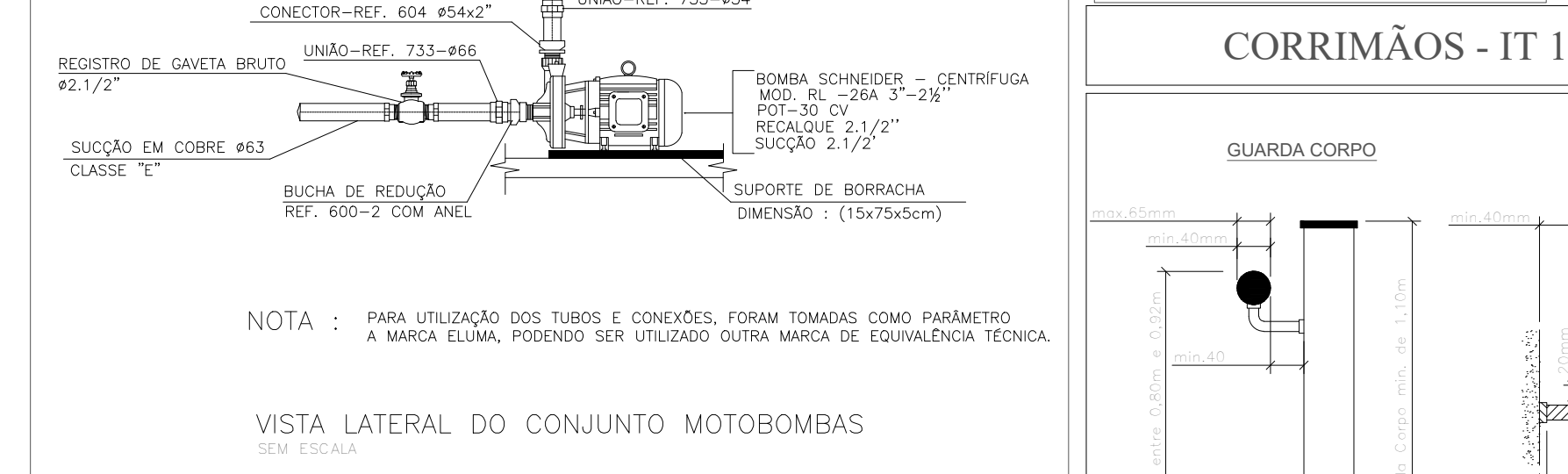
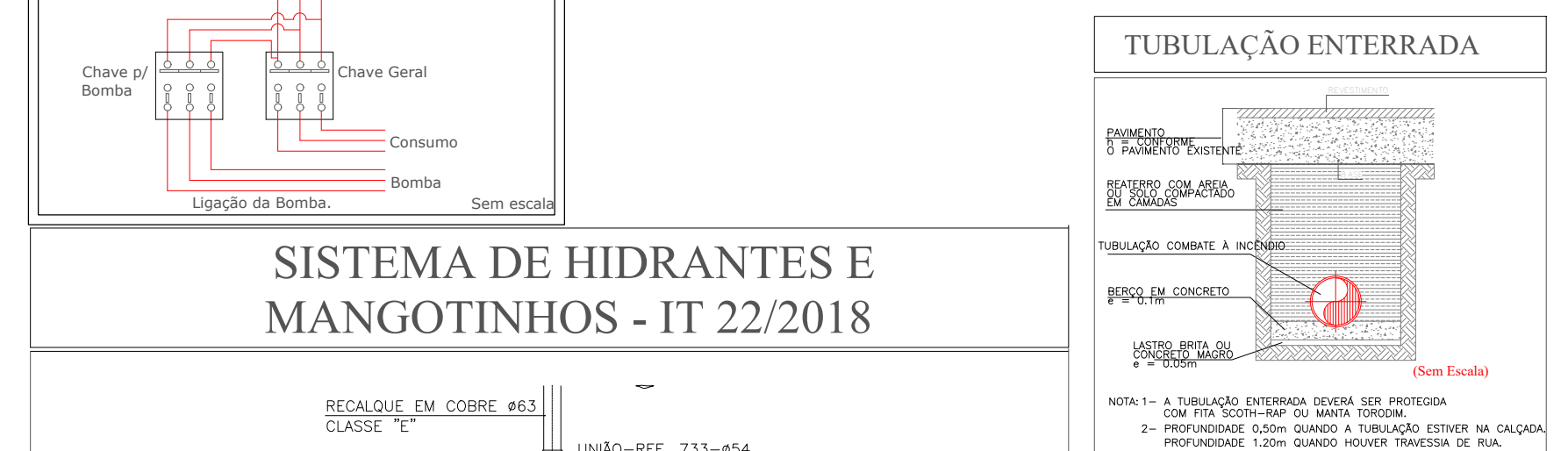
01

NOTAS:

- O IMÓVEL REFERE-SE A UMA EDIFICAÇÃO EXISTENTES, CONFORME DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA;
- TRATA-SE DE UM CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE CAMPINAS, COMPOSTO POR PRÉDIOS COM LABORATÓRIOS, REFEITÓRIO;
- OS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO SERÃO DEVIDAMENTE ADEQUADOS, EM CONFORMIDADE COM A IT 43/2011;
- O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA SERÁ ABASTECIDO POR BLOCOS AUTÔNOMOS, DISTRIBUÍDOS EM CONFORMIDADE COM A NBR 10898.



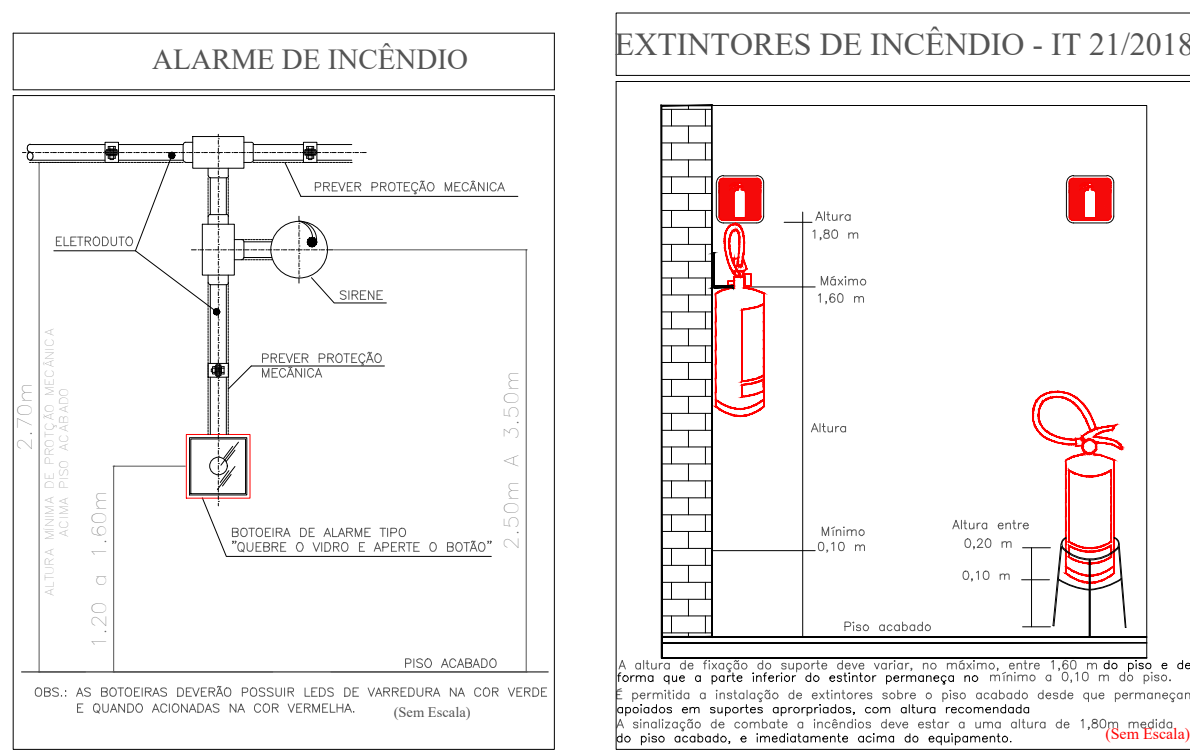
1 DETALHE ISOMÉTRICO - HIDRANTES
ESCALA 1:500



INFORMAÇÕES SOBRE A EDIFICAÇÃO			
CONSTRUÍDA NA DÉCADA DE 1980, IMÓVEL DA UNIÃO, SOB GUARDA DO CTI, DESDE SUA CRIAÇÃO EM 1984.			
SERÁ ADOTADO O DECRETO ESTADUAL 56.819/2011 - TABELA 4 EM CONJUNTO COM A INSTRUÇÃO TÉCNICA 43/2011.			
SEQUE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA EM ANEXO.			
DECRETO ESTADUAL 56.819 de 2011			
TABELA 4 – EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES EXISTENTES			
PERÍODO DE EXISTÊNCIA DA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO	ÁREA CONSTRUIDA > 750m² E/OU ALTURA > 12m		
QUALQUER PERÍODO ANTERIOR A VIGÊNCIA DO ATUAL DECRETO	CONFORME IT 43/2011 ADAPTAÇÃO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCENDIO EDIFICAÇÕES EXISTENTES		

CLASSIFICAÇÃO QUANTO OCUPAÇÃO			
GRUPO	OCUPAÇÃO	DIVISÃO	DESCRIÇÃO
D	LABORATÓRIOS	D-4	CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

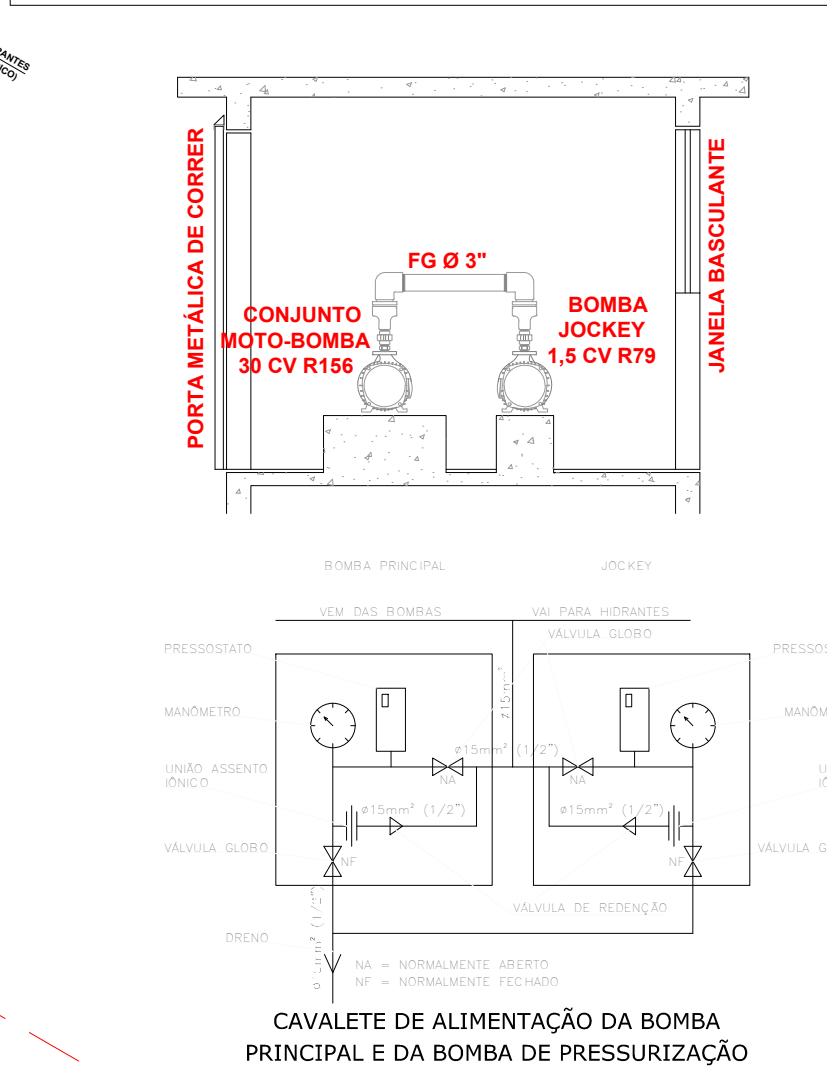
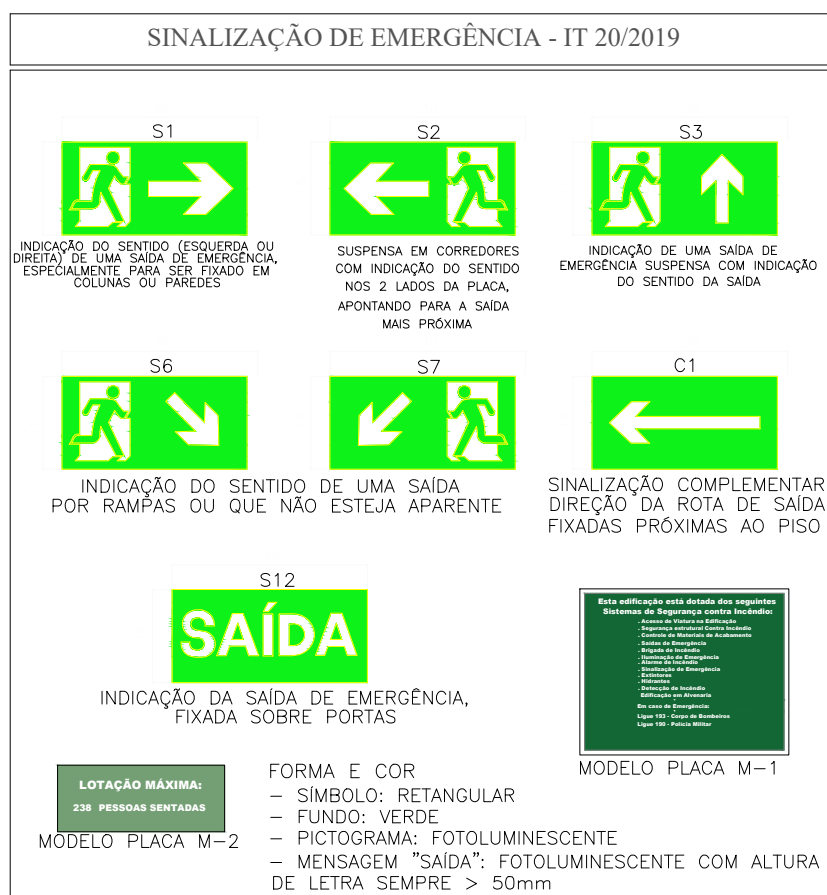
EXIGÊNCIAS BÁSICAS	
EXTINTORES DE INCÊNDIO	DIMENSIONADOS CONFORME IT 21/2019.
ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	EM CONFORMIDADE COM A IT 18/2019 – SENDO O MESMO ALIMENTADO POR SISTEMA DE BLOCO AUTÔNOMO AS INSTALAÇÕES ATENDERÃO AOS PRESCRITOS NA NBR 10898 DA ABNT.
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	SERÁ ATUALIZADA DE MODO A ATENDER A INSTRUÇÃO TÉCNICA N 20/2019.
ALARME DE INCÊNDIO	SERÁ ATUALIZADA DE MODO A ATENDER A INSTRUÇÃO TÉCNICA N 19/2019.
DETECÇÃO DE INCÊNDIO	SERÁ INSTALADO SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO NO PRÉDIO 01 A 04, EM CONFORMIDADE COM A NBR 17240/2010.
BRIGADA DE INCÊNDIO	A SER RENOVADA CONFORME INSTRUÇÃO TÉCNICA 17/2019
SISTEMA DE HIDRANTES	CONFORME DECRETO ESTADUAL 56.819/2011 SISTEMA TIPO 3 / ESGUICHO REGULÁVEL – Ø 40mm / MANGUEIRA – 2x15m DE COMPRIMENTO – Ø 40 mm RESERVA DE INCÊNDIO – 35.000 LITROS ACIONAMENTO AUTOMÁTICO – CHAVE DE FLUXO
SAÍDAS DE EMERGÊNCIA	CONFORME DECRETO 20.811/1983 E INSTRUÇÃO TÉCNICA 43/2011



CARGA DE INCÊNDIO IT 14/2019			
OCUPAÇÃO / USO	DESCRIÇÃO	DIVISÃO	CARGA DE INCÊNDIO EM MJ/M2
D	SERVIÇO PROFISSIONAL	D-4	500 MJ/m²
F	REFEITÓRIO	F-8	300 MJ/m²

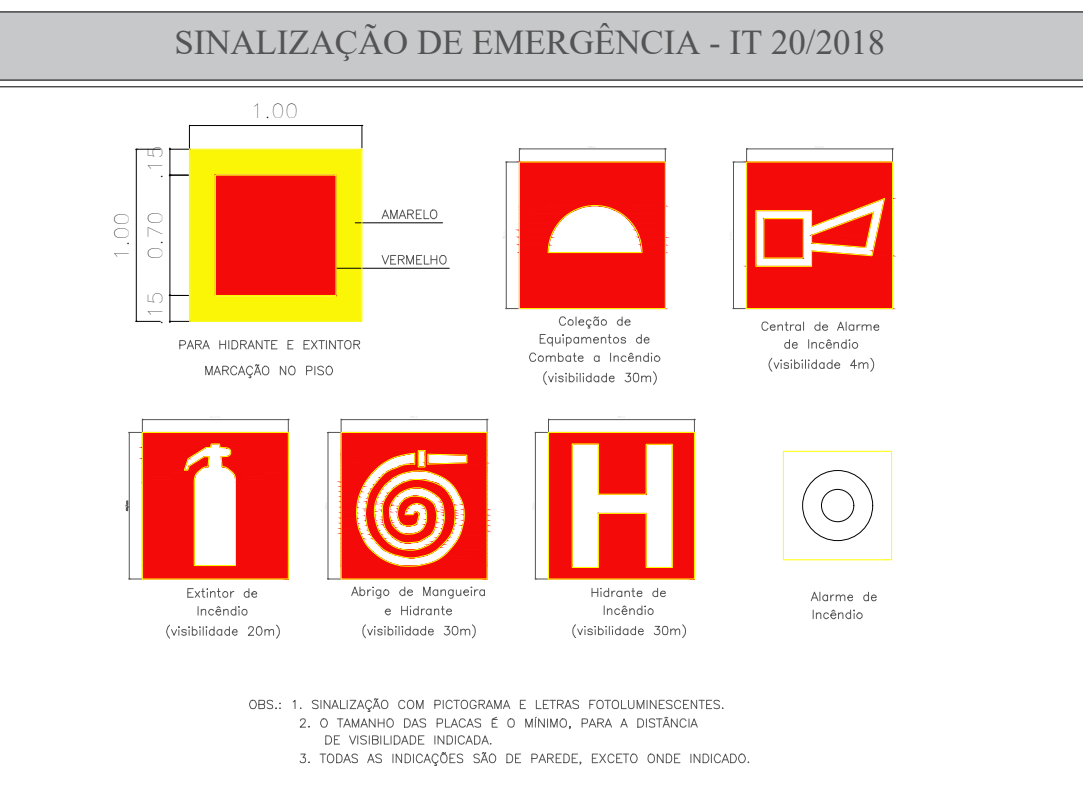
CONTROLE MATERIAIS DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO (IT10/2018)			
PISO	ACABAMENTO REVESTIMENTO	CLASSE I	
PAREDE	ACABAMENTO REVESTIMENTO	CLASSE I	
TETO E FORRO	ACABAMENTO REVESTIMENTO	CLASSE I	

ISENTA DAS CONDIÇÕES CONFORME IT 08/2019	
PROJETO E EXECUÇÃO CONFORME DECRETO ESTADUAL 63.911/2018	
BASE DE DADOS FORNECIDOS PELAS ITS DO ESTADO DE SP.	



SIMBOLOGIA	
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO	AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
	ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
	DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA DE INCÊNDIO
	HIDRANTE SIMPLES
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	VÁLVULA DE RETENÇÃO
	REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES PORTÁTEIS SOB SUPORTE DE PISO	GÁS CARBÔNICO (CO2)
	PÓ QUÍMICO SECO BC
	ÁGUA PRESSURIZADA
	GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODAS
SISTEMA PASSIVO - FUMIGADORES PROTEGIDOS	PORTA CORTA FOGO PCF P-90
DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA	
SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA	
INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA	
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB	
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAGAÇÃO DEVEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/198	

LEGENDA - INCÊNDIO	
Hidrante simples com mangueiras.	
Tubulação hidrante.	
Tubulação hidrante - Enterrada.	

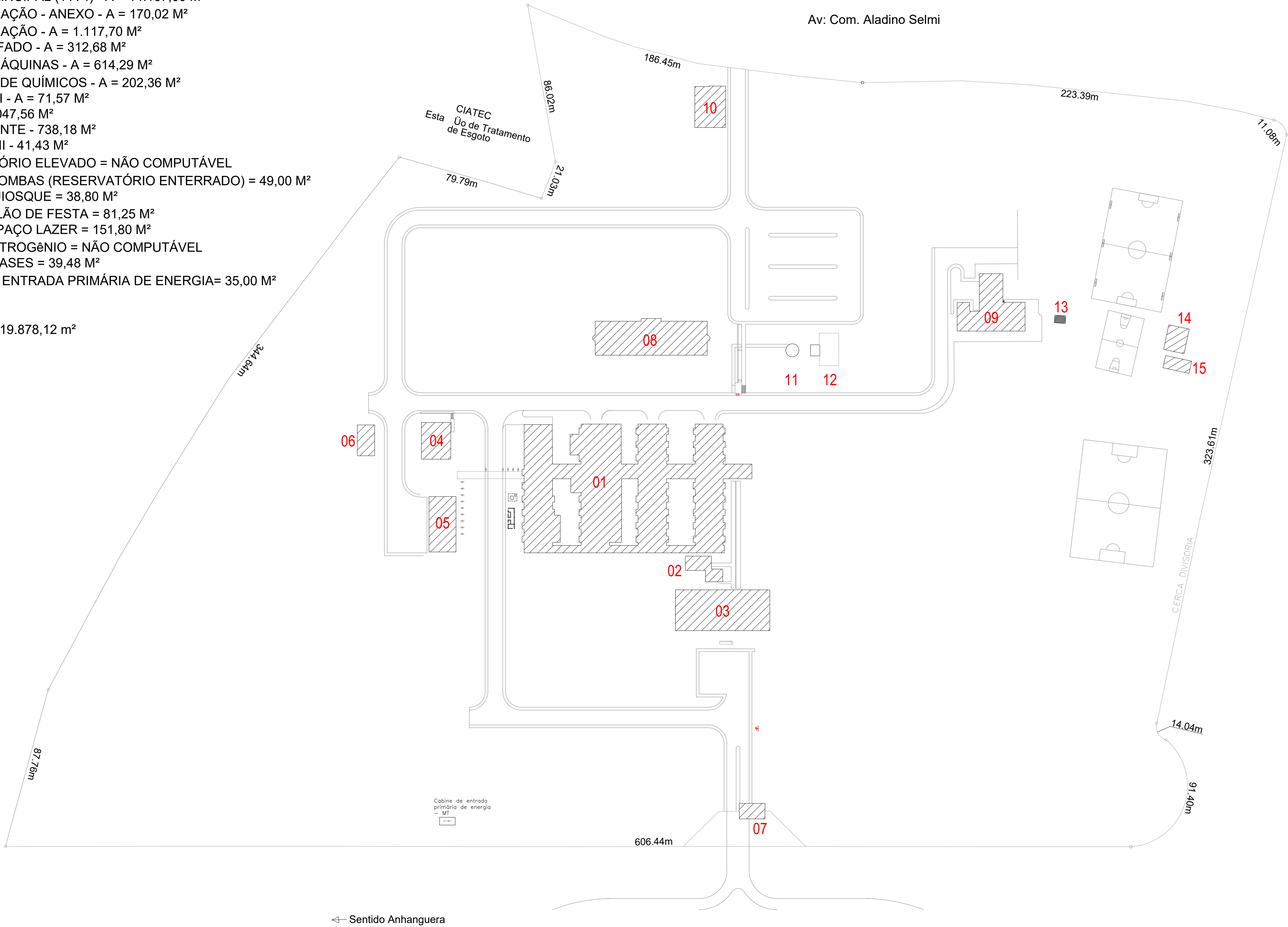


CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	
<p>PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO</p> <p>Nº ART: 2802723020162991</p> <p>PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO RENATO ARCHER - CTI</p> <p>NOME FANTASIA: CTI</p> <p>PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO</p> <p>CNPJ: 04.822.500/0001-60</p> <p>ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS</p> <p>CIDADE: SÃO PAULO</p> <p>AUTOR DO PROJETO:</p> <p>ALVARO LUIZ GUERINI</p> <p>Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho/ CREA SP: 5079494061</p>	
ASSUNTO: SIMBOLOGIA, ISOMÉTRICO HIDRANTES 1 E DETALHES	ESCALA: INDICADAS
	DATA: 12/11/2020
	PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUEIRO

LEGENDA

- 01 - PRÉDIO PRINCIPAL (1 A 4) - A = 14.167,00 M²
- 02 - ADMINISTRAÇÃO - ANEXO - A = 170,02 M²
- 03 - ADMINISTRAÇÃO - A = 1.117,70 M²
- 04 - ALMOXARIFADO - A = 312,68 M²
- 05 - CASA DE MÁQUINAS - A = 614,29 M²
- 06 - DEPÓSITO DE QUÍMICOS - A = 202,36 M²
- 07 - PORTARIA I - A = 71,57 M²
- 08 - CTITEC - 2047,56 M²
- 09 - RESTAURANTE - 738,18 M²
- 10 - PORTARIA II - 41,43 M²
- 11 - RESERVATÓRIO ELEVADO = NÃO COMPUTÁVEL
- 12 - CASA DE BOMBAS (RESERVATÓRIO ENTERRADO) = 49,00 M²
- 13 - ASCTI - QUIOSQUE = 38,80 M²
- 14 - ASCTI - SALÃO DE FESTA = 81,25 M²
- 15 - ASCTI - ESPAÇO LAZER = 151,80 M²
- 16 - TANQUE NITROGÊNIO = NÃO COMPUTÁVEL
- 17 - CASA DE GASES = 39,48 M²
- 18 - CABINE DE ENTRADA PRIMÁRIA DE ENERGIA= 35,00 M²

ÁREA TOTAL = 19.878,12 m²



1 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESCALA 1:1250























www.gsjprojetos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20
Avenida General Melo, nº 1455, Sala A, Bairro: Campo Velho, CEP: 78.065-290, Cuiabá - MT, Fone: (65) 3052-0251
E-mail: contato@gsprojetos.com

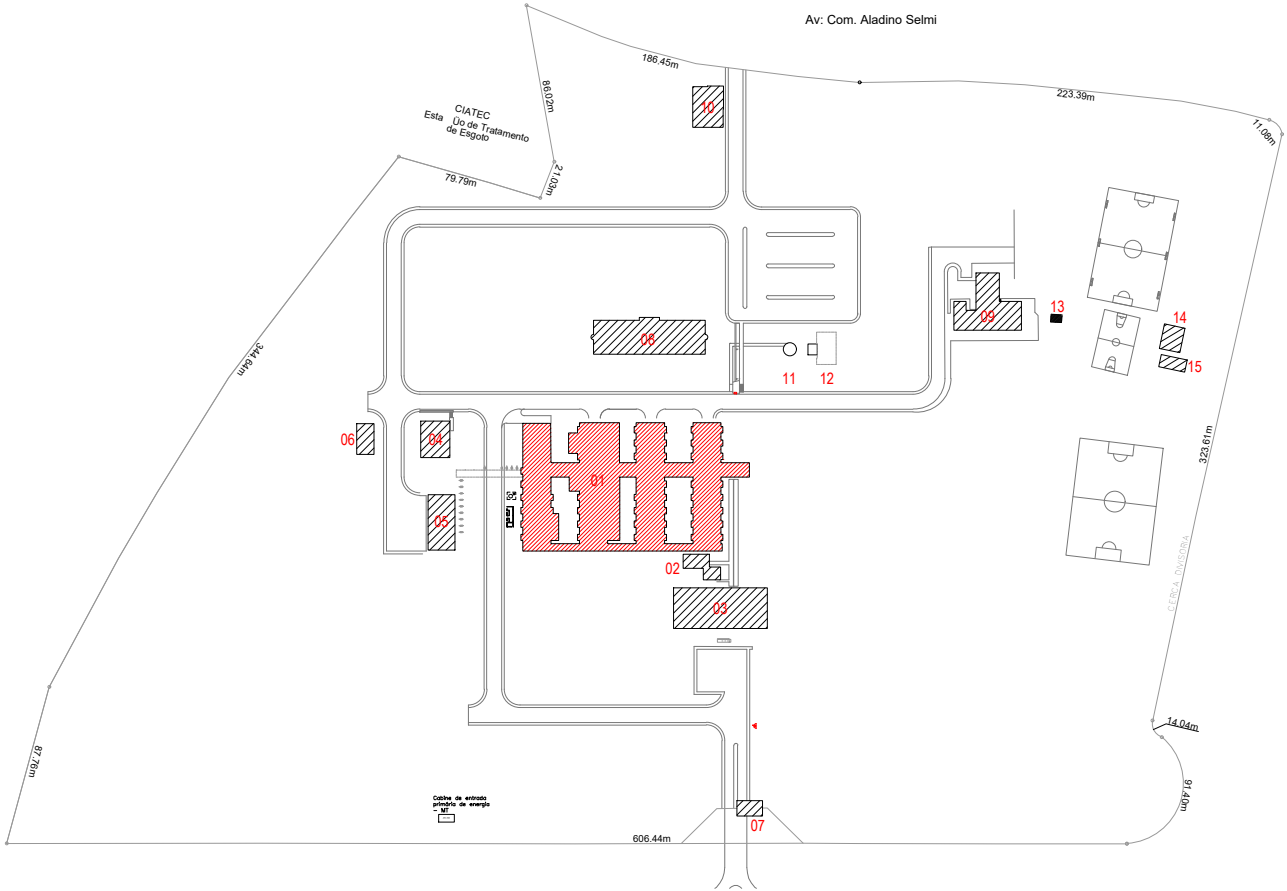


CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO		
Nº ART: 28027230201662991		
PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI		
NOME FANTASIA: CTI		PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO
CNPJ: 04.822.500/0001-60		
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS		
CIDADE: SÃO PAULO		CEP: 13.069-901
AUTOR DO PROJETO:		
ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho/ CREA SP: 5070494061		
ASSUNTO: PLANTA DE IMPLANTAÇÃO	ESCALA: INDICADAS DATA: 12/11/2020	FOLHA: 02/ 15
PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUERIO		

SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES PORTÁTEIS SOB SUPORTE DE PISO		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODAS
SISTEMA PASSIVO PROTEÇÕES		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB		
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98		

1 PLANTA BAIXA TÚNEL TÉCNICO - PRÉDIO I A IV
ESCALA 1:175





www.gsprojetos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20
Avenida General Melo, nº 1455, Sala A, Bairro: Campo Velho, CEP: 78.065-290, Cuiabá - MT, Fone: (65) 3052-0251
E-mail: contato@gsprojetos.com



CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
Nº ART: 28027230201562991

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI

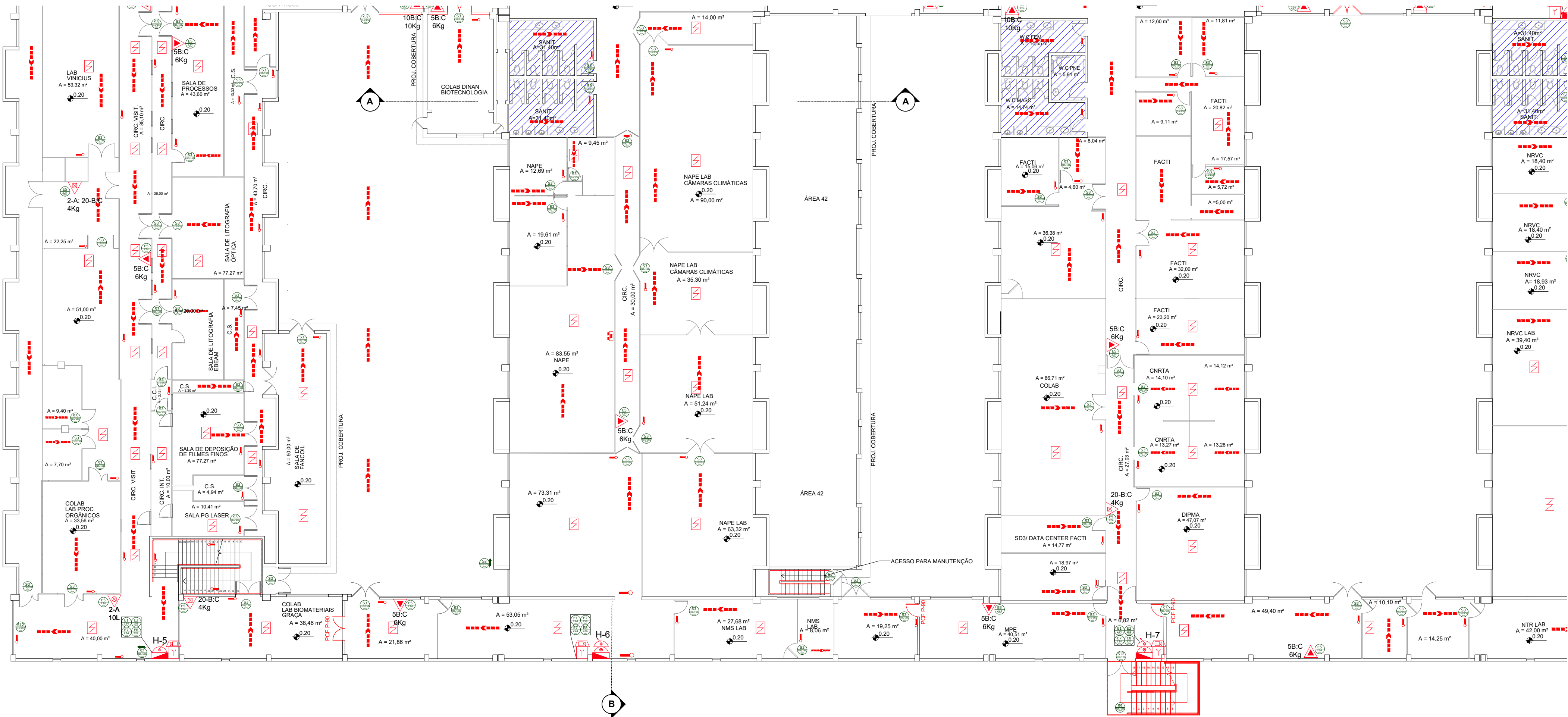
NOME FANTASIA: CTI PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO

CNPJ: 04.822.500/0001-60

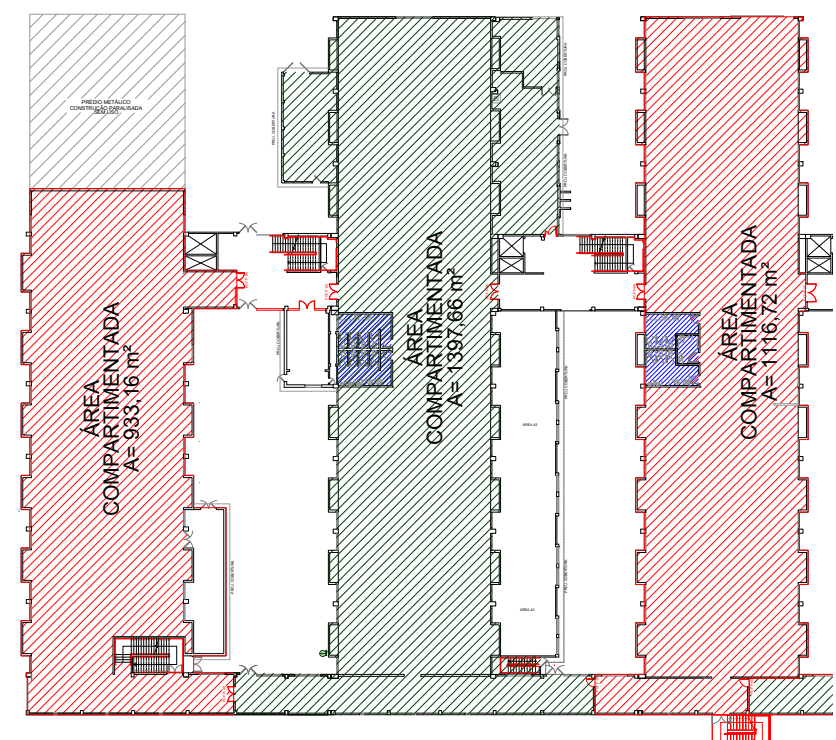
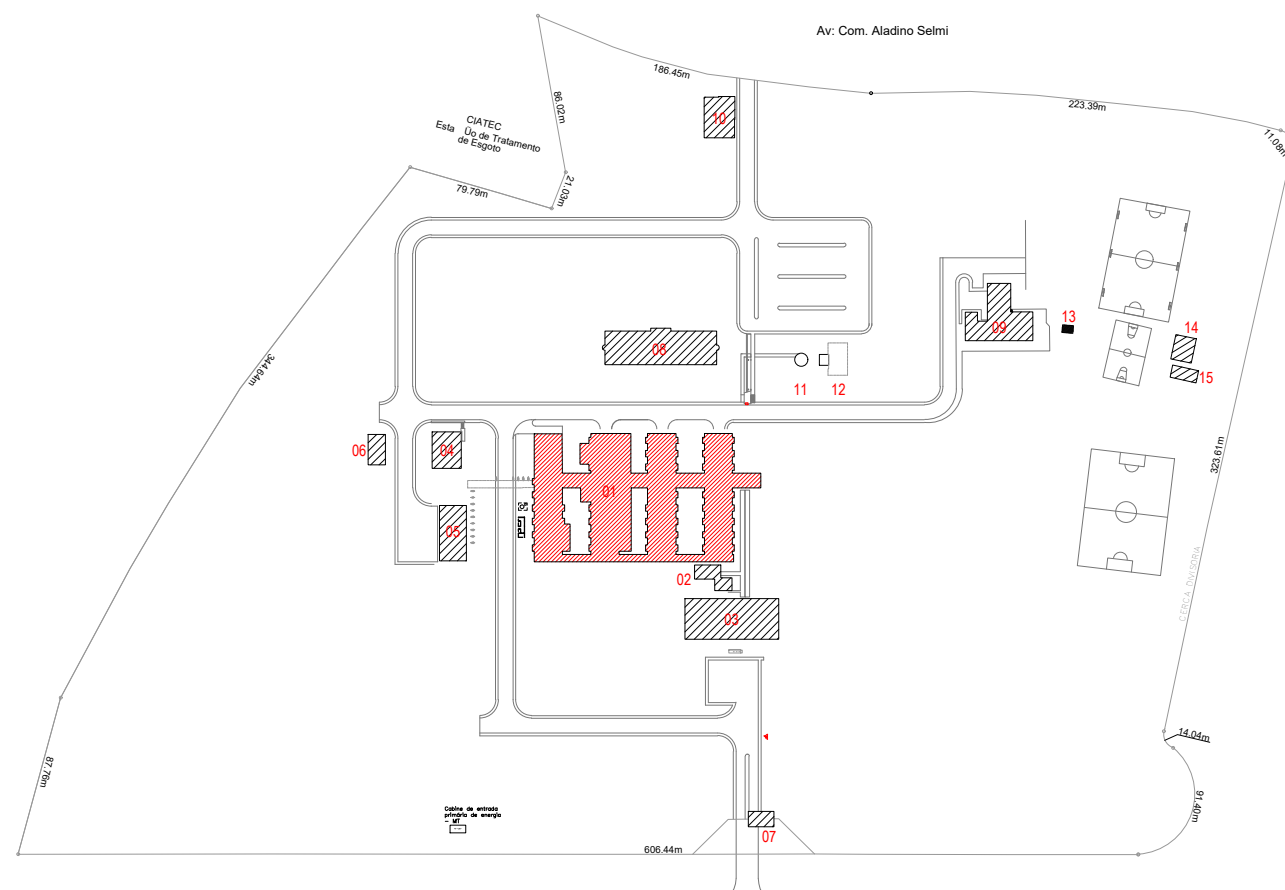
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS
CIDADE: SÃO PAULO CEP: 13.069-901

AUTOR DO PROJETO: ALVARO LUIZ GUERINI
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho/ CREA SP: 5070494061

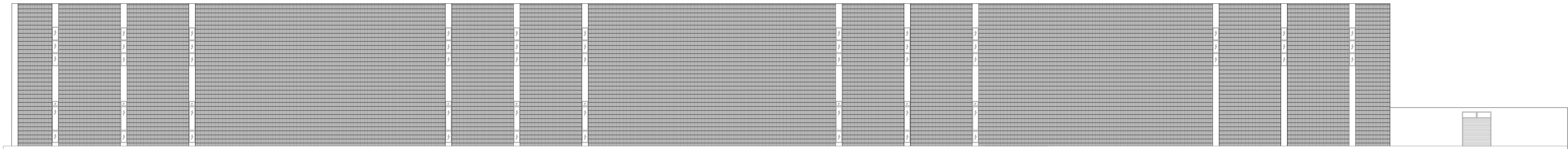
ASSUNTO: PLANTA BAIXA TÚNEL TÉCNICO - PRÉDIOS I A IV	ESCALA: INDICADAS DATA: 12/11/2020 PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUERIO	FOLHA: 03/15
---	---	------------------------



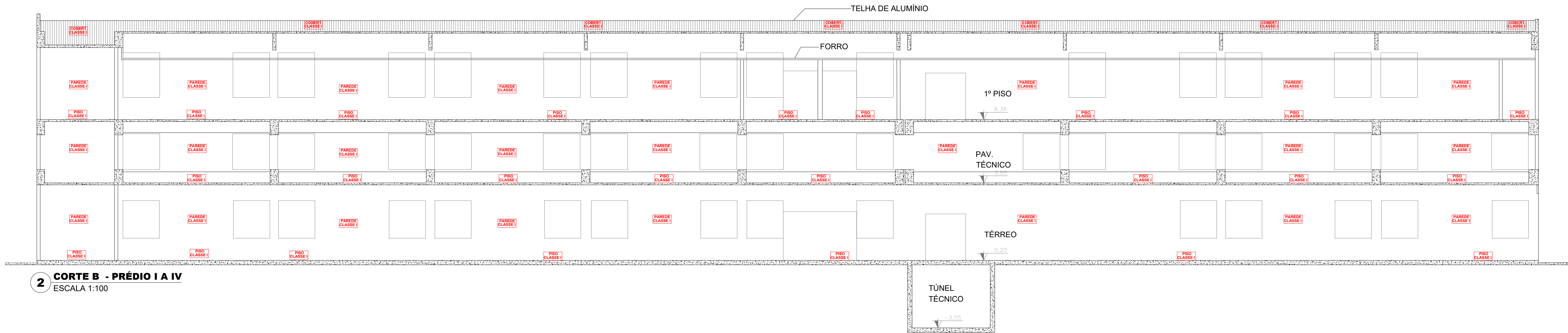
1 PLANTA PAV. TÉRREO - PRÉDIO I A IV
ESCALA 1:175



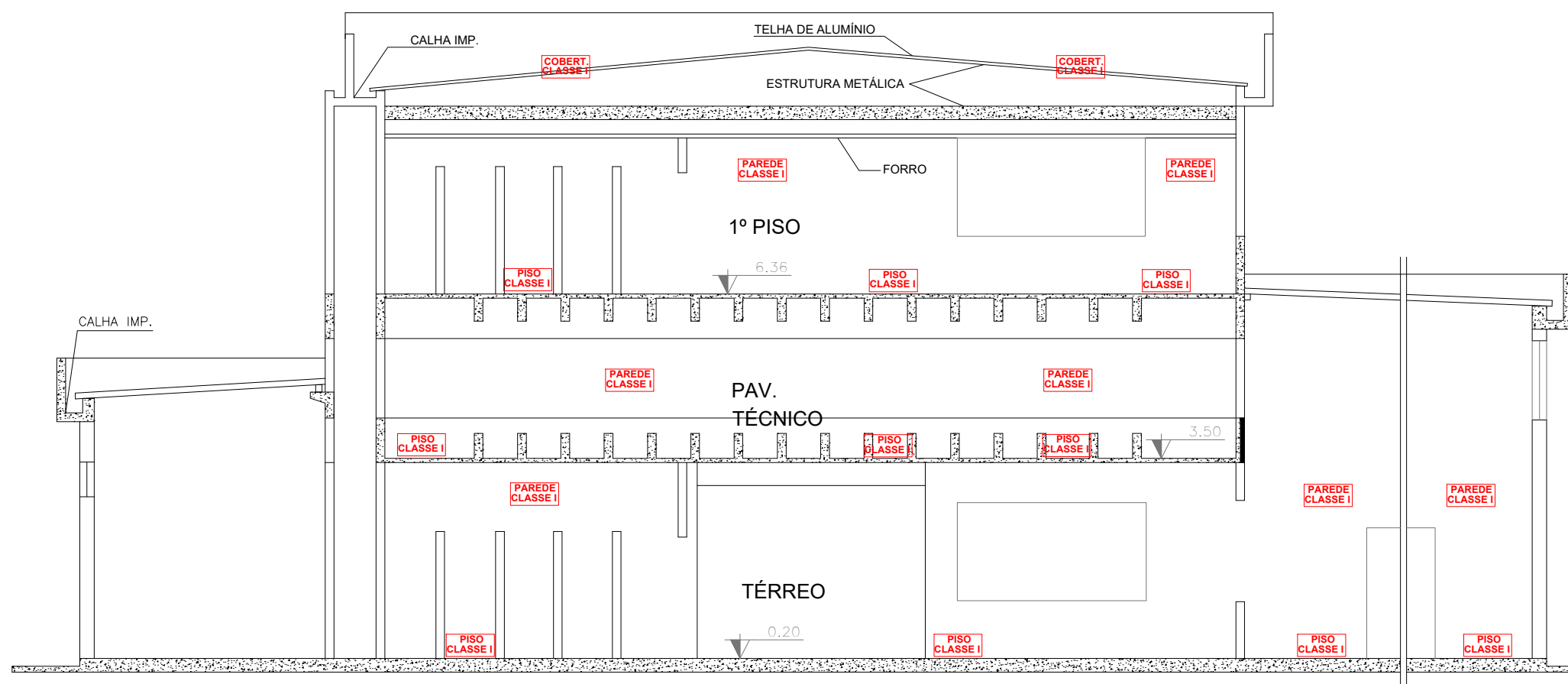
2 COMPARTIMENTAÇÃO HORIZONTAL
ESCALA 1:750



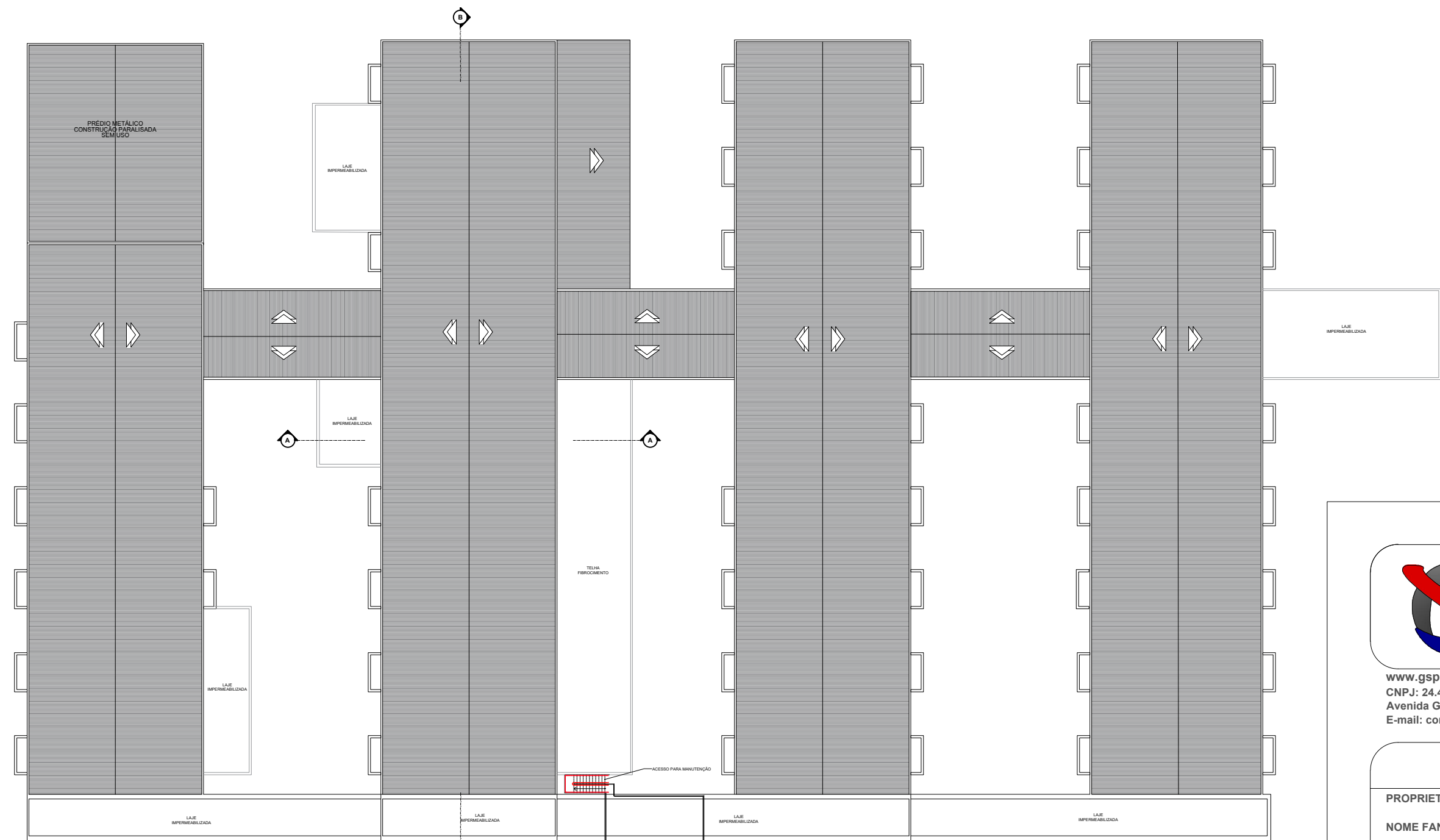
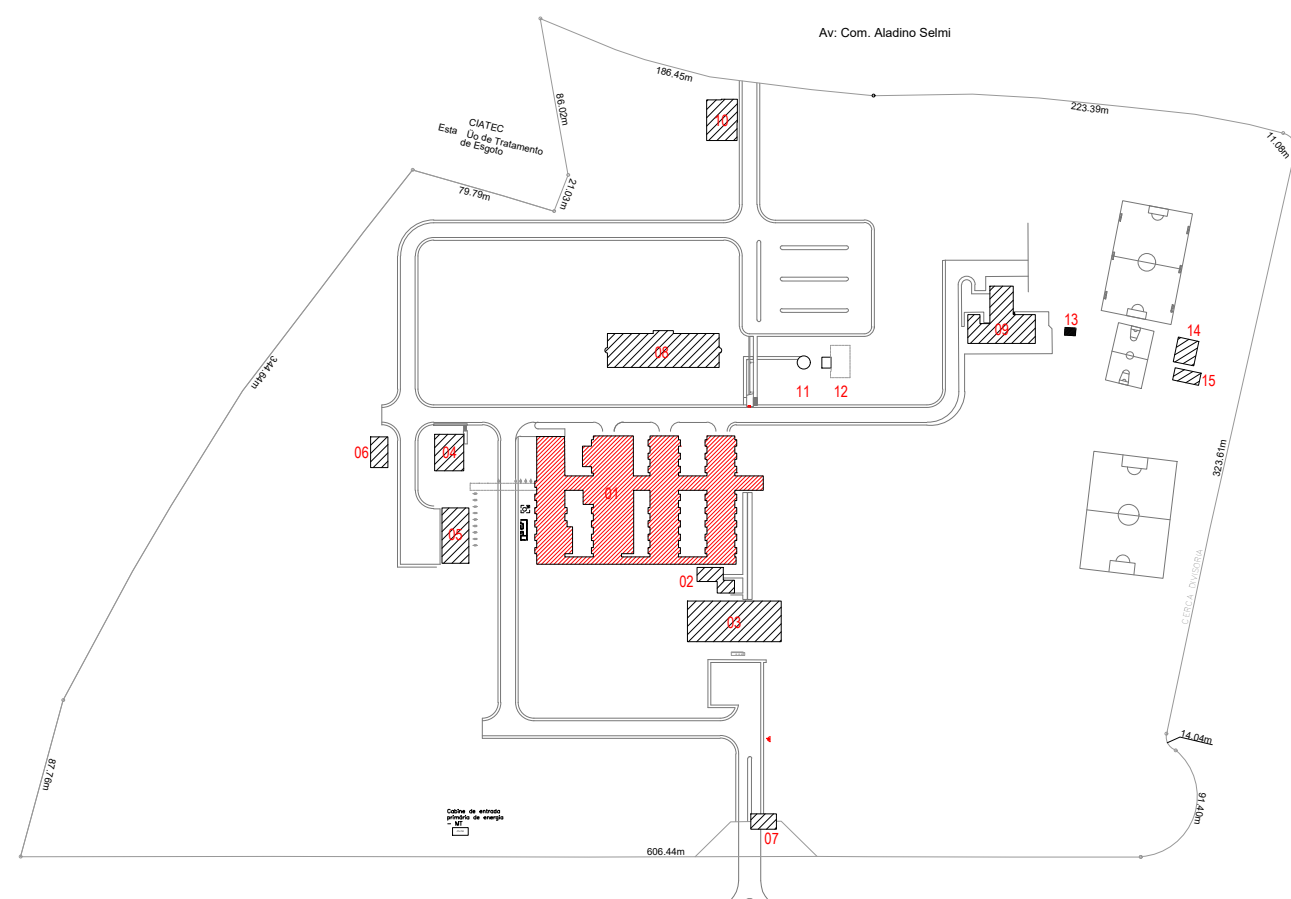
1 FACHADA - PRÉDIO I A IV
ESCALA 1:100



2 CORTE B - PRÉDIO I A IV
ESCALA 1:100



3 CORTE A - PRÉDIO I A IV
ESCALA 1:100



4 PLANTA DE COBERTURA - PRÉDIO I A IV
ESCALA 1:400



GS
PROJETOS DE ENGENHARIA



CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

www.gsprojetos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20
Avenida General Melo, nº 1455, Sala A, Bairro: Campo Velho, CEP: 78.065-290, Cuiabá - MT, Fone: (65) 3052-0251
E-mail: contato@gsprojetos.com

Nº ART: 28027230201662991

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI

NOME FANTASIA: CTI

CNPJ: 04.822.500/0001-60

ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS

CIDADE: SÃO PAULO

CEP: 13.069-901

AUTOR DO PROJETO:

ALVARO LUIZ GUERINI
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho/ CREA SP: 5070494061

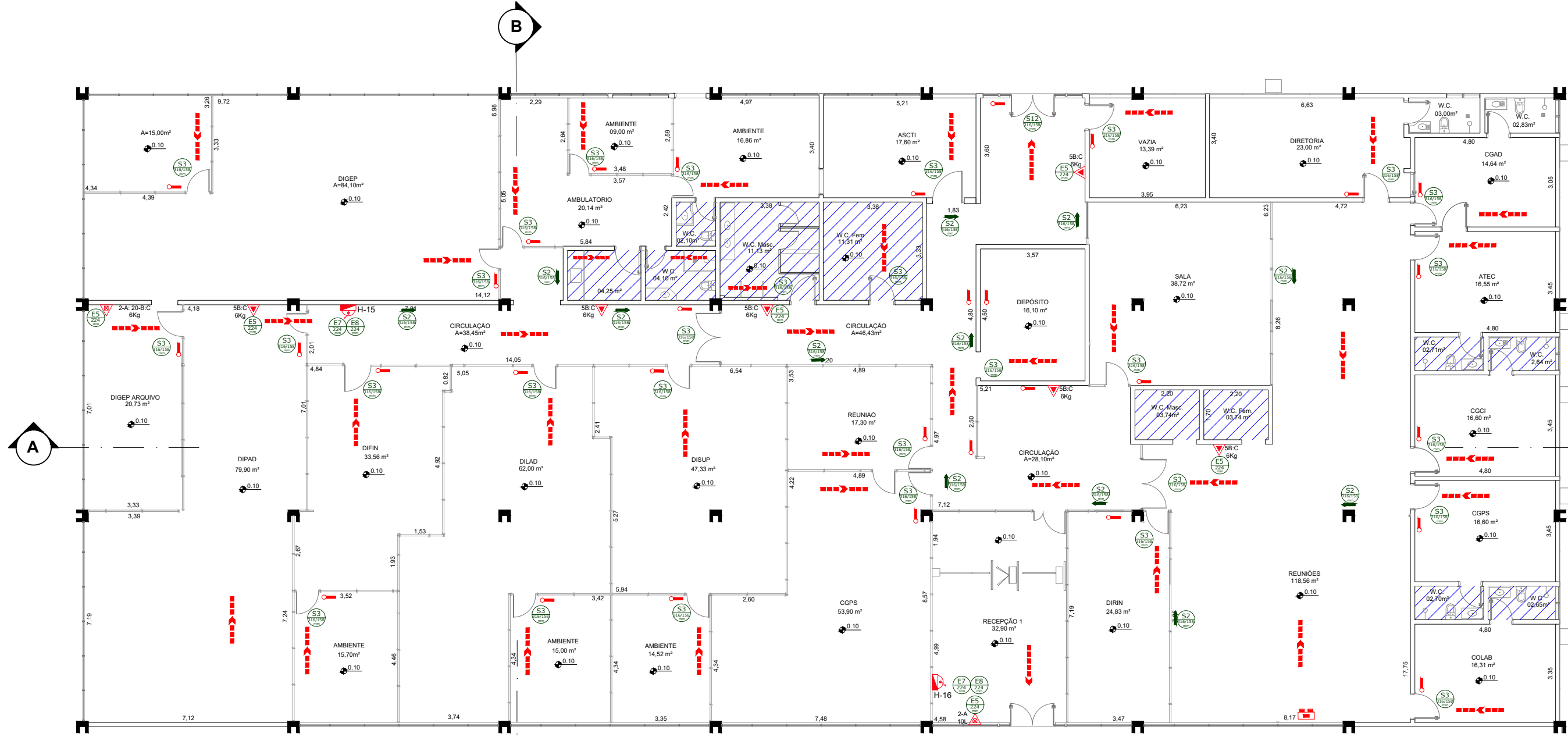
ASSUNTO:
FACHADA, CORTES E PLANTA DE COBERTURA - PRÉDIO I A IV

ESCALA: INDICADAS

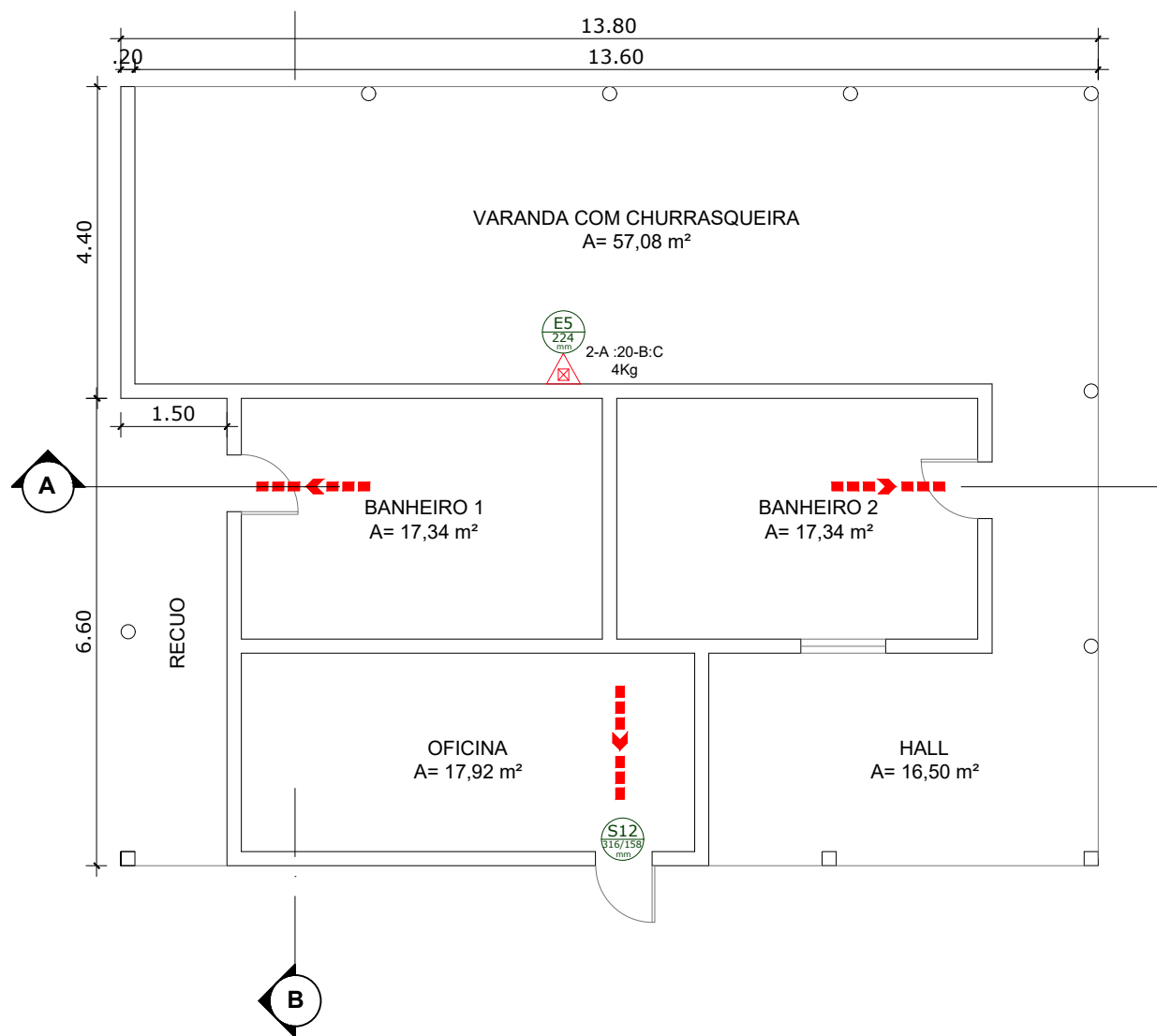
DATA: 12/11/2020

PROJETO:
ENGº ALVARO LUIZ
ENGº DAMIRES PULQUERO

FOLHA:
07/
15



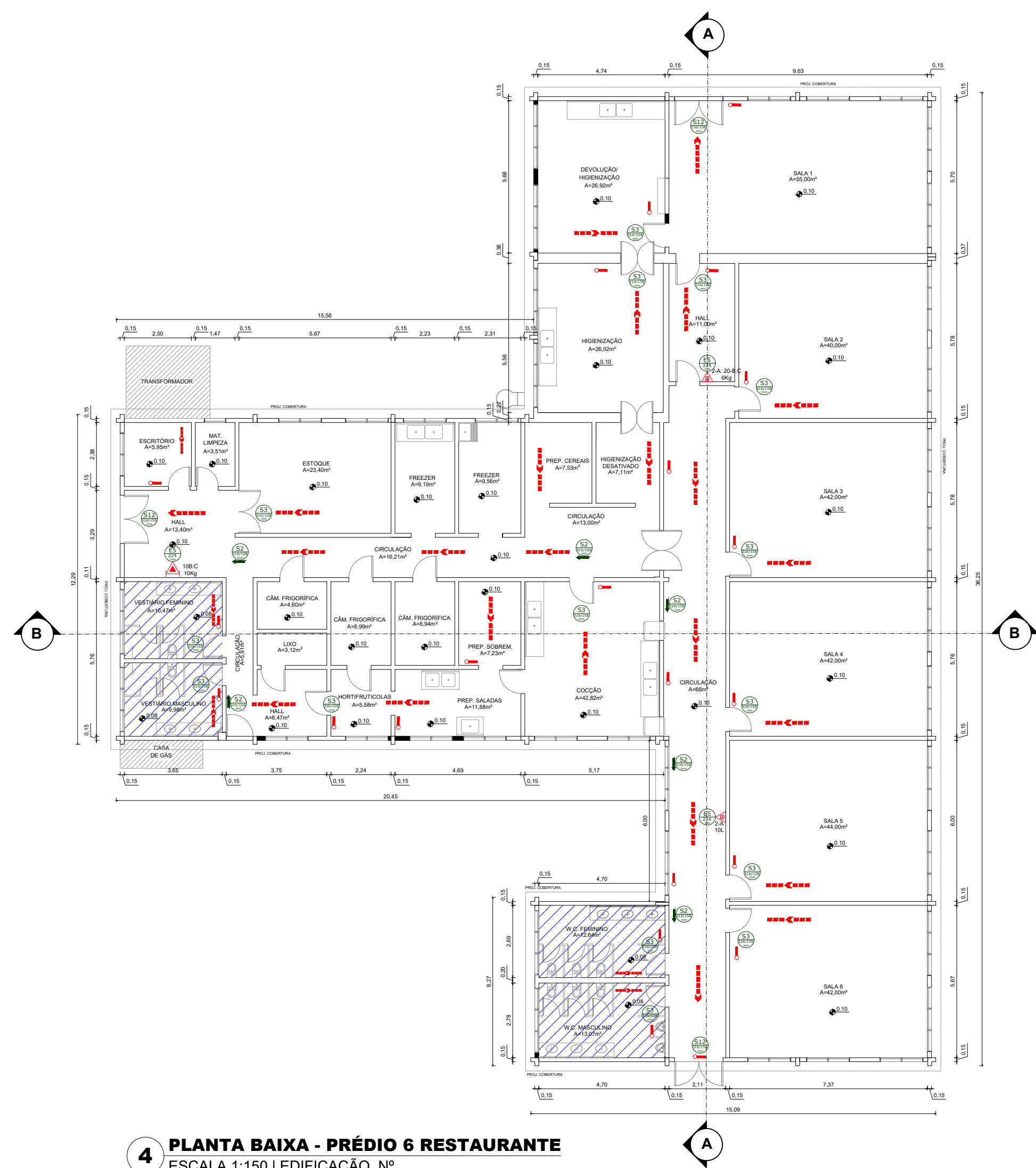
1 PLANTA BAIXA - PRÉDIO 5 ADM
ESCALA 1:150



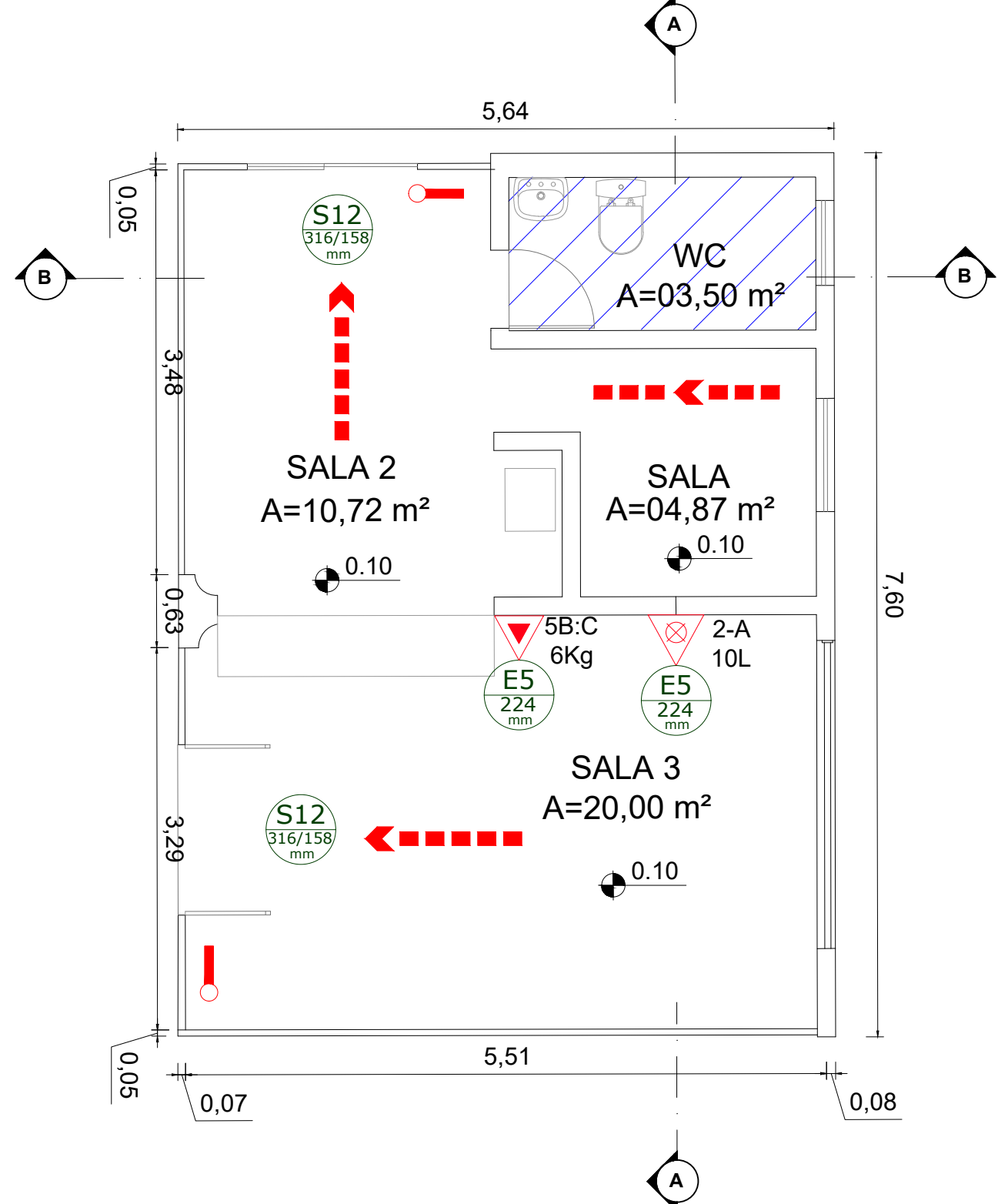
2 PLANTA BAIXA - ASCTI ESPAÇO DE LAZER
ESCALA 1:100



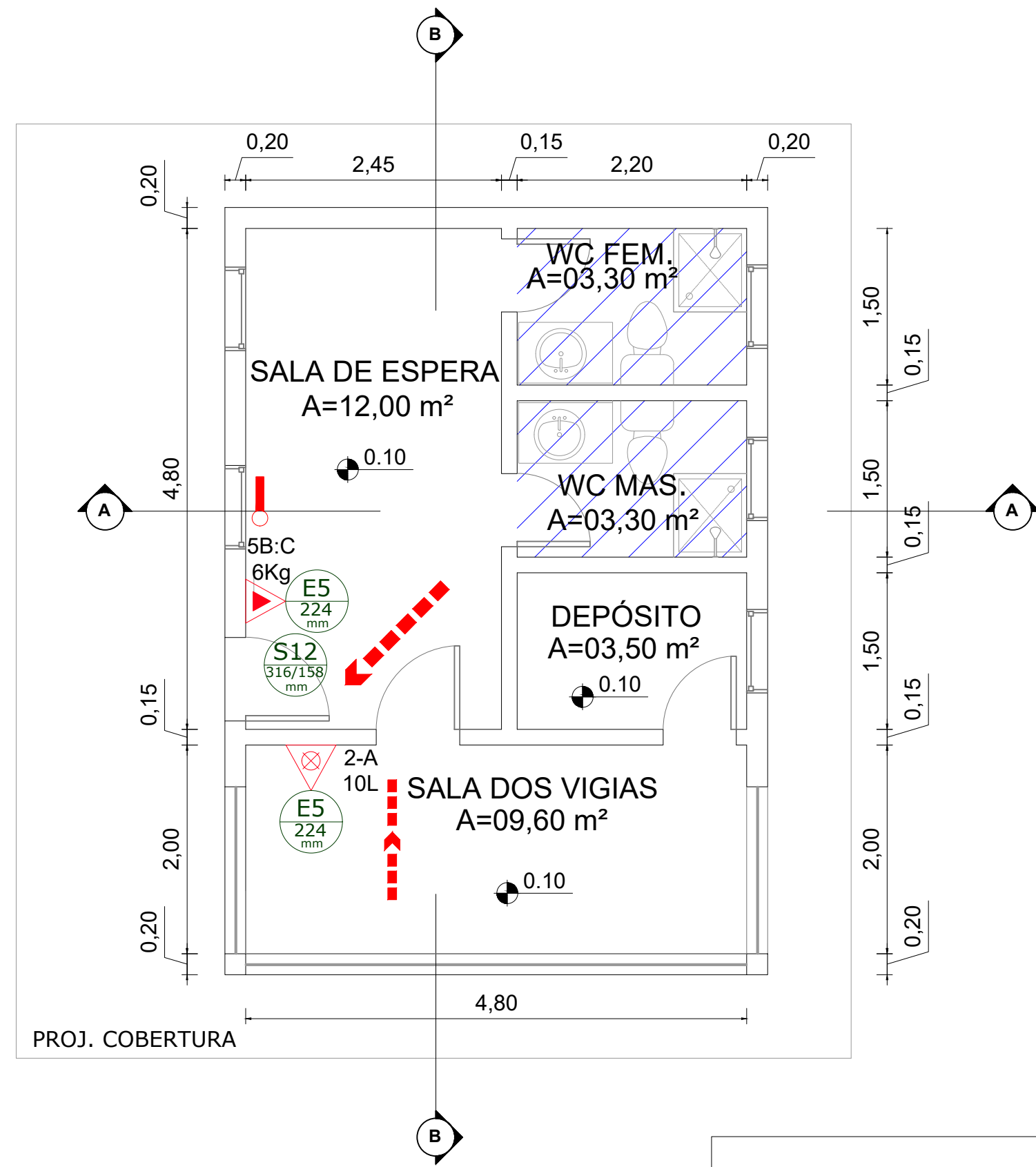
3 PLANTA BAIXA - ASCTI SALÃO DE FESTA
ESCALA 1:100



4 PLANTA BAIXA - PRÉDIO 6 RESTAURANTE
ESCALA 1:150 | EDIFICAÇÃO Nº



5 PLANTA BAIXA - PORTARIA 1
ESCALA 1:50



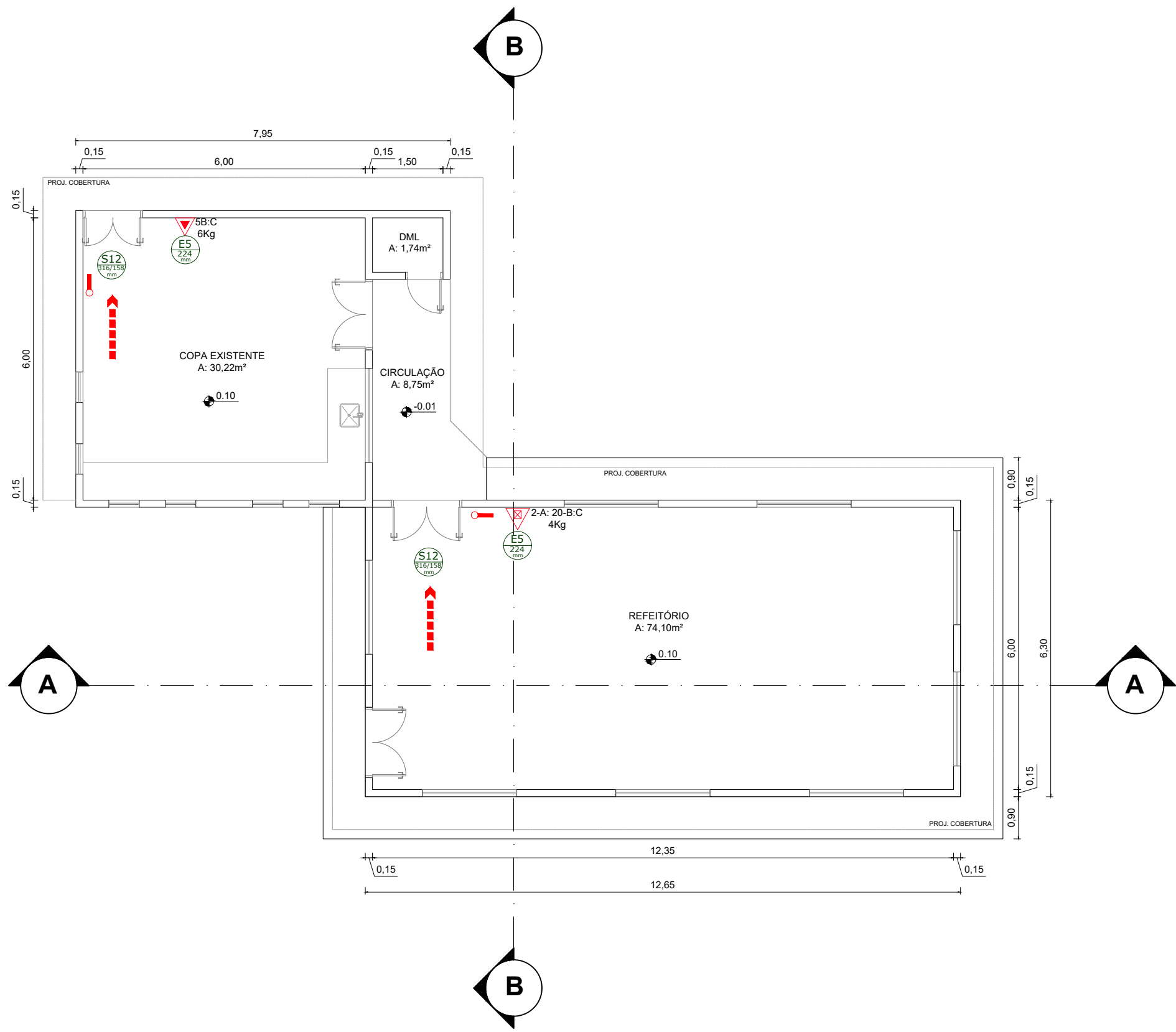
6 PLANTA BAIXA - PORTARIA 2
ESCALA 1:50

SIMBOLOGIA	
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO	AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
	ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
	CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
	DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA DE INCÊNDIO
	HIDRANTE SIMPLES
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	VÁLVULA DE RETENÇÃO
EXTINTORES	REGISTRO DE GAVETA
	GÁS CARBÔNICO (CO2)
	PÓ QUÍMICO SECO BC
	ÁGUA PRESSURIZADA
SISTEMA DE ABERTURAS PROTEGIDAS	GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODADAS
	PORTA CORTA FOGO PCF P-90
DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA	
SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA	
INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA CORRO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA	
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB	
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98	

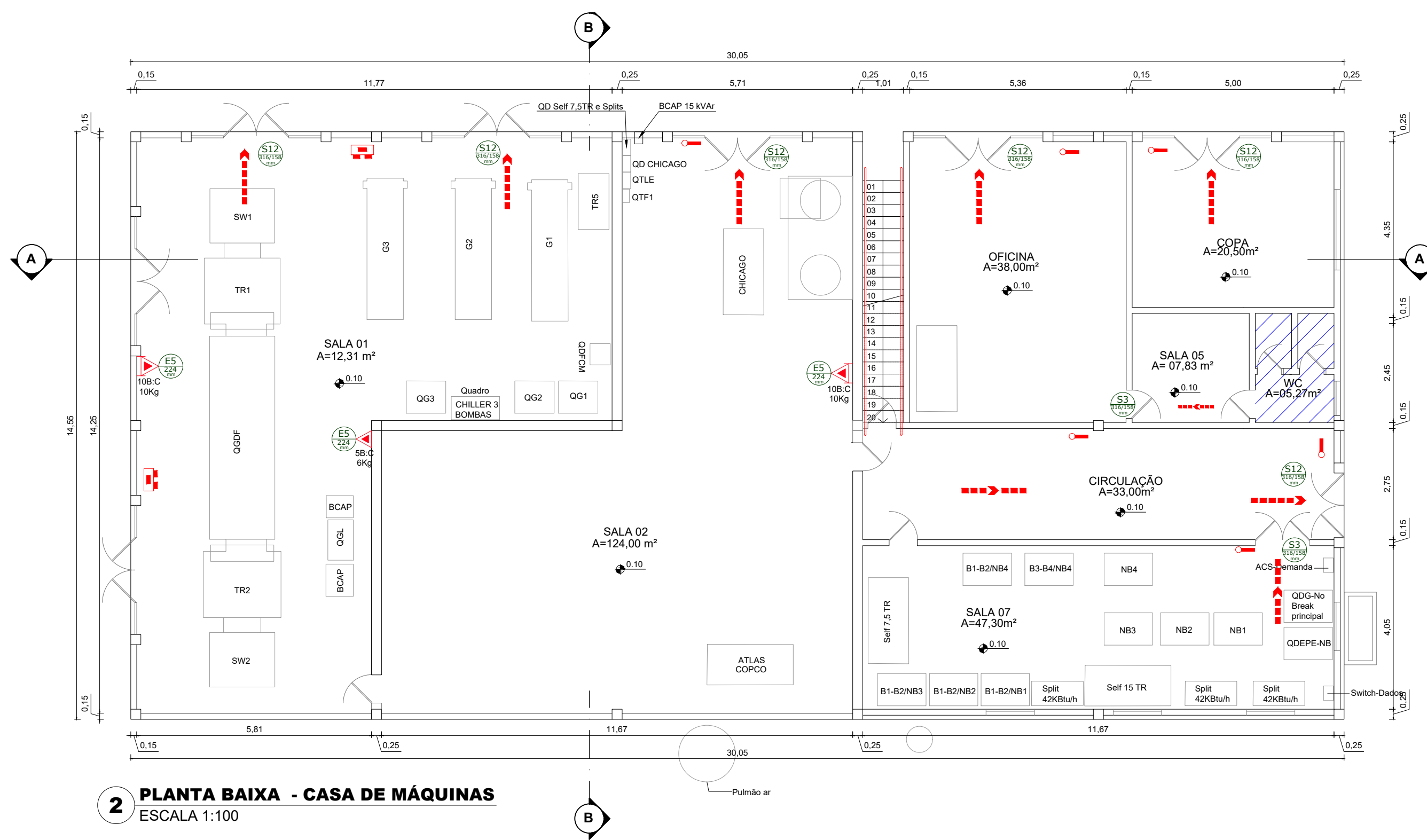


PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	
Nº ART: 28027230201662991	
PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI	PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO
CNPJ: 04.822.500/0001-60	
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS	CEP: 13.069-901
CIDADE: SÃO PAULO	
AUTOR DO PROJETO:	ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho/CREA SP: 5070494061

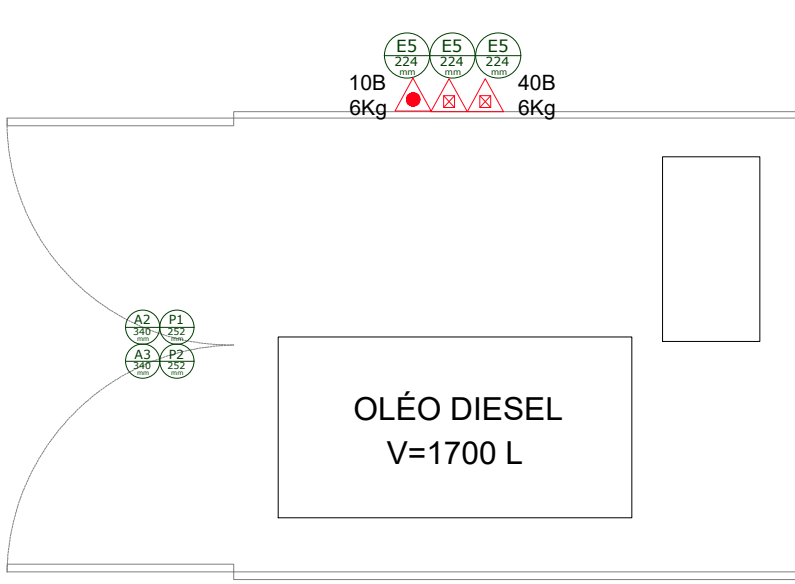
ASSUNTO:	ESCALA: INDICADAS	FOLHA:
PLANTAS BAIXAS - ADMINISTRAÇÃO, CASA DE MÁQUINAS, RESTAURANTE, PORTARIA 1 E PORTARIA 2	DATA: 12/11/2020	08/15
	PROJETO:	
	ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUERIO	



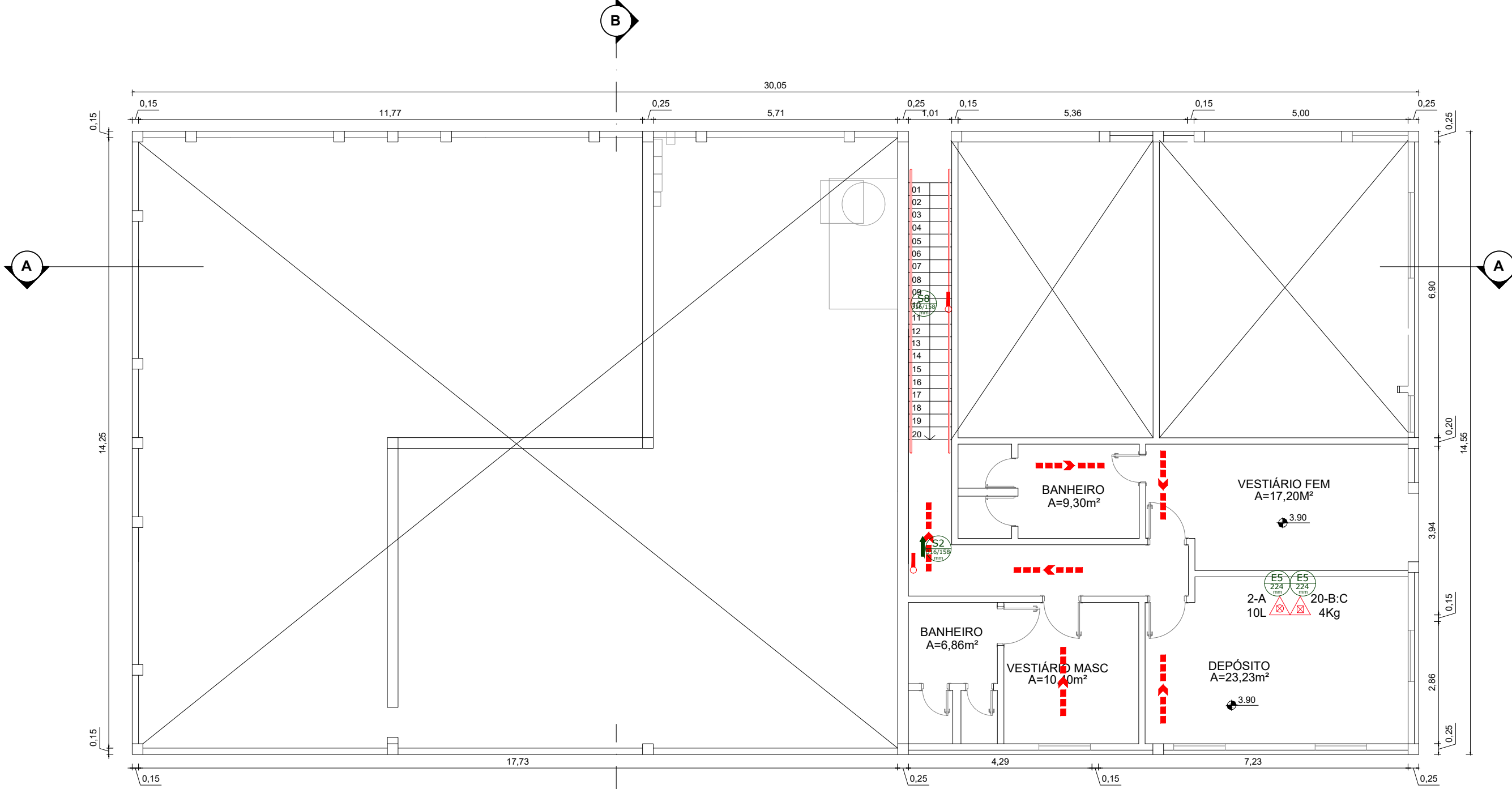
1 PLANTA BAIXA - PRÉDIO ANEXO
ESCALA 1:150



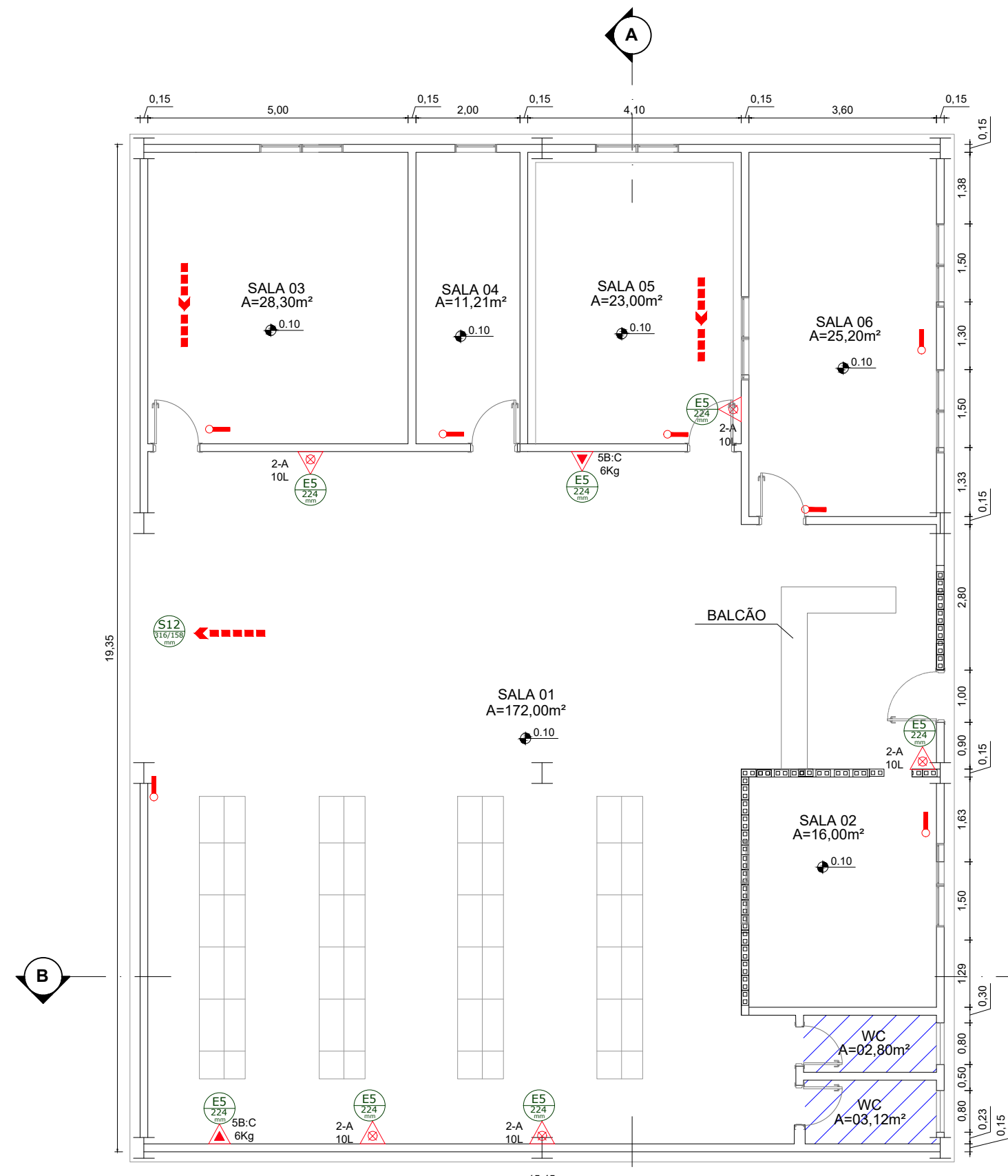
2 PLANTA BAIXA - CASA DE MÁQUINAS
ESCALA 1:100



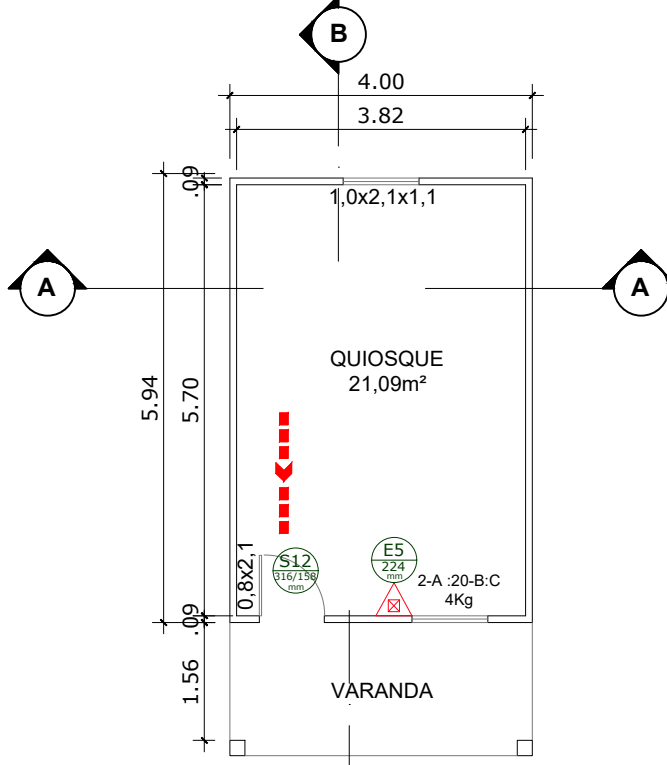
3 PLANTA BAIXA - TANQUE DE ÓLEO
ESCALA 1:50



5 PLANTA BAIXA - CASA DE MÁQUINAS
ESCALA 1:100

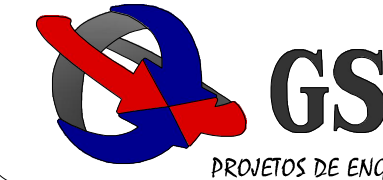


6 PLANTA BAIXA - ALMOJARIFADO
ESCALA 1:100



7 PLANTA BAIXA - ASCTI QUIOSQUE
ESCALA 1:100

SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODAS
SISTEMA ABERTURAS PROTEGIDAS		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA-CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98		



www.gsjprojetos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20
Avenida General Melo, nº 1455, Sala A, Bairro: Campo Velho, CEP: 78.065-290, Cuiabá - MT, Fone: (65) 3052-0251
E-mail: contato@gsprojetos.com

PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
Nº ART: 28027230201662991
PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI
NOME FANTASIA: CTI
PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO
CNPJ: 04.822.500/0001-60
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS
CIDADE: SÃO PAULO
CEP: 13.069-901
AUTOR DO PROJETO: ALVARO LUIZ GUERINI
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho/CREA SP: 5070494061

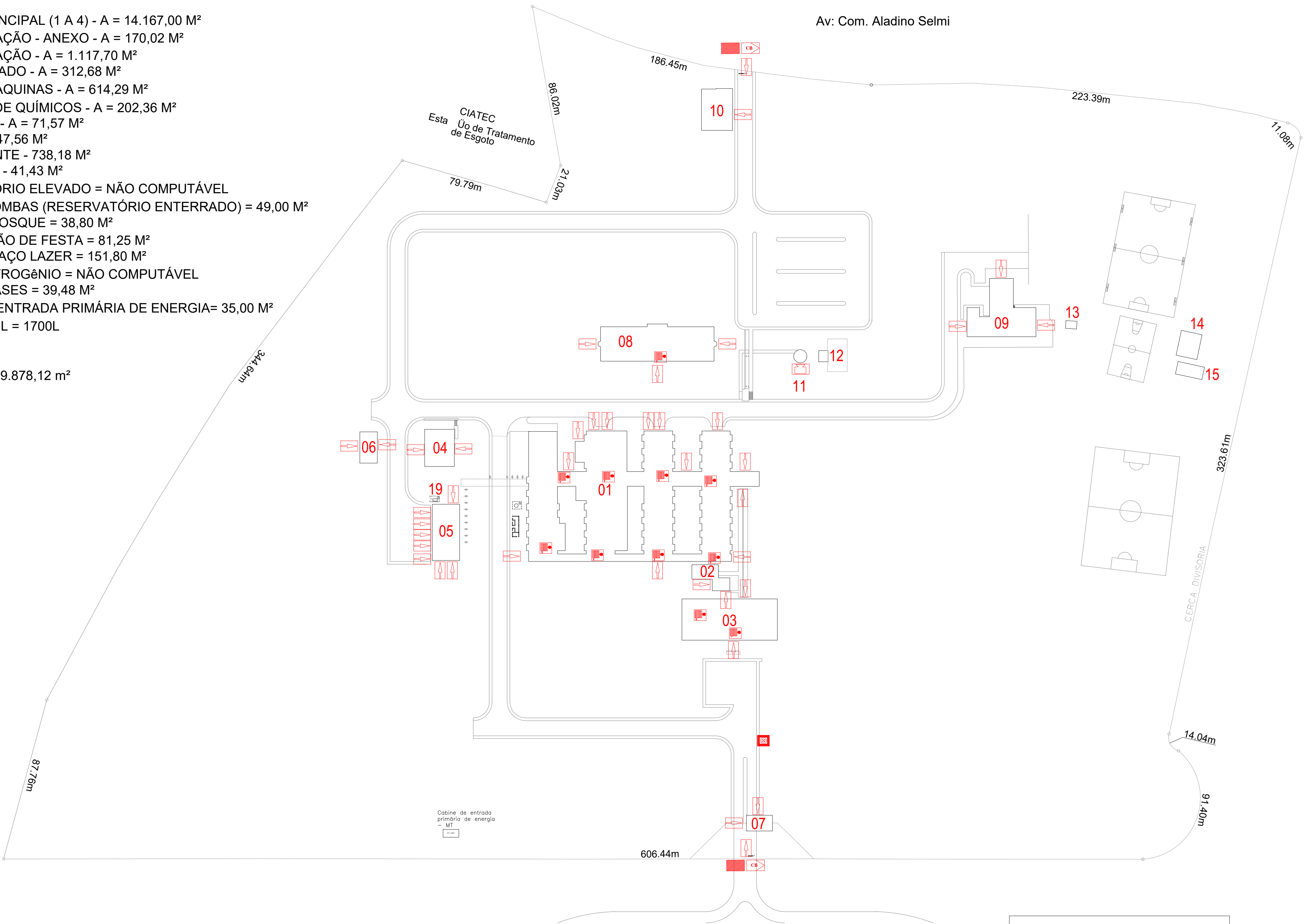
ASSUNTO: PLANTA BAIXA CASA DE MÁQUINA, PRÉDIO ANEXO, ALMOJARIFADO
ESCALA: INDICADAS
DATA: 12/11/2020
PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ GUERINI
FOLHA: 09/15

PLANTA DE RISCO DE INCÊNDIO

LEGENDA

- 01 - PRÉDIO PRINCIPAL (1 A 4) - A = 14.167,00 M²
- 02 - ADMINISTRAÇÃO - ANEXO - A = 170,02 M²
- 03 - ADMINISTRAÇÃO - A = 1.117,70 M²
- 04 - ALMOXARIFADO - A = 312,68 M²
- 05 - CASA DE MÁQUINAS - A = 614,29 M²
- 06 - DEPÓSITO DE QUÍMICOS - A = 202,36 M²
- 07 - PORTARIA I - A = 71,57 M²
- 08 - CTITEC - 2047,56 M²
- 09 - RESTAURANTE - 738,18 M²
- 10 - PORTARIA II - 41,43 M²
- 11 - RESERVATÓRIO ELEVADO = NÃO COMPUTÁVEL
- 12 - CASA DE BOMBAS (RESERVATÓRIO ENTERRADO) = 49,00 M²
- 13 - ASCTI - QUIOSQUE = 38,80 M²
- 14 - ASCTI - SALÃO DE FESTA = 81,25 M²
- 15 - ASCTI - ESPAÇO LAZER = 151,80 M²
- 16 - TANQUE NITROGÊNIO = NÃO COMPUTÁVEL
- 17 - CASA DE GASES = 39,48 M²
- 18 - CABINE DE ENTRADA PRIMÁRIA DE ENERGIA= 35,00 M²
- 19 - ÓLEO DIESEL = 1700L

ÁREA TOTAL = 19.878,12 m²



1 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESCALA 1:1250

LEGENDA INCÊNDIO	
	— hidrante interno
	— registro de recalque
	— entrada para o cb
	— reserva de incêndio
	— ARRUAAMENTO INTERNO



GS
PROJETOS DE ENGENHARIA

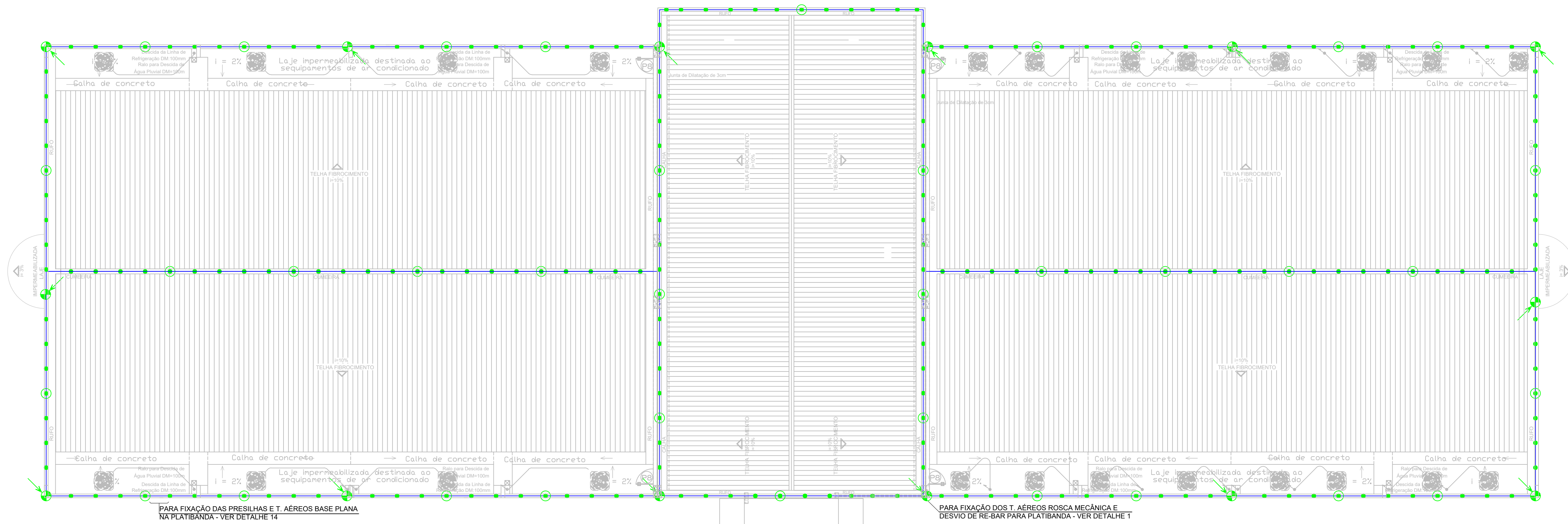
www.gsjprojetos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20
Avenida General Melo, nº 1455, Sala A, Bairro: Campo Velho, CEP: 78.065-290, Cuiabá - MT, Fone: (65) 3052-0251
E-mail: contato@gsprojetos.com



**CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER**

PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	
Nº ART: 28027230201662991	
PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI	
NOME FANTASIA: CTI	PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO
CNPJ: 04.822.500/0001-60	
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS	
CIDADE: SÃO PAULO	CEP: 13.069-901
AUTOR DO PROJETO: ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho/ CREA SP: 5070494061	

ASSUNTO: PLANTA DE RISCO DE INCÊNDIO	ESCALA: INDICADAS	FOLHA: 15/ 15
	DATA: 12/11/2020	
	PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUERIO	

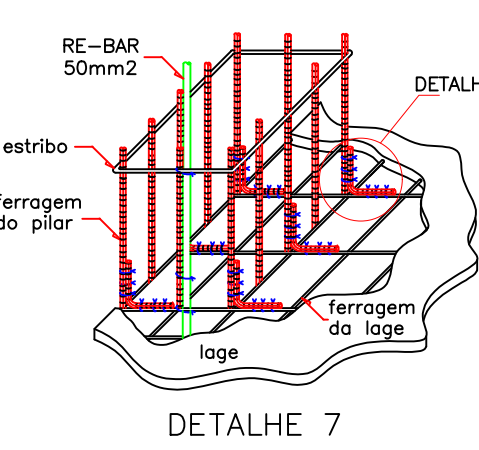
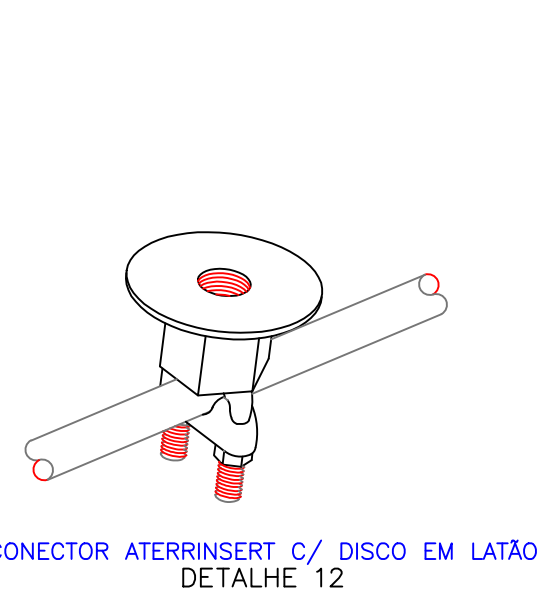
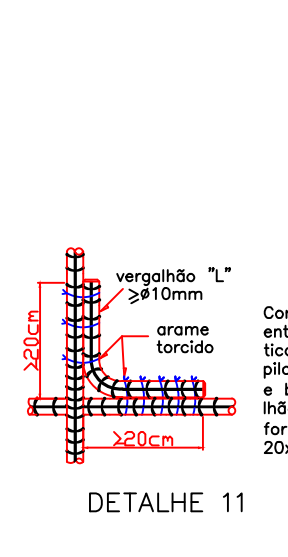
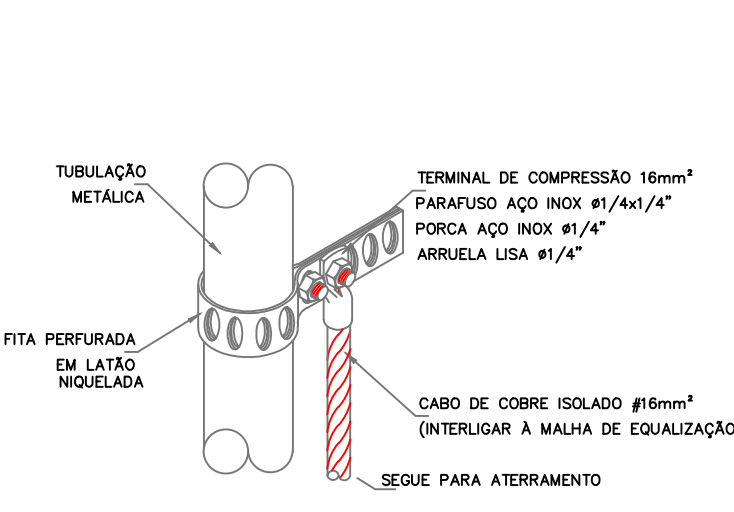
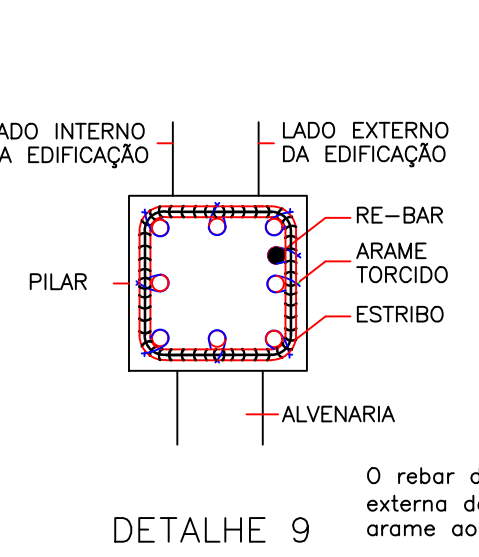
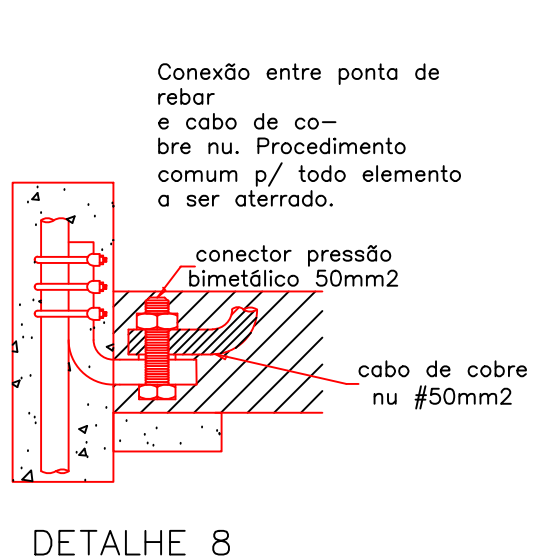
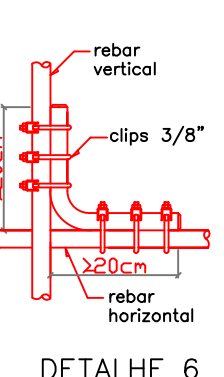
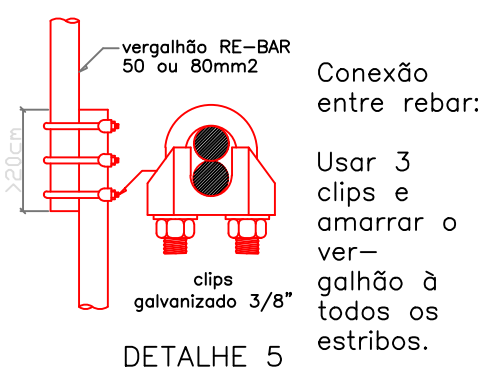
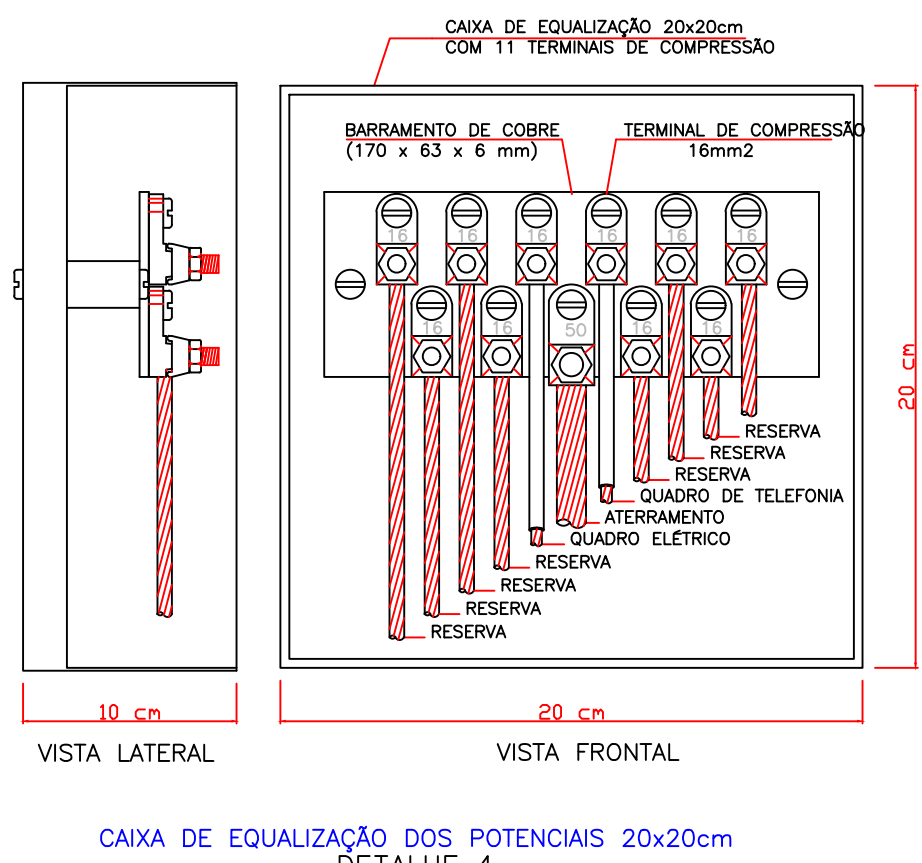
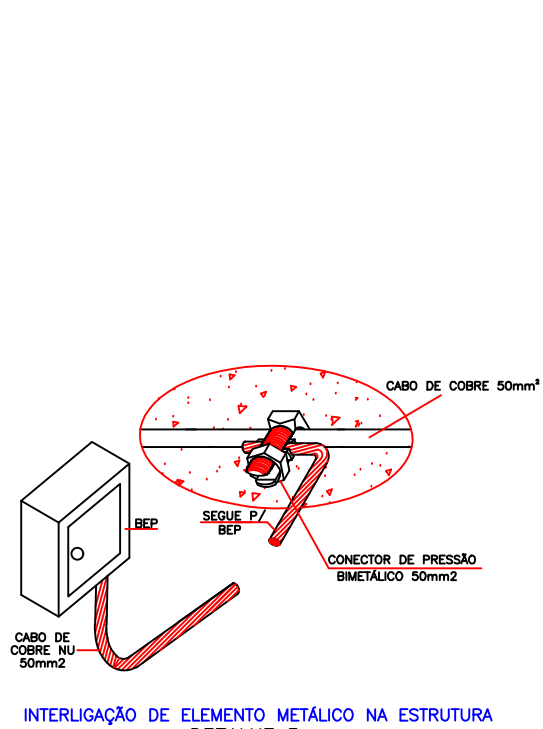
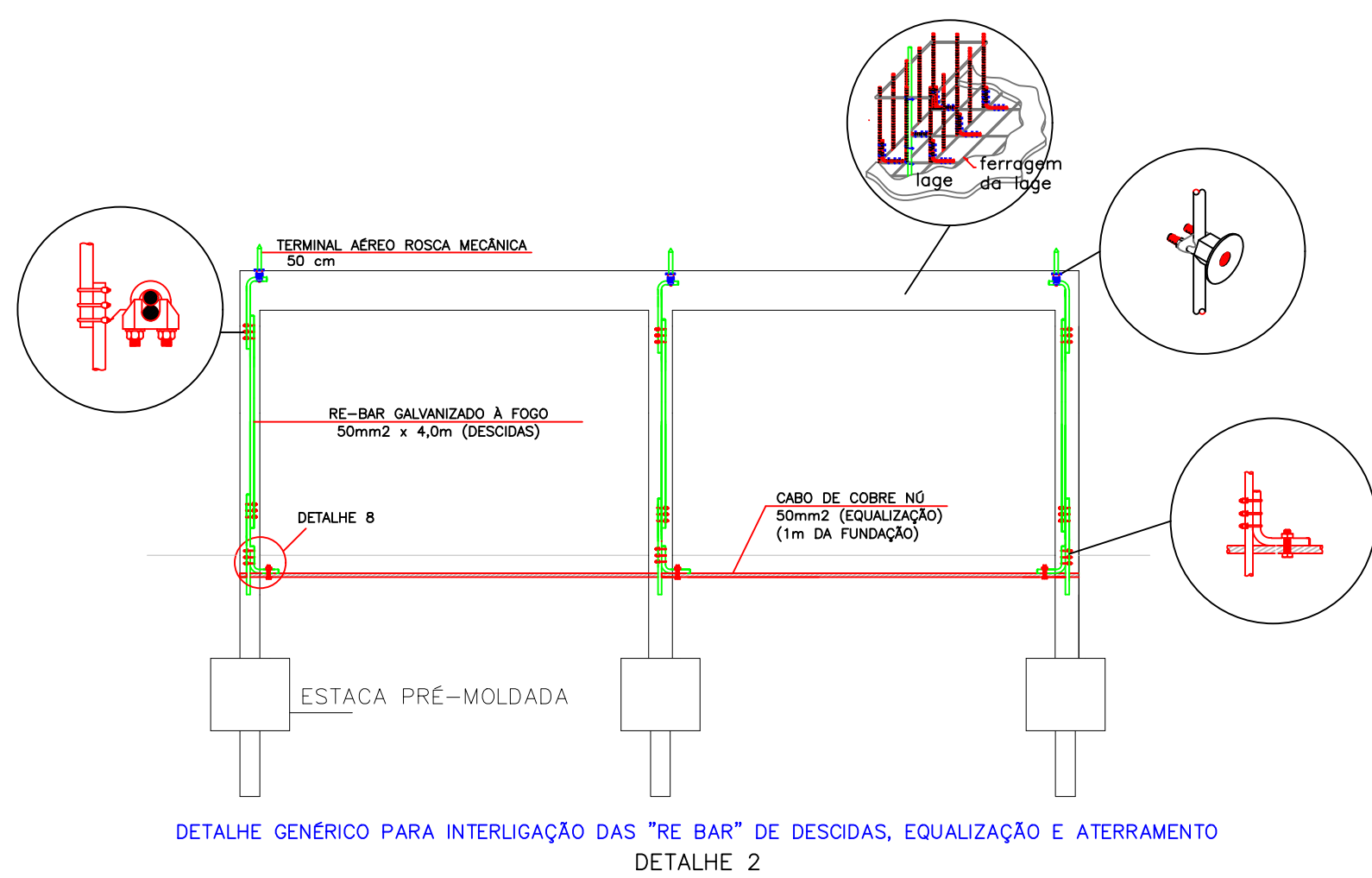
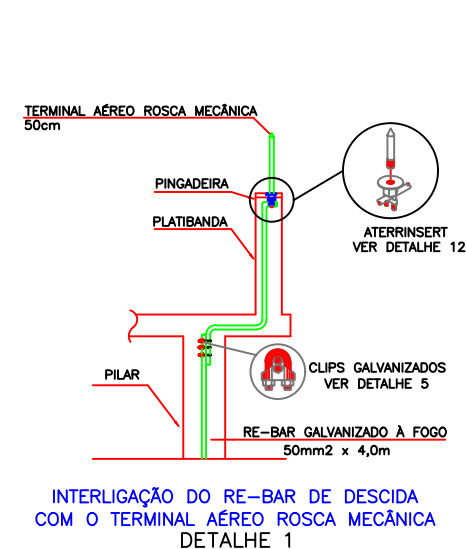


1 COBERTURA - CTI TEC
ESCALA 1:100

1ª Etapa

1ª Etapa

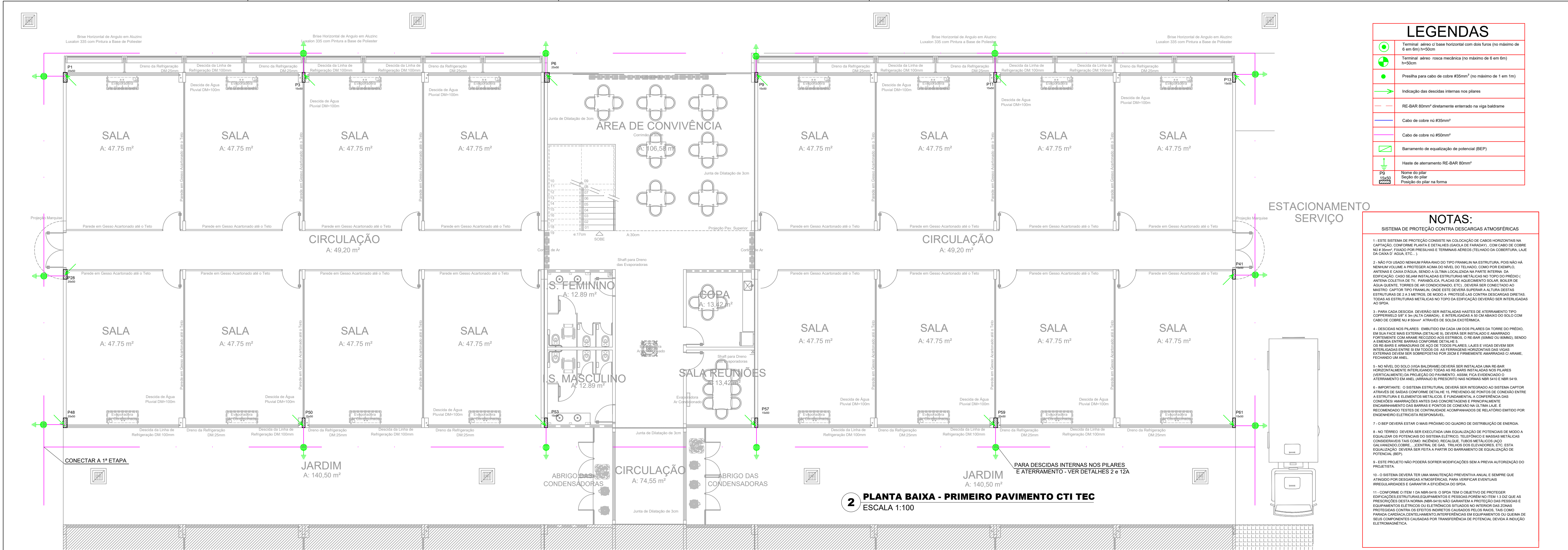
1ª Etapa



LEGENDAS	
	Terminal aéreo c/ base horizontal com dois furos (no máximo de 6 em 6m) h=50cm
	Terminal aéreo rosca mecânica (no máximo de 6 em 6m) h=50cm
	Presilha para cabo de cobre #35mm² (no máximo de 1 em 1m)
	Indicação das descidas internas nos pilares
	RE-BAR 80mm² diretamente enterrado na viga baldrame
	Cabo de cobre nº #35mm²
	Barra de equalização de potencial (BEP)
	Haste de aterramento RE-BAR 80mm²
	Nome do pilar
	Posição do pilar na forma

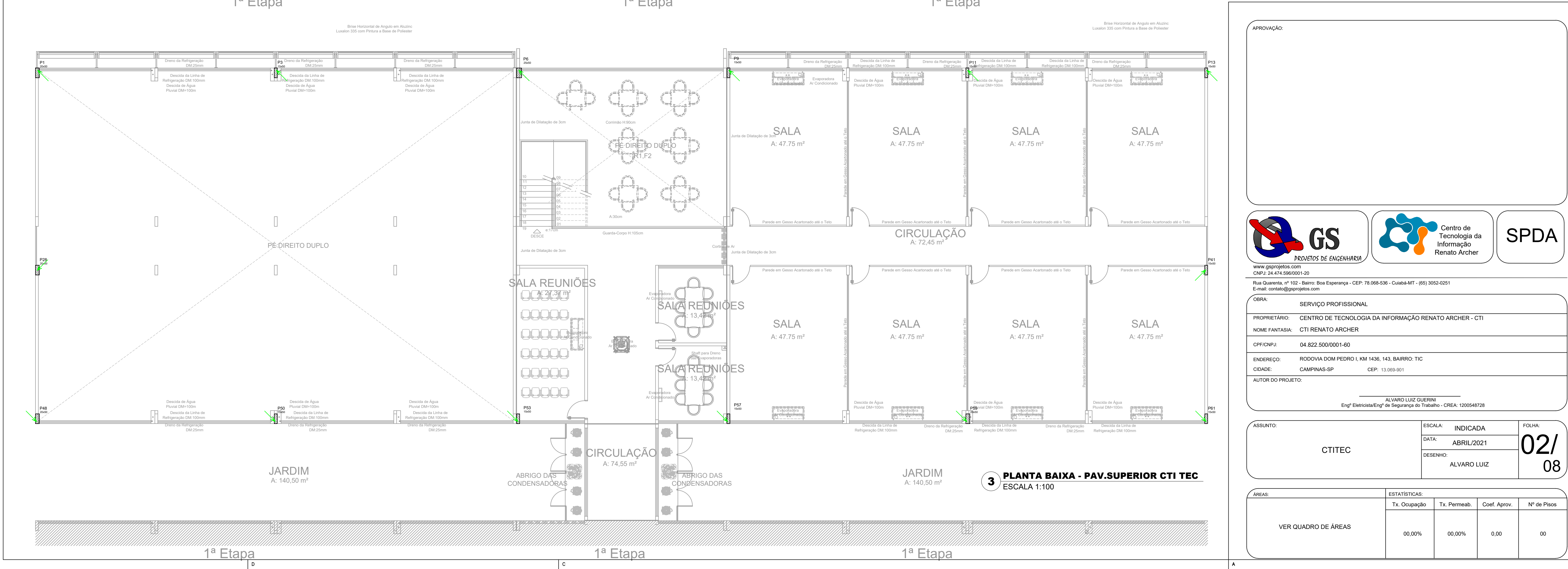
NOTAS:	
SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	
1- ESTE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONSISTE NA COLOCAÇÃO DE CABOS HORIZONTAIS NA CAPTAÇÃO, CONFORME PLANTA E DETALHES (GALHAS E FANALAS), COM CABO DE COBRE Nº 35mm², FIXADO POR PRESILHAS E TERMINAIS AÉREOS (TELHADO DA COBERTURA, LAJE DA CASA D'ÁGUA, ETC.).	
2- NÃO FOI USADO NENHUM PARA-RAIO DO TIPO FRANKLIN NA ESTRUTURA, POIS NÃO HÁ NENHUM VOLUME A PROTEGER ACIMA DO NÍVEL DO TELHADO, COMO POR EXEMPLO, ANTENAS E CASA D'ÁGUA, SENDO A ÚLTIMA LOCALIZADA NA PARTE INTERNA DA EDIFICAÇÃO. CASO SEJAM INSTALADAS ESTRUTURAS METÁLICAS NO TOPO DO PREDIO (ANTENA COLETIVA DE TV, PARABOLICA, PLACAS DE AQUECIMENTO SOLAR, SOLAR DE ÁGUA QUENTE, TORRES DE AR CONDICIONADO, ETC.), DEVERÁ SER CONECTADO AO MASTRO CAPTOR TIPO FRANKLIN, ONCE ESTE DEVERÁ SUPERAR A ALTURA DAS ESTRUTURAS DE 2 A 3 METROS, DE MODO A PROTEGÊ-LAS CONTRA DESCARGAS DIRETAS. TODAS AS ESTRUTURAS METÁLICAS NO TOPO DA EDIFICAÇÃO DEVERÃO SER INTERLIGADAS AO SPD.	
3- PARA CADA DESCIDA, DEVERÃO SER INSTALADAS HASTES DE ATERRAMENTO TIPO COPPERWELD ØBT 3" IN (ALTA CANALADA), E INTERLIGADAS A 50 CM ABaixo DO SOLO COM CABO DE COBRE Nº 35mm² ATRAVÉS DE SOLDA EXOTÉRMICA.	
4- DESCIDAS NOS PILARES: EMBITUDO EM CADA UM DOS PILARES DA TORRE DO PREDIO, EM SUA FACE MAIS EXTERNA (DETALHE 6), DEVERÁ SER INSTALADO E AMARRADO FORTEMENTE COM ARAME RECOIDO AOS ESTRIBOS, O RE-BAR (80MM² OU 10MM²), SENDO A DESCIDA ENTRE BARRAS CONFORME DETALHE 11.	
5- OS RE-BARS E ARMADURAS DE AÇO DE TODOS PILARES, LAJES E VIGAS DEVEM SER INTERLIGADAS ENTRE SI EM TODOS OS AS FERRAGENS HORIZONTAIS DAS VIGAS EXTERNAS DEVEM SER SOBREPÓSITAS POR 20CM E FIRMEMENTE AMARRADAS COM ARAME, FECHANDO UM ANEL.	
6- NO NÍVEL DO SOLO (VIGA BALDRAME) DEVERÁ SER INSTALADA UMA RE-BAR HORIZONTAMENTE INTERLIGANDO TODAS AS RE-BARS RETILÍNEAS NOS PILARES (VERTICALMENTE DA PROJEÇÃO DO PAVIMENTO). ASSIM, FICA EVIDENCIADO O ATERRAMENTO EM ANEL (ARMAZÃO B) PRESENTE NAS NORMAS NBR 5413 E NBR 5418.	
7- IMPORTANTE: O SISTEMA ESTRUTURAL DEVERÁ SER INTEGRADO AO SISTEMA CAPTOR ATRAVÉS DE BARRAS CONFORME DETALHE 11, PREVENINDO-SE PONTOS DE CONEXÃO ENTRE A ESTRUTURA E ELEMENTOS METÁLICOS E FUNDAMENTAL A CONFERÊNCIA DAS CONEXÕES AMARRADAS ANTES DAS CONCRETAGENS E PRINCIPALMENTE ENCAMINHAMENTO DAS BARRAS E PONTOS DE CONEXÃO NA ÚLTIMA LAJE. É RECOMENDADO TESTES DE CONTINUIDADE ACOMPANHADOS DE RELATÓRIO EMITIDO POR ENGENHEIRO ELÉTRICISTA RESPONSÁVEL.	
8- O BEP DEVERÁ ESTAR O MAIS PRÓXIMO DO QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA.	
9- NO TERREO DEVERÁ SER EXECUTADA UMA EQUALIZAÇÃO DE POTENCIAIS DE MODO A EQUALIZAR OS POTENCIAIS DO SISTEMA ELÉTRICO, TELEFÔNICO E MASSAS METÁLICAS CONSERVADAS NAS COMBUSTÍVEIS, RECALQUE, TODOS METÁLICOS (AÇO GALVANIZADO, COBRE, CIMENTO, DE CIMENTO, DE CIMENTO, DE CIMENTO, ETC.). ESTA EQUALIZAÇÃO DEVERÁ SER FEITA A PARTIR DO BARRAMENTO DE POTENCIAL (BEP).	
10- ESTE PROJETO NÃO PODERÁ SOFRER MODIFICAÇÕES SEM A PREVIA AUTORIZAÇÃO DO PROJETISTA.	
11- O SISTEMA DEVERÁ TER UMA MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL, E SEMPRE QUE ATINGIDO POR DESCARGAS ATMOSFÉRICAS, PARA VERIFICAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES E GARANTIR A EFICIÊNCIA DO SPD.	
12- CONFORME O ITEM 1 DA NBR 5413, O SPD TEM O OBJETIVO DE PROTEGER EDIFICAÇÕES, ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAS PORÉM NÃO TEM O OBJETIVO DE PROTEGER EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS OU ELETRÔNICOS SITUADOS NO INTERIOR DAS ZONAS PROTEGIDAS CONTRA OS EFEITOS INDIRETOS CAUSADOS POR RÁIOS, TAL COMO PARADA CARDÍACA, CENTELAMENTO, INTERFERÊNCIAS EM EQUIPAMENTOS OU QUEIMA DE SEUS COMPONENTES CAUSADAS POR TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL DEVIDA A INDUÇÃO ELETROMAGNÉTICA.	

APROVAÇÃO:			
  			
www.gsjprojetos.com CNPJ: 24.474.596/0001-20 Rua Quarenta, nº 102 - Bairro: Boa Esperança - CEP: 78.068-536 - Cuiabá-MT - (65) 3052-0291 E-mail: contato@gsjprojetos.com			
OBRÁ:	SERVIÇO PROFISSIONAL		
PROPRIETÁRIO:	CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI		
NOME FANTASIA:	CTI RENATO ARCHER		
CPF/CNPJ:	04.822.500/0001-60		
ENDEREÇO:	RODOVIA DOM PEDRO I, KM 1436, 143, BAIRRO: TIC		
CIDADE:	CAMPINAS-SP CEP: 13.069-901		
AUTOR DO PROJETO:	ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho - CREA: 1200548728		
ASSUNTO:	ESCALA:	INDICADA	FOLHA:
CTITEC	DATA:	ABRIL/2021	01/08
	DESENHO:	ALVARO LUIZ	
ÁREAS:	ESTATÍSTICAS:		
VER QUADRO DE ÁREAS	Tx. Ocupação	Tx. Permeab.	Coef. Aprov.
	00,00%	00,00%	0,00
			Nº de Pisos
			00



LEGENDAS	
	Terminal aereo of base horizontal com dois furos (no máximo de 6 cm) em 50cm
	Terminal aereo rosca mecânica (no máximo de 6 cm) em 50cm
	Preilha para cabo de cobre #25mm² (no máximo de 1 cm) em 1m
	Indicação das descidas internas nos pilares
	RE-BAR 80mm² diretamente enterrado na viga baldrame
	Cabo de cobre nº #25mm²
	Cabo de cobre nº #50mm²
	Barramento de equalização de potencial (BEP)
	Base de aeração RE-BAR 80mm²
	Nome do pilar
	Seção do pilar
	Posição do pilar na forma

- ### NOTAS:
- SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS
- ESTE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS CONSISTE NA COLOCAÇÃO DE CABOS HORIZONTAIS NA CAPTAÇÃO, CONFORME PLANTA E DETALHES (GALVÃO DE FARADAY), COM CABO DE COBRE Nº 25mm², TUBO DE PROTEÇÃO E TERMINAIS AÉREOS (TUBO DA COBERTURA, LAJE DA CAIXA D'ÁGUA, ETC.).
 - NÃO FOI USADO NENHUM PARARADO DO TIPO FRANKLIN NA ESTRUTURA, POIS NÃO HÁ NENHUM VOLUME A PROTEGER ACIMA DO NÍVEL DO TELHADO, COMO POR EXEMPLO, ANTENAS E CAIXA D'ÁGUA, SENDO A ÚLTIMA LOCALIZADA NA PARTE INTERNA DA EDIFICAÇÃO, CASO SEJA INSTALADA ESTRUTURAS METÁLICAS NO TOPO DO PÉDIO (ANTENA COLETIVA DE TV, PARABÓLICA, PLACAS DE AQUECIMENTO SOLAR, BÓILER DE ÁGUA QUENTE, TORRES DE RESFRIAMENTO, ETC.). DEVERÁ SER SUPERADA A ALTURA DESTAS ESTRUTURAS DE 2 A 3 METROS, DE MODO A PROTEGER AS CONTRA DESCARGAS DIRETAS, TODAS AS ESTRUTURAS METÁLICAS NO TOPO DA EDIFICAÇÃO DEVERÃO SER INTERLIGADAS AO SPDA.
 - PARA CADA DESCIDA, DEVERÁ SER INSTALADA MANEIRA DE ATERRAMENTO TIPO COPPERWELD 80" X 3" X 3" (ALTA CANADÁ), E INTERLIGADA A 50 CM ABAIXO DO SOLO COM CABO DE COBRE Nº 25mm², ATRAVÉS DE SOLA EXTERNA.
 - DESCIDAS NOS PILARES: EMITIDO EM CADA UM DOS PILARES DA TORRE DO PÉDIO, EM SUA FACE MAIS EXTERNA (DETALHE 2), DEVERÁ SER INSTALADO E AMARRADO FORTEMENTE COM ARAME INOXIDÁVEL AO ESTRUTURA DO REBAR (COMO O BARRAMENTO DE ATERRAMENTO) E AMARRADO A TODOS OS PONTOS DE CONEXÃO, LAJES E VIGAS DEVERÃO SER INTERLIGADAS ENTRE SI EM TODOS OS AS FERRELAGENS HORIZONTAIS DAS VIGAS EXTERNAS DEVEM SER SOBREPONTAS POR CADA FERRELAGEM AMARRADA COM ARAME, FECHANDO UM ANEL.
 - NO NÍVEL DO SOLO (VIGA BALDRAME) DEVERÁ SER INSTALADA UMA REBAR HORIZONTALMENTE INTERLIGANDO TODAS AS REBAR INSTALADAS NOS PILARES (VERTICALMENTE NA PROJEÇÃO DO PAVIMENTO, ASSIM, FICA EVIDENCIADO O ATERRAMENTO EM ANEL, AMARRADO E PRESCRITO NAS NORMAS NBR 5418 E NBR 5419.
 - IMPORTANTE: O SISTEMA ESTRUTURAL DEVERÁ SER INTEGRADO AO SISTEMA CAPTOR ATRAVÉS DE BARRAS CONFORME DETALHE 15, PREVENINDO-SE PONTOS DE CONEXÃO ENTRE A ESTRUTURA E ELEMENTOS METÁLICOS, E FUNDAMENTAL A CONFIRMAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMARRAÇÕES ANTES DAS CONCRETAGENS E PRINCIPALMENTE ENCAMBAMENTO DAS BARRAS E PONTOS DE CONEXÃO NA ÚLTIMA LAJE, E RECOMENDADO TESTES DE CONTINUIDADE ACOMPANHADOS DE RELATÓRIO EMITIDO POR ENGENHEIRO ELETRICISTA RESPONSÁVEL.
 - O BEP DEVERÁ ESTAR O MAIS PRÓXIMO DO QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA.
 - NO TERREO, DEVERÁ SER EXECUTADA UMA EQUALIZAÇÃO DE POTENCIAIS DE MODO A EQUALIZAR OS POTENCIAIS DO SISTEMA ELÉTRICO, TELEFÔNICO E MASSAS METÁLICAS CONSERVADORAS: TUBOS COMO INCRUSTADO, RECALQUE, TUBOS METÁLICOS (AZO GALVANIZADO COBRE, CENTRAL DE GÁS, TRILHOS DOS ELEVADORES, ETC.). ESTA EQUALIZAÇÃO, DEVERÁ SER FEITA A PARTIR DO PAVIMENTO DE EQUALIZAÇÃO DE POTENCIAL (BEP).
 - ESTE PROJETO NÃO PODERÁ SOFRER MODIFICAÇÕES SEM A PREVIA AUTORIZAÇÃO DO PROJETISTA.
 - O SISTEMA DEVERÁ TER UMA MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL, E SEMPRE QUE ATINGIDO POR DESCARGAS ATMOSFÉRICAS, PARA VERIFICAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES E GARANTIR A EFICIÊNCIA DO SPDA.
 - CONFORME O ITEM 1 DA NBR-5419, O SPDA TEM O OBJETIVO DE PROTEGER EDIFICAÇÕES, ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAS CONTRA O RISCO DE QUE SEJAM AFETADOS POR DESCARGAS ATMOSFÉRICAS, NÃO GARANTINDO A PROTEÇÃO DAS PESSOAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS OU ELETRÔNICOS SITUADOS NO INTERIOR DAS ZONAS PROTEGIDAS CONTRA OS EFEITOS POSITIVOS CAUSADOS PELOS RÁIOS, TÃO COMO PARADA, CARREGA, CANCELAMENTO, INTERFERÊNCIAS EM EQUIPAMENTOS OU QUEIMA DE SEUS COMPONENTES CAUSADA POR TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL, DEVIDA A INDUÇÃO ELETROMAGNÉTICA.



APROVAÇÃO:

 **GS**
PROJETOS DE ENGENHARIA

 **CTI**
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER

SPDA

www.gsjprojetos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20

Rua Quarenta, nº 102 - Bairro: Boa Esperança - CEP: 78.068-536 - Cuiabá-MT - (65) 3052-0521
E-mail: contato@gsprojetos.com

OBRA: SERVIÇO PROFISSIONAL

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI

NOME FANTASIA: CTI RENATO ARCHER

CPF/CNPJ: 04.822.500/0001-60

ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I, KM 1436, 143, BAIRRO: TIC

CIDADE: CAMPINAS-SP **CEP:** 13.069-901

AUTOR DO PROJETO: ALVARO LUIZ GUERINI
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho - CREA: 1200548728

ASSUNTO: CTITEC

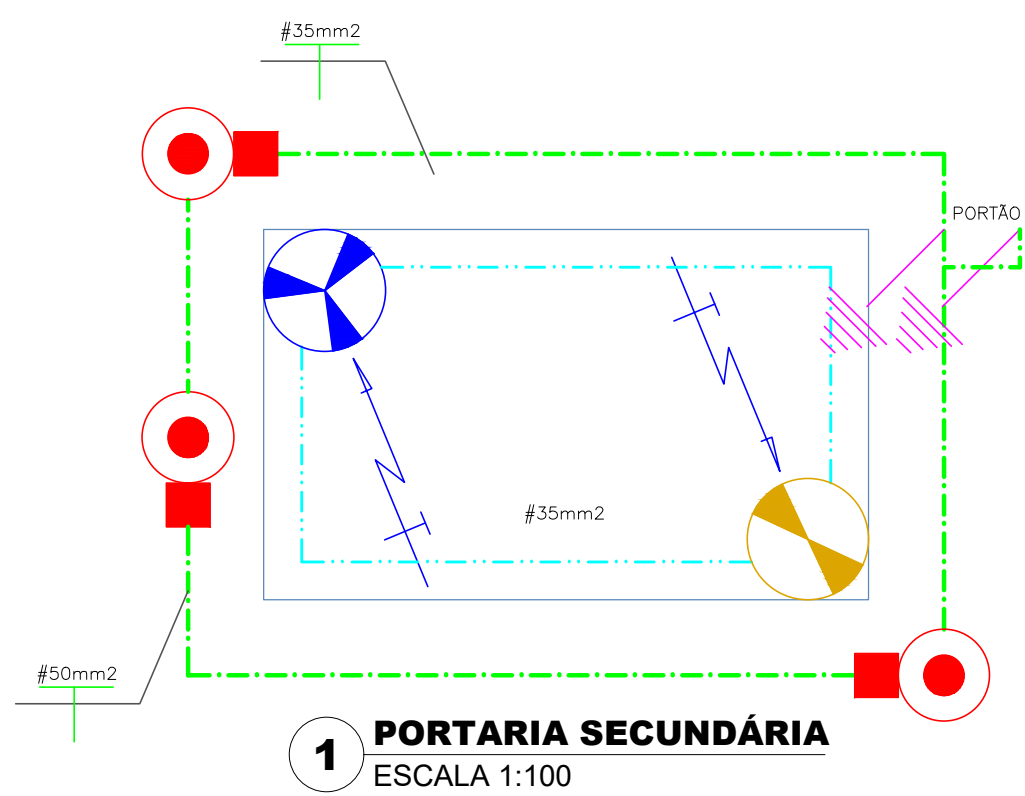
ESCALA: INDICADA

DATA: ABRIL/2021

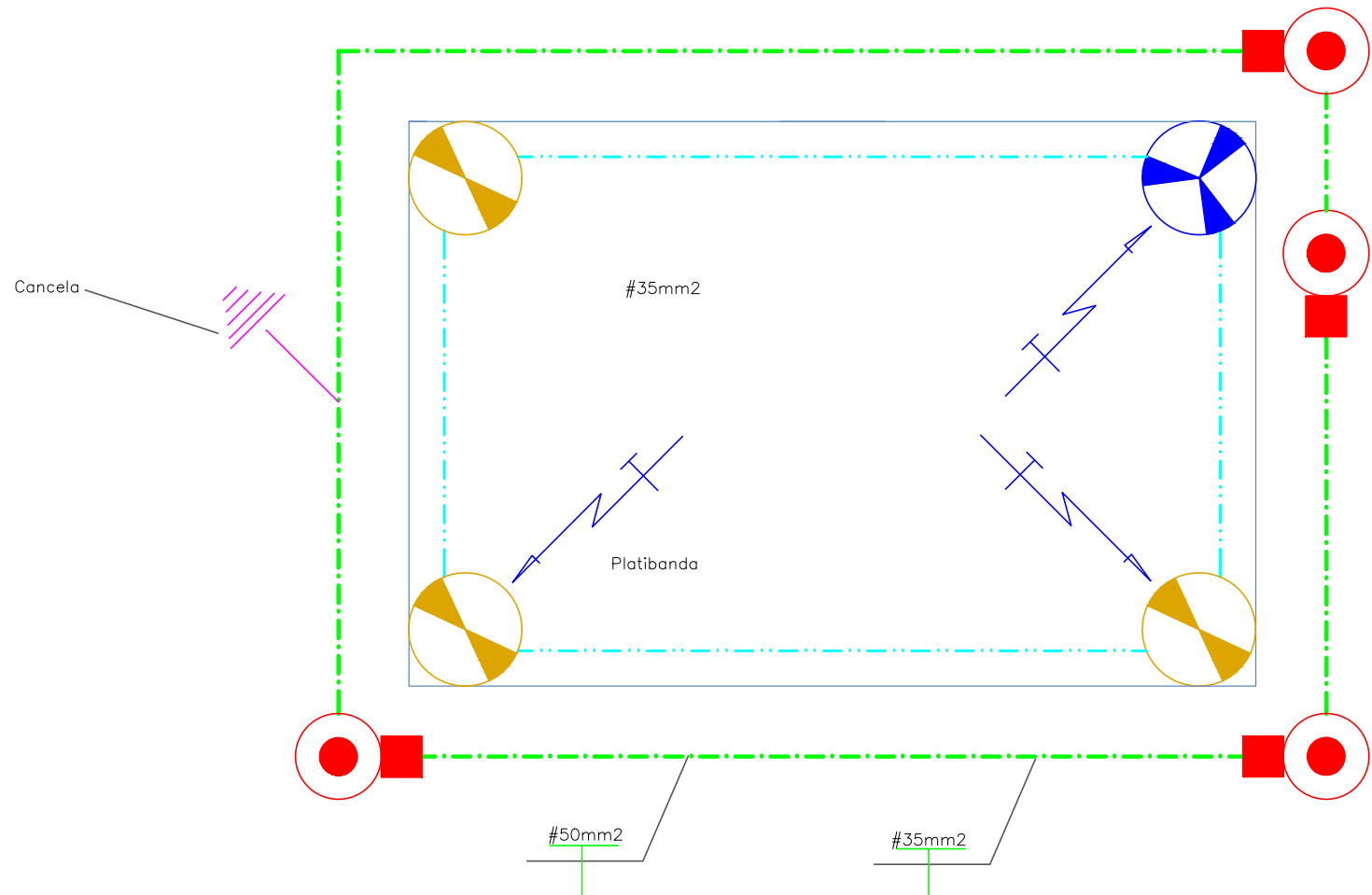
DESENHO: ALVARO LUIZ

FOLHA: 02/08

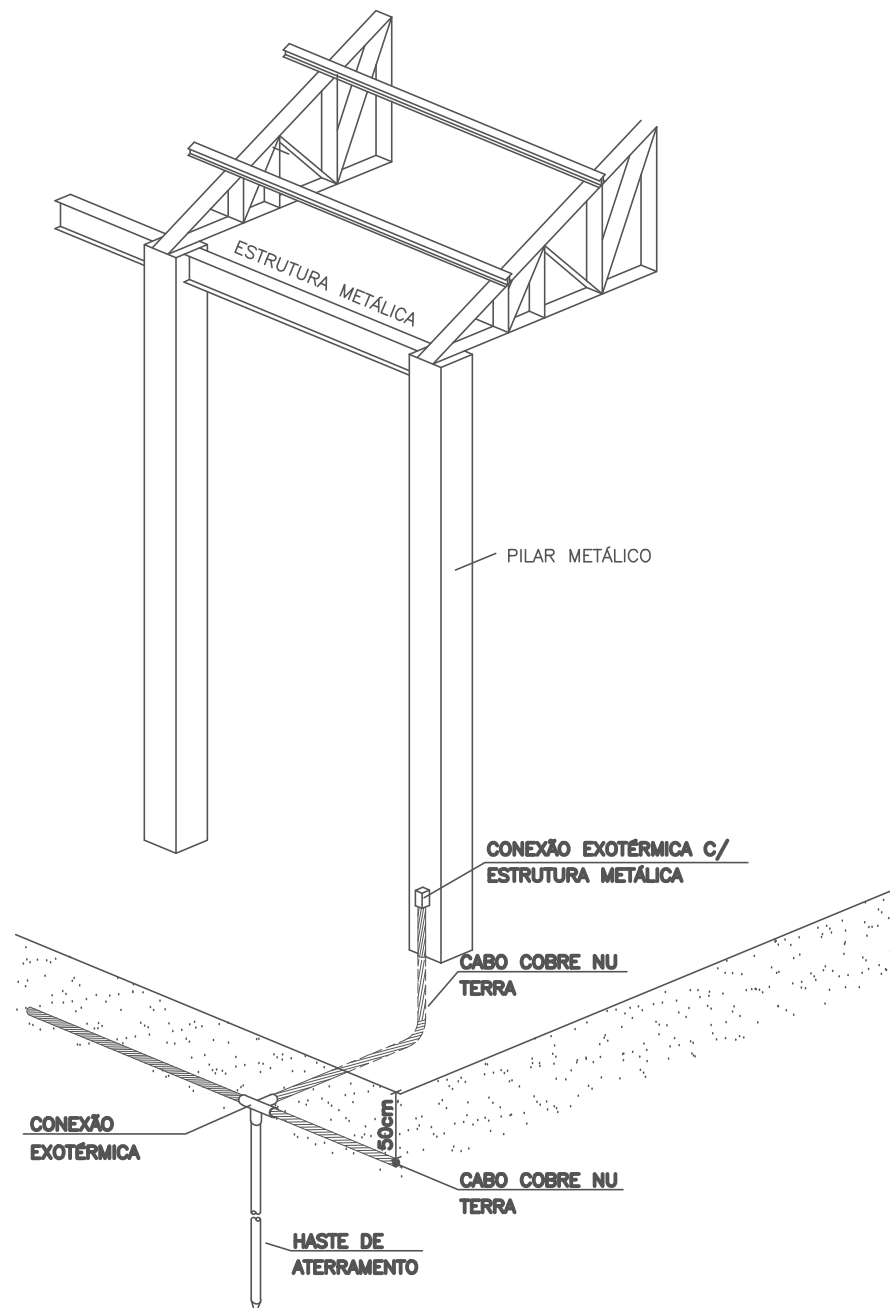
ÁREAS:	ESTATÍSTICAS:	Tx. Ocupação	Tx. Permeab.	Coef. Aprov.	Nº de Pisos
VER QUADRO DE ÁREAS	00,00%	00,00%	0,00	00	



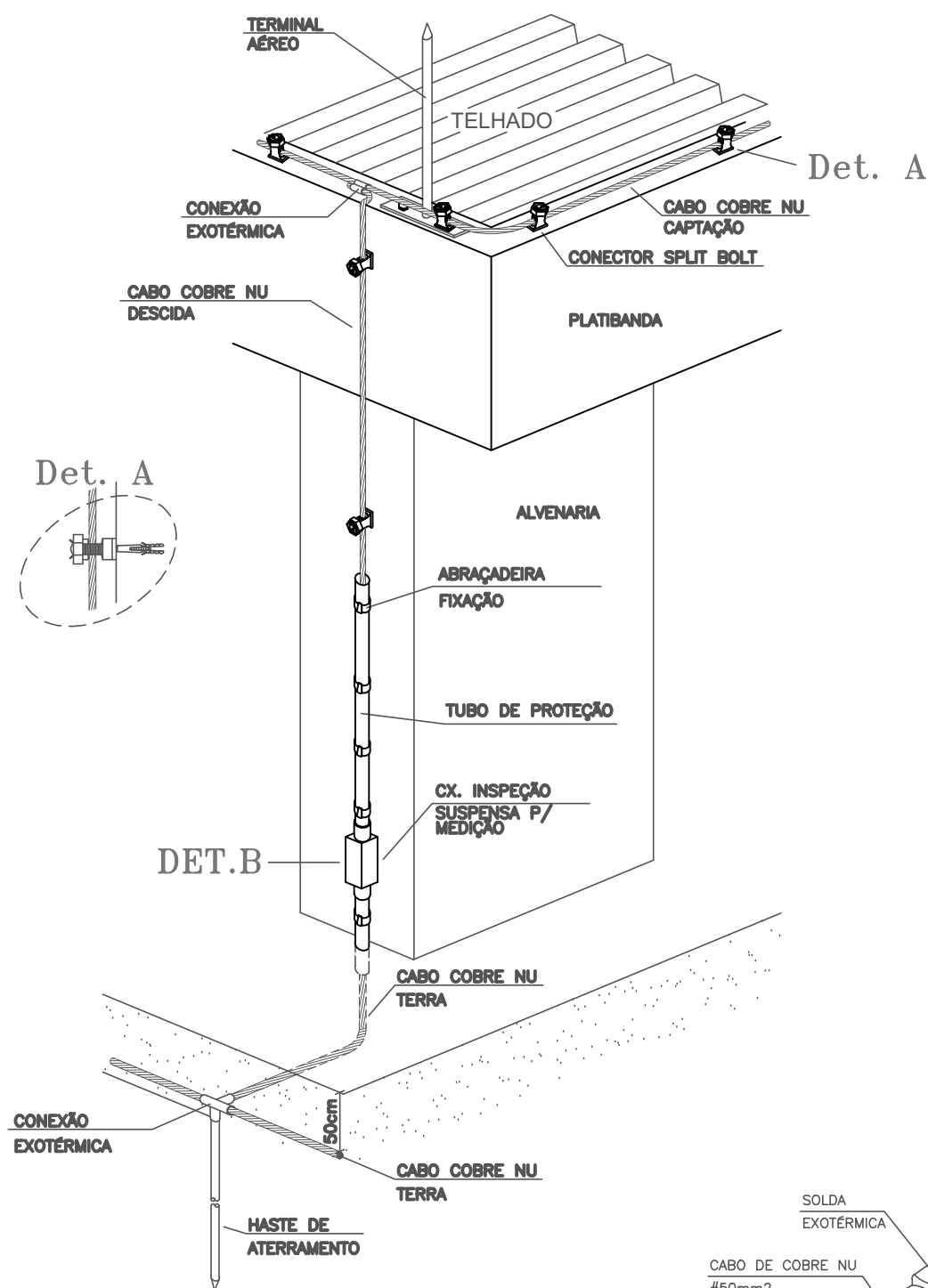
LEGENDA	
	CAPTOR FRANKLIN
	TERMINAL AÉREO
	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" x 3m
	SOLDA EXOTÉRMICA
	DESCIDA P/TERRA
	SINAL SUBIDA
	SINAL DESCIDA
	CABO COBRE NU DESCIDA #35mm2
	CABO COBRE NU SUPERIOR #35mm2
	CABO COBRE NU TERRA #50mm2
	CABO COBRE NU TERRA EXISTENTE
	ATERRAMENTO SUPERIOR ESTR. METÁLICA
	SINAL PARABÓLICA
	ANTENA COMUNICAÇÃO
	ATERRAMENTO ESTRUTURA METÁLICA
	RABICHO P/ ATERRAMENTO



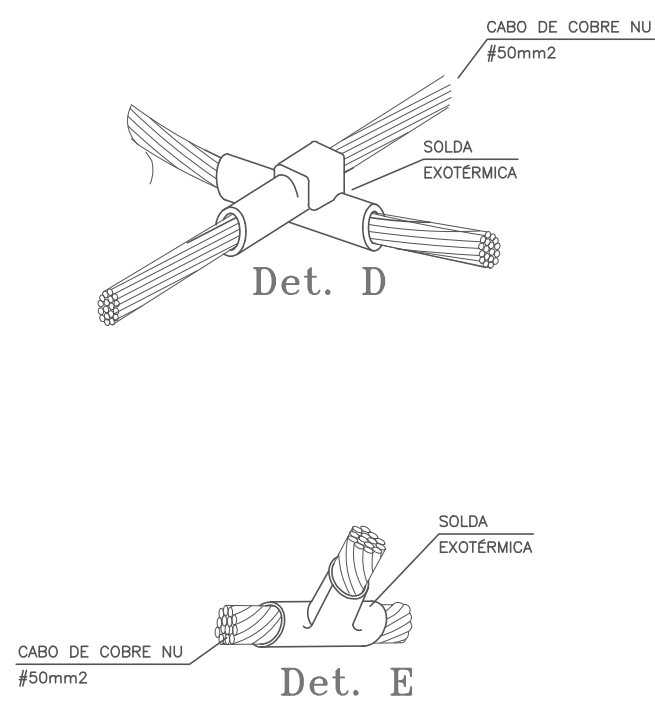
DETALHE
Aterramento
Estrutura Metálica



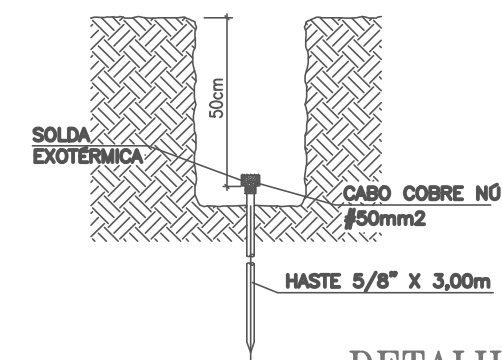
DETALHE
Descida com Caixa de
Inspeção Suspensa



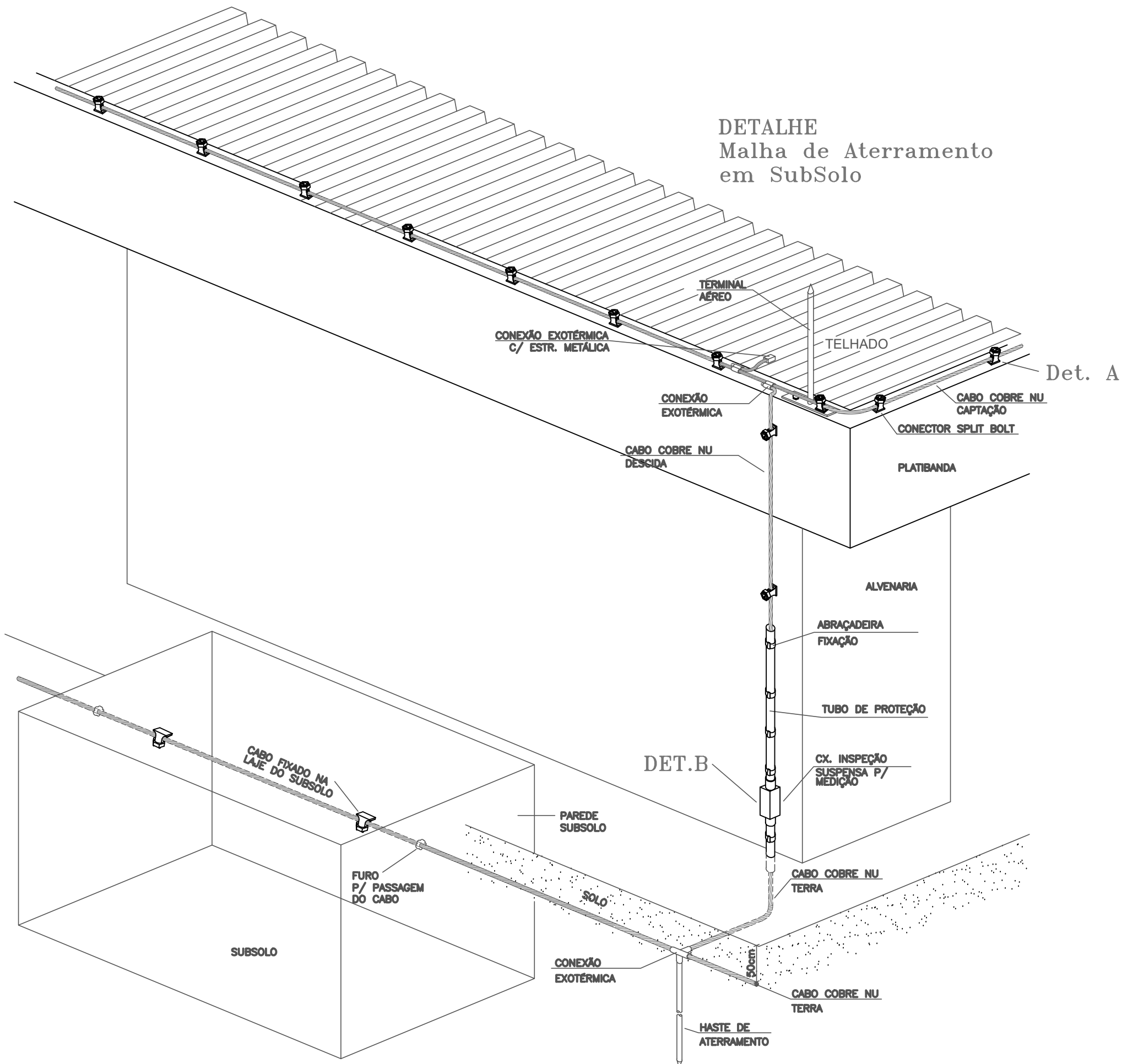
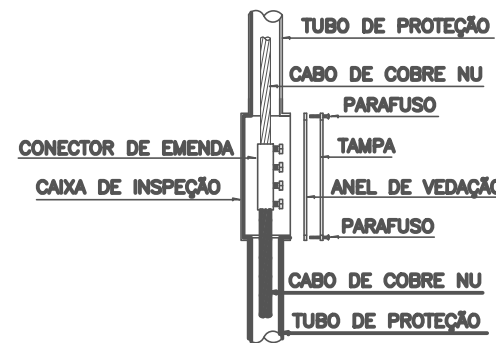
DETALHE
Soldas Exotérmicas
Vala de Aterramento



DETALHE
Vala da Malha de
Aterramento e Hastes



DETALHE
Caixa de Inspeção com
Conector de Emenda



APROVAÇÃO:



www.gsprojetos.com
CNPJ: 24.414.598/0001-20
Rua Quarenta, nº 102 - Bairro: Boa Esperança - CEP: 78.068-536 - Cuiabá-MT - (65) 3052-0251
E-mail: contato@gsprojetos.com

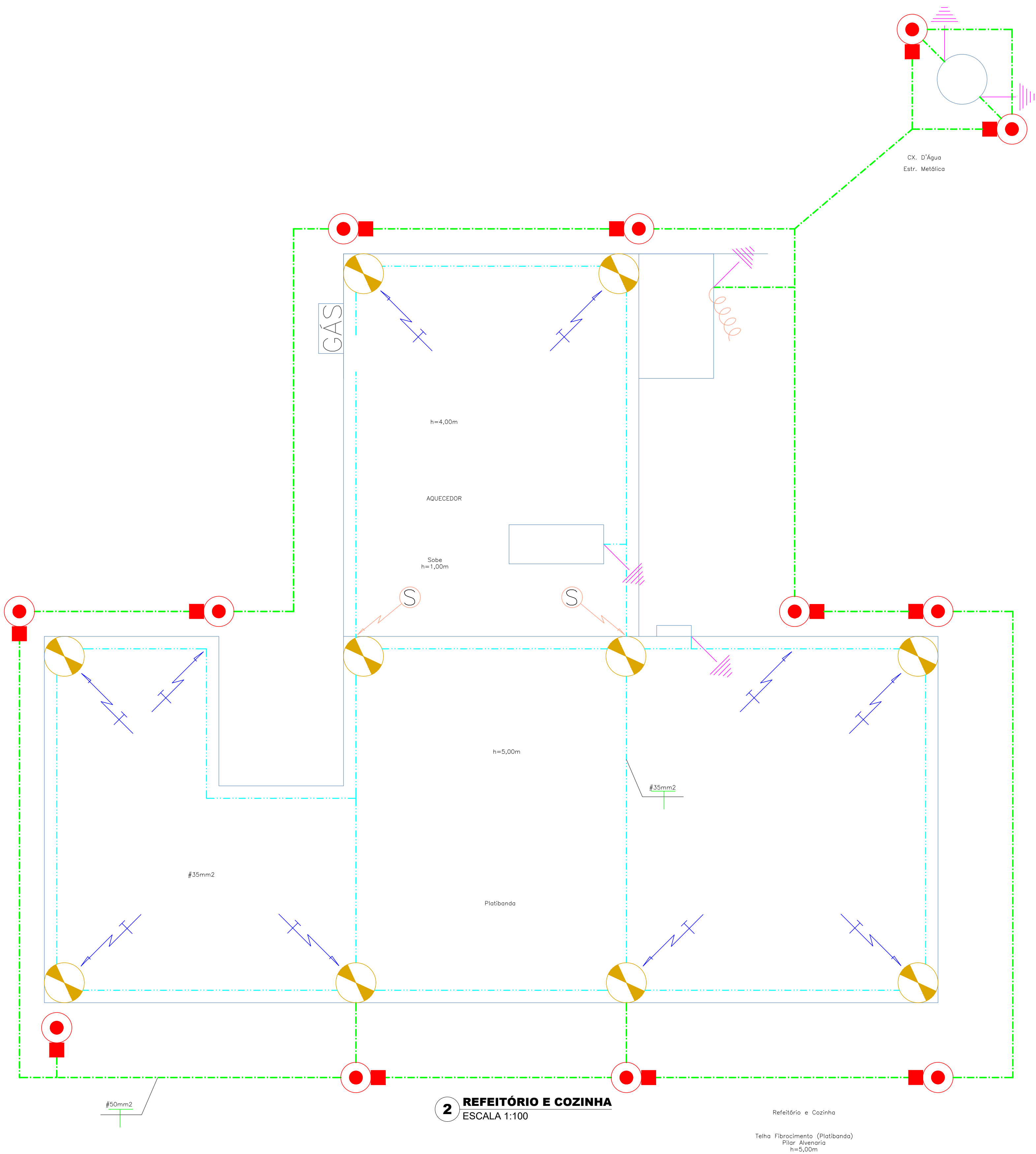


SPDA

OBRAS:	SERVIÇO PROFISSIONAL
PROPRIETÁRIO:	CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI
NOME FANTASIA:	CTI RENATO ARCHER
CPF/CNPJ:	04.822.500/0001-60
ENDEREÇO:	RODOVIA DOM PEDRO I, KM 1436, 143, BAIRRO: TIC
CIDADE:	CAMPINAS-SP CEP: 13.069-901
AUTOR DO PROJETO:	ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho - CREA: 1200548728

ASSUNTO:	ESCALA:	INDICADA	FOLHA:
PORTARIA PRIMARIA PORTARIA SECUNDARIA	DATA:	ABRIL/2021	03/08
	DESENHO:	ALVARO LUIZ	

ÁREAS:	ESTATÍSTICAS:	Tx. Ocupação	Tx. Permeab.	Coef. Aprov.	Nº de Pisos
VER QUADRO DE ÁREAS		00,00%	00,00%	0,00	00

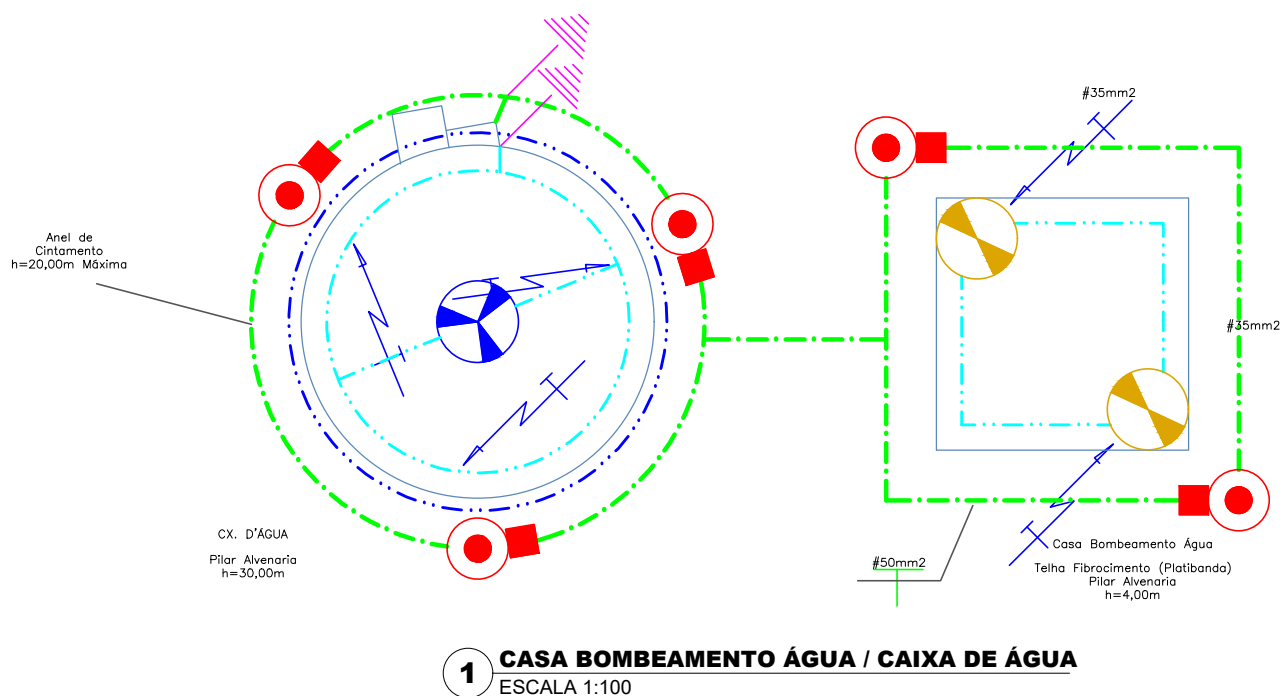


2 REFEITÓRIO E COZINHA
ESCALA 1:100

Refeitório e Cozinha

Telha Fibrocimento (Platibanda)
Pilar Avenaria
h=5,00m

LEGENDA	
	CAPTOR FRANKLIN
	TERMINAL AÉREO
	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" x 3m
	SOLDA EXOTÉRMICA
	DESCIDA P/TERRA
	SINAL DESCIDA
	SINAL SUBIDA
	CABO COBRE NU DESCIDA #35mm2
	CABO COBRE NU SUPERIOR #35mm2
	CABO COBRE NU TERRA #50mm2
	CABO COBRE NU TERRA EXISTENTE
	ATERRAMENTO SUPERIOR ESTR. METÁLICA
	SINAL PARABÓLICA
	ANTENA COMUNICAÇÃO
	ATERRAMENTO ESTRUTURA METÁLICA
	RABICHO P/ ATERRAMENTO



1 CASA BOMBEAMENTO ÁGUA / CAIXA DE ÁGUA
ESCALA 1:100



www.gsprojotos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20

Rua Quarenta, nº 102 - Bairro: Boa Esperança - CEP: 78.068-536 - Cuiabá-MT - (65) 3052-0291
E-mail: contato@gsprojotos.com

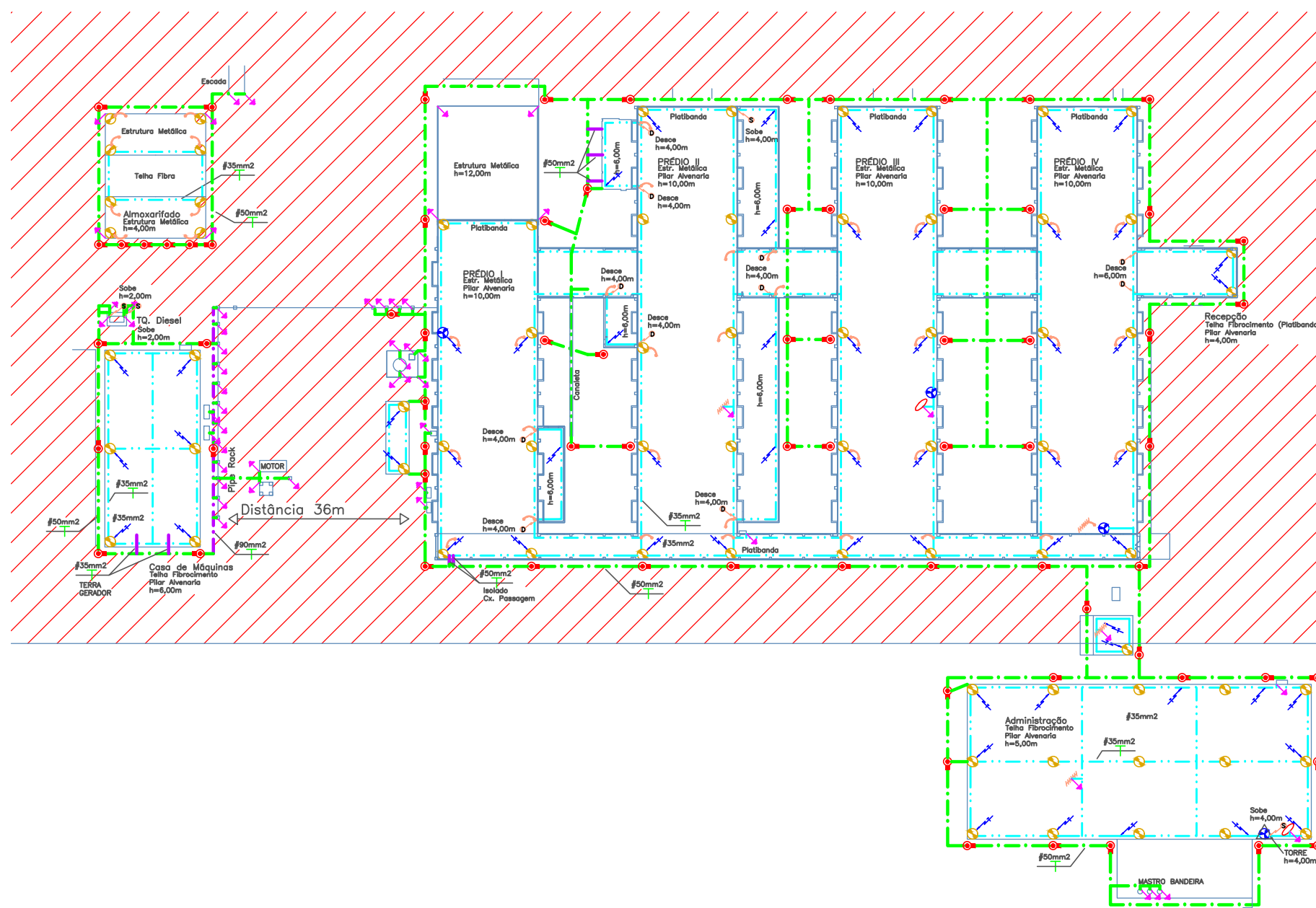
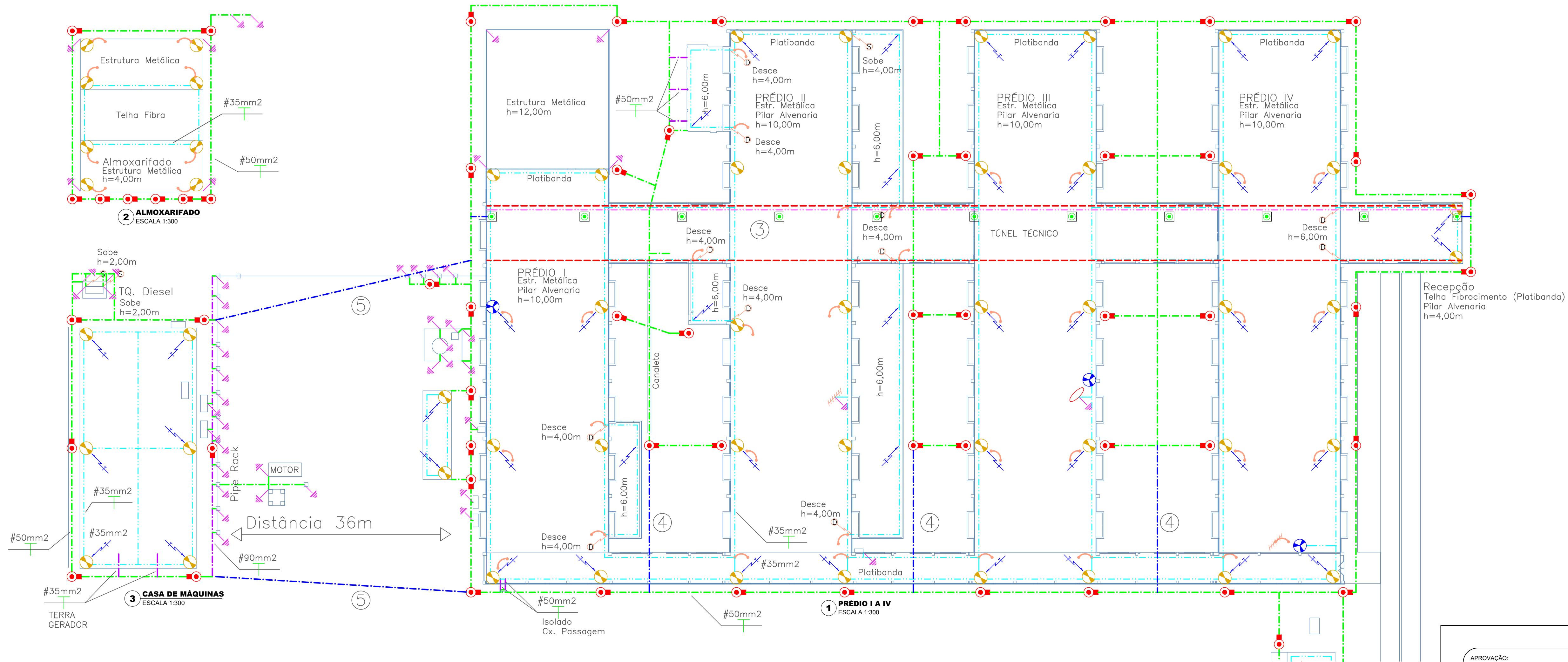


SPDA

OBRAS:	SERVIÇO PROFISSIONAL
PROPRIETÁRIO:	CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI
NOME FANTASIA:	CTI RENATO ARCHER
CPF/CNPJ:	04.822.500/0001-60
ENDEREÇO:	RODOVIA DOM PEDRO I, KM 1436, 143, BAIRRO: TIC
CIDADE:	CAMPINAS-SP CEP: 13.069-901
AUTOR DO PROJETO:	ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho - CREA: 1200548728

ASSUNTO:	ESCALA:	INDICADA	FOLHA:
CAIXA DE ÁGUA/ CASA DE BOMBEAMENTO REFEITÓRIO E COZINHA	DATA:	ABRIL/2021	04/08
	DESENHO:	ALVARO LUIZ	

ÁREAS:	ESTATÍSTICAS:			
	Tx. Ocupação	Tx. Permeab.	Coef. Aprov.	Nº de Pisos
VER QUADRO DE ÁREAS	00,00%	00,00%	0,00	00



LEGENDA	
	CAPTOR FRANKLIN
	TERMINAL AÉREO
	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" x 3m
	SOLDA EXOTÉRMICA
	DESCIDA P/TERRA
	SINAL SUBIDA
	SINAL DESCIDA
	CABO COBRE NU DESCIDA #35mm2
	CABO COBRE NU SUPERIOR #35mm2
	CABO COBRE NU TERRA #50mm2
	CABO COBRE NU TERRA EXISTENTE
	ATERRAMENTO SUPERIOR ESTR. METÁLICA
	SINAL PARABÓLICA
	ANTENA COMUNICAÇÃO
	ATERRAMENTO ESTRUTURA METÁLICA
	RABICHO P/ ATERRAMENTO

APROVAÇÃO:



www.gsjprojetos.com
CNPJ: 24.474.598/0001-20
Rua Quarenta, nº 102 - Bairro: Boa Esperança - CEP: 78.068-536 - Cuiabá-MT - (65) 3052-0291
E-mail: contato@gsprojeto.com

OBRAS: SERVIÇO PROFISSIONAL

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI

NOME FANTASIA: CTI RENATO ARCHER

CPF/CNPJ: 04.822.500/0001-60

ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I, KM 1436, 143, BAIRRO: TIC

CIDADE: CAMPINAS-SP CEP: 13.069-901

AUTOR DO PROJETO: ALVARO LUIZ GUERINI
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho - CREA: 1200548728

ASSUNTO: ALMOXARIFADO
CASA DE MÁQUINAS
PRÉDIO V E ANEXO
PRÉDIO I AO IV

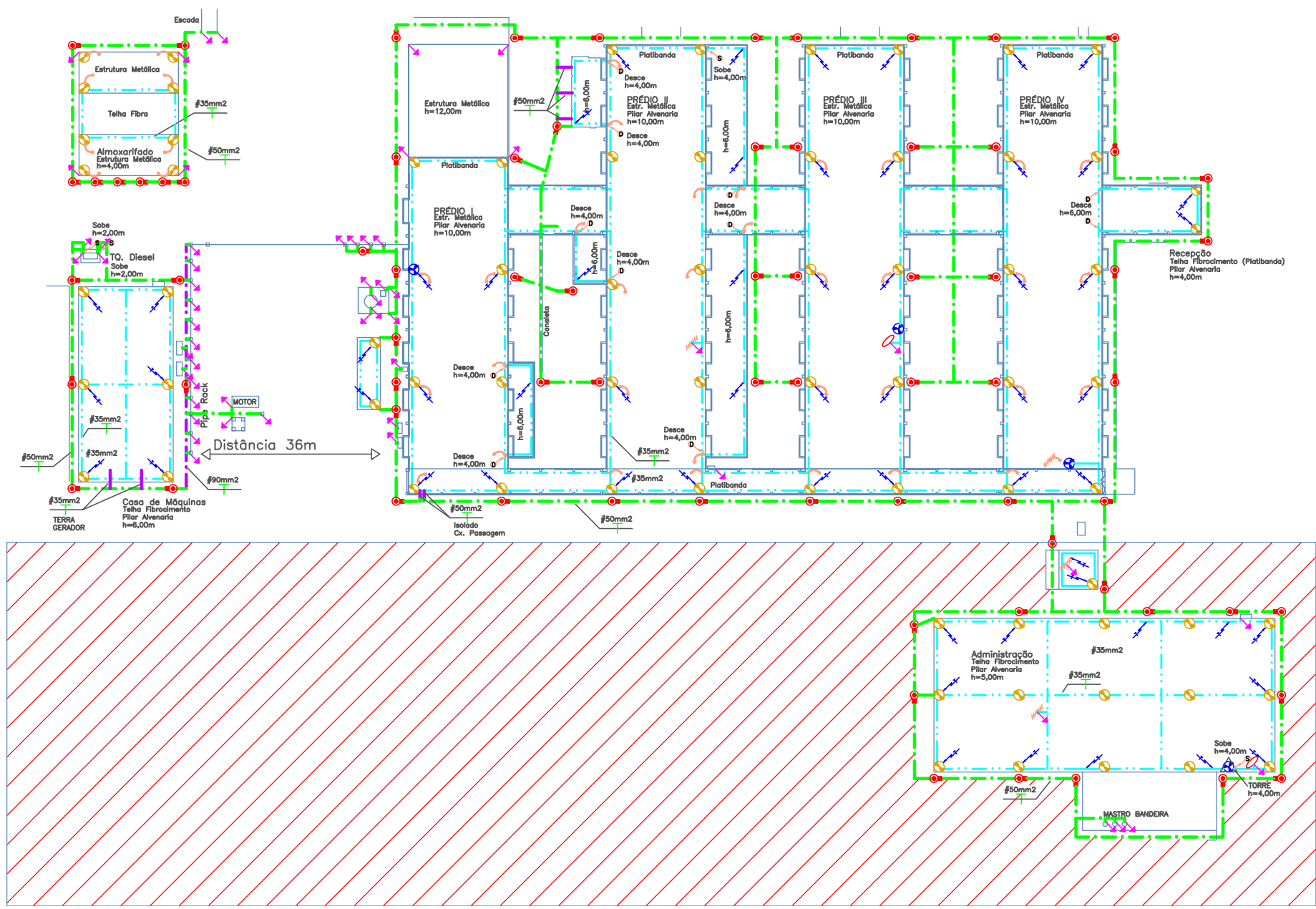
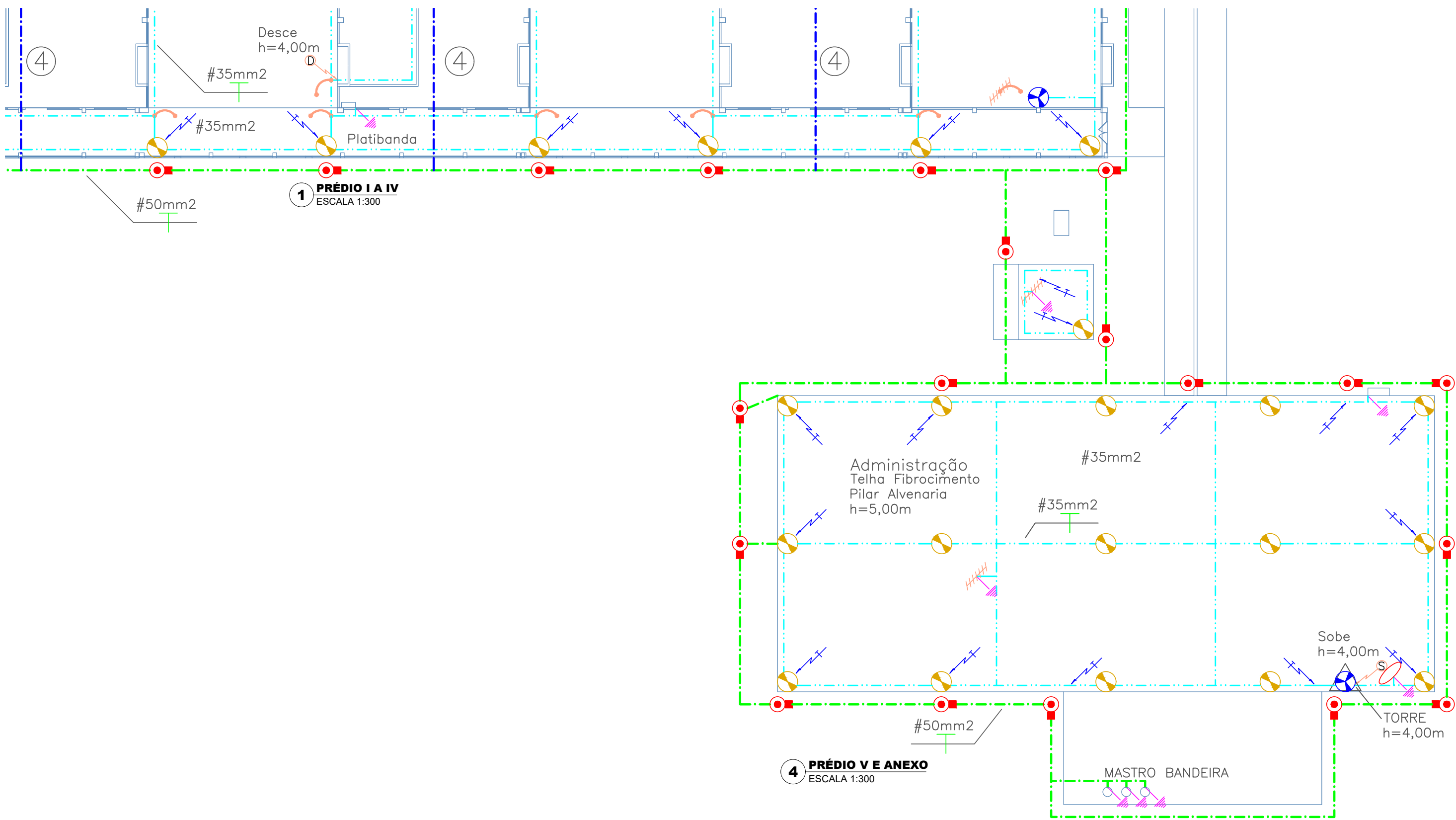
ESCALA: INDICADA

DATA: ABRIL/2021

DESENHO: ALVARO LUIZ

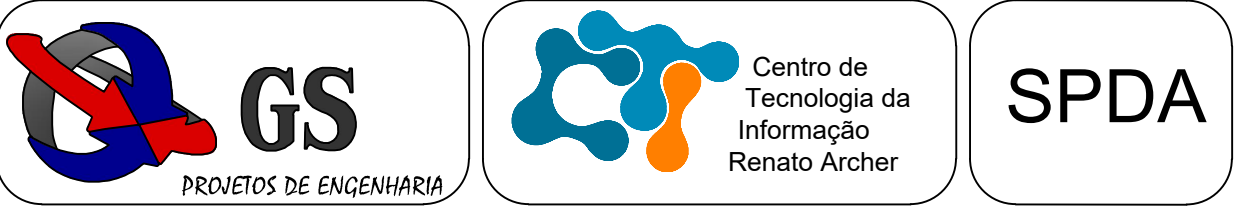
FOLHA: 05/08

ÁREAS:	ESTATÍSTICAS:			
	Tx. Ocupação	Tx. Permeab.	Coef. Aprov.	Nº de Pisos
VER QUADRO DE ÁREAS	00,00%	00,00%	0,00	00



LEGENDA	
	CAPTOR FRANKLIN
	TERMINAL AÉREO
	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"x 3m
	SOLDA EXOTÉRMICA
	DESCIDA P/TERRA
	SINAL SUBIDA
	SINAL DESCIDA
	CABO COBRE NU. DESCIDA #35mm2
	CABO COBRE NU. SUPERIOR #35mm2
	CABO COBRE NU. TERRA #50mm2
	CABO COBRE NU. TERRA EXISTENTE
	ATERRAMENTO SUPERIOR ESTR. METÁLICA
	SINAL PARABÓLICA
	ANTENA COMUNICAÇÃO
	ATERRAMENTO ESTRUTURA METÁLICA
	RABICHO P/ ATERRAMENTO

APROVAÇÃO:

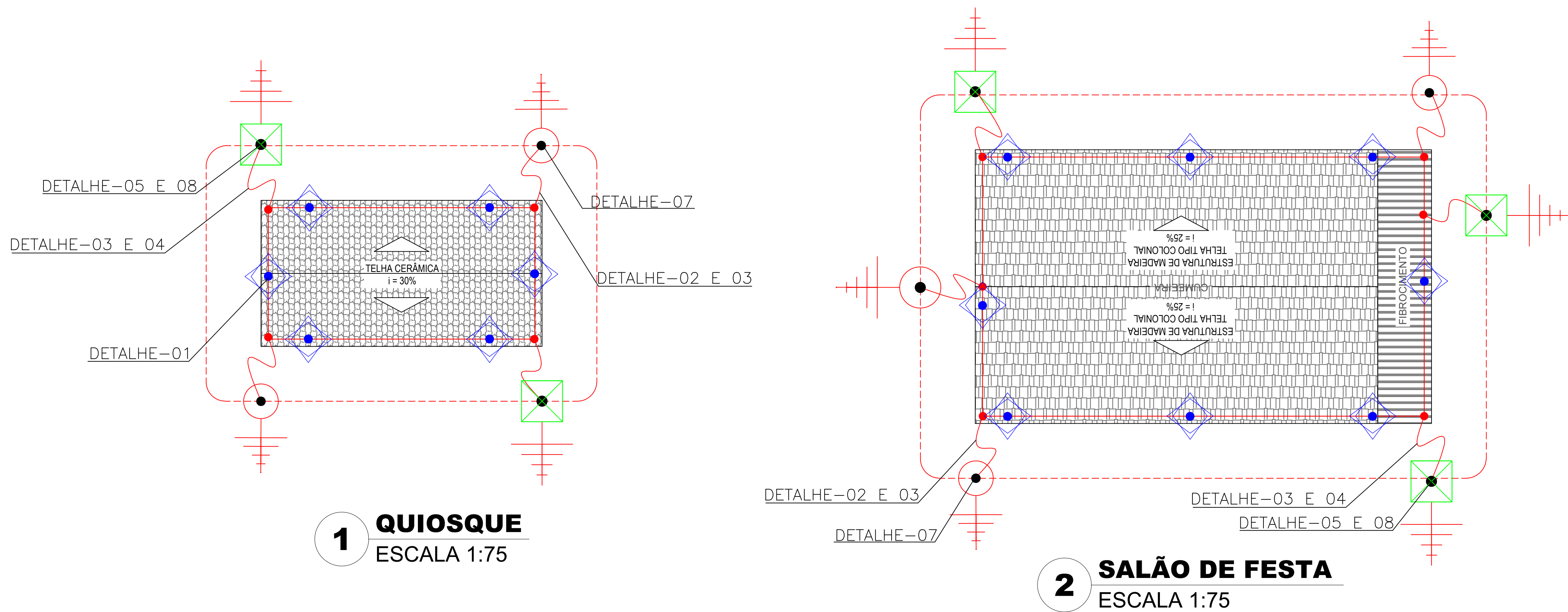


www.gsjprojetos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20
Rua Quarenta, nº 102 - Bairro: Boa Esperança - CEP: 78.068-536 - Cuiabá-MT - (65) 3052-0291
E-mail: contato@gsprojeto.com

OBRAS:	SERVIÇO PROFISSIONAL
PROPRIETÁRIO:	CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI
NOME FANTASIA:	CTI RENATO ARCHER
CPF/CNPJ:	04.822.500/0001-60
ENDEREÇO:	RODOVIA DOM PEDRO I, KM 1436, 143, BAIRRO: TIC
CIDADE:	CAMPINAS-SP
CEP:	13.069-901
AUTOR DO PROJETO:	ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho - CREA: 1200548728

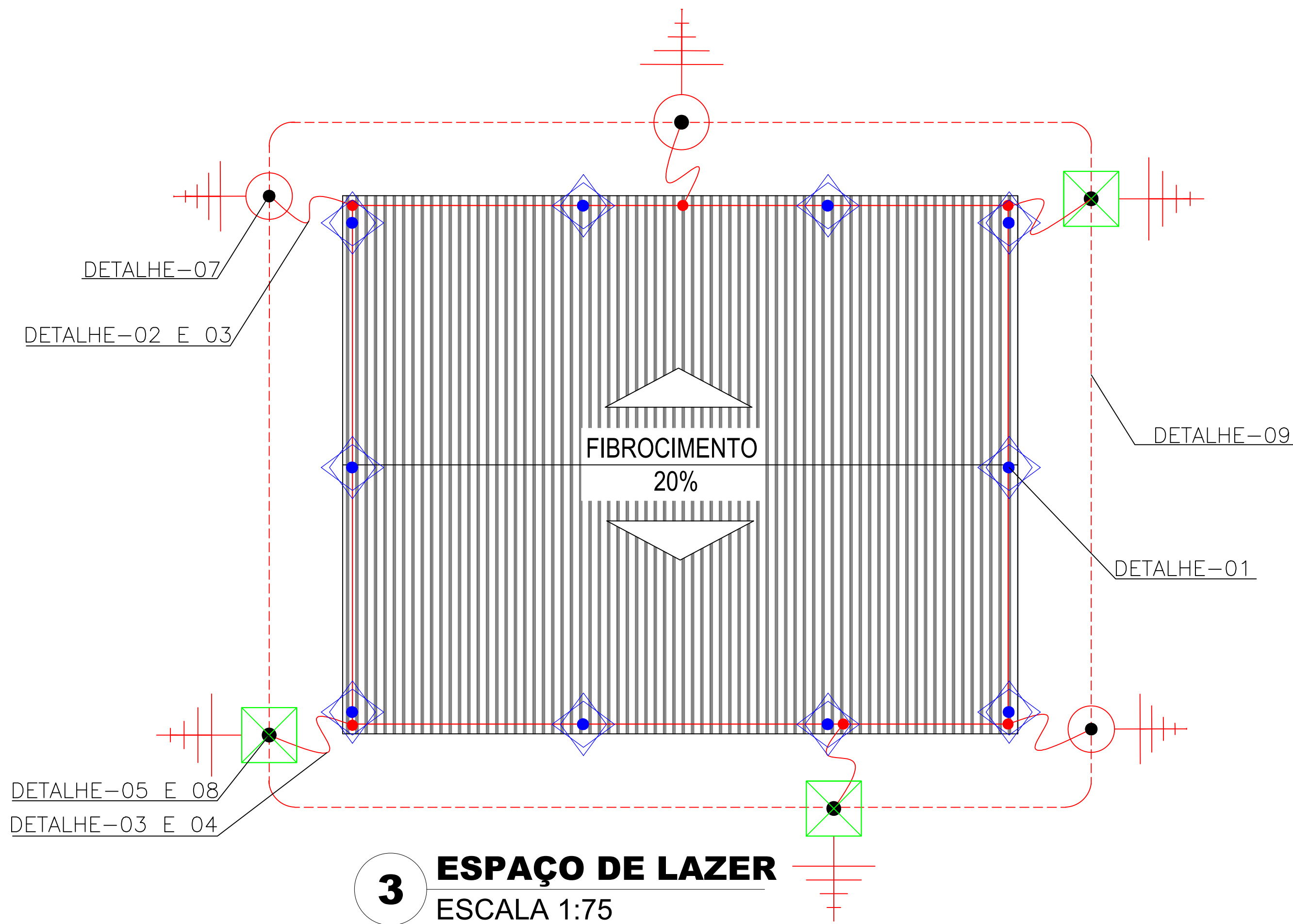
ASSUNTO:	ALMOXARIFADO CASA DE MÁQUINAS PRÉDIO V E ANEXO PRÉDIO I AO IV	ESCALA:	INDICADA	FOLHA:	06/ 08
		DATA:	ABRIL/2021		
		DESENHO:	ALVARO LUIZ		

ÁREAS:	ESTATÍSTICAS:			
	Tx. Ocupação	Tx. Permeab.	Coef. Aprov.	Nº de Pisos
VER QUADRO DE ÁREAS	00,00%	00,00%	0,00	00



1 QUIOSQUE
ESCALA 1:75

2 SALÃO DE FESTA
ESCALA 1:75



3 ESPAÇO DE LAZER
ESCALA 1:75

SIMBOLOGIA

- FITA DE ALUMÍNIO Ø7/8" x 1/8". VER DETALHES.
- CONDUTOR INDICADOR DE DESCIDA, INTERLIGANDO A MALHA DE CAPTAÇÃO A MALHA DE ATERRAMENTO. VER DETALHES.
- CONDUTOR DE ATERRAMENTO DE COBRE NU SEÇÃO # 50,00mm². VER DETALHES.
- CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO HASTE EM PVC OU PROLIPOLILENO. 300mm X 400mm. COM TAMPA DE FERRO. VER DETALHES.
- HASTE COBREADA 2400mm X 5/8" PARA ATERRAMENTO. VER DETALHES.
- MINICAPTOR AÉREO DE ALUMÍNIO Ø7/8" x 1/8" x 30cm. VER DETALHES.

NOTAS

- TODO O SISTEMA DEVERÁ SER EXECUTADO COM CONEXÕES APROPRIADAS.
- TODAS AS ESTRUTURAS METÁLICAS EXISTENTES NAS COBERTURAS DA EDIFICAÇÃO (ANTENAS, ESCADAS, CHAMINÉS, ETC.) DEVERÃO SER INTERLIGADAS AO PONTO MAIS PRÓXIMO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO PARA EQUALIZAÇÃO DE POTENCIAL E ESCOAMENTO DE ALGUMA POSSÍVEL DESCARGA, COM CABO DE AÇO COBREADO #50,00mm² OU COBRE NU 35mm².
- DEVERÁ SER UTILIZADA UMA CAIXA DE INSPEÇÃO TIPO SUSPensa COM CONECTOR DE MEDIÇÃO PARA CADA DESCIDA, ONDE SERÁ FEITA A DESCONEXÃO ENTRE DESCIDA E ATERRAMENTO EM FUTURAS VISTÓRIAS.
- TODAS AS TUBULAÇÕES METÁLICAS QUE CRUZAREM COM O ANEL DE ATERRAMENTO DEVERÃO SER INTERLIGADAS A ESSE NO PONTO DE CRUZAMENTO.
- EM LOCAIS DE FÁCIL ACESSO DE PESSOAS, OS CABOS DE DESCIDA DEVERÃO SER PROTEGIDOS POR TUBOS DE PVC DE 1".
- TODAS AS CONEXÕES DO ATERRAMENTO DEVERÃO SER EXECUTADAS COM SOLDA EXOTÉRMICA, EXCETO AS DAS CAIXAS DE INSPEÇÃO TIPO SOLO QUE PODERÃO SER FEITAS COM CONECTOR REFORÇADO.
- O SISTEMA DEVERÁ TER UMA MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL E SEMPRE QUE ATINGIDO POR DESGARGAS ATMOSFÉRICAS, PARA VERIFICAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES E GARANTIR A EFICIÊNCIA DO SPDA.
- DEVERÁ SER FEITA MEDIÇÃO DOS VALORES DE ATERRAMENTO APÓS A INSTALAÇÃO DO SPDA.
- APÓS A INSTALAÇÃO A RESISTÊNCIA DE TERRA NÃO DEVE SUPERAR 10 OHMS EM QUALQUER ÉPOCA DO ANO. ESTA MEDIÇÃO SERÁ FEITA COM A DESCONEXÃO ENTRE A CORDOALHA DE ATERRAMENTO E A DESCIDA, PELA CAIXA DE INSPEÇÃO.
- NÃO É FUNÇÃO DO SPDA A PROTEÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS. PARA TAL, OS INTERESSADOS DEVERÃO ADQUIRIR SUPRESSORES DE SURTOS INDIVIDUAIS (PROTETORES DE LINHA) NAS CASAS ESPECIALIZADAS.
- ESTA INSTALAÇÃO DEVE SER ACOMPANHADA POR ENGENHEIRO RESPONSÁVEL HABILITADO.
- A MODIFICAÇÃO DESSE PROJETO SÓ PODERÁ SER FEITA MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO MESMO CONFORME LEGISLAÇÃO FEDERAL DO SISTEMA CONFEA/CREA.

APROVAÇÃO:



www.gsprojetos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20

Rua Quarenta, nº 102 - Bairro: Boa Esperança - CEP: 78.068-536 - Cuiabá-MT - (65) 3052-0291
E-mail: contato@gsprojetos.com

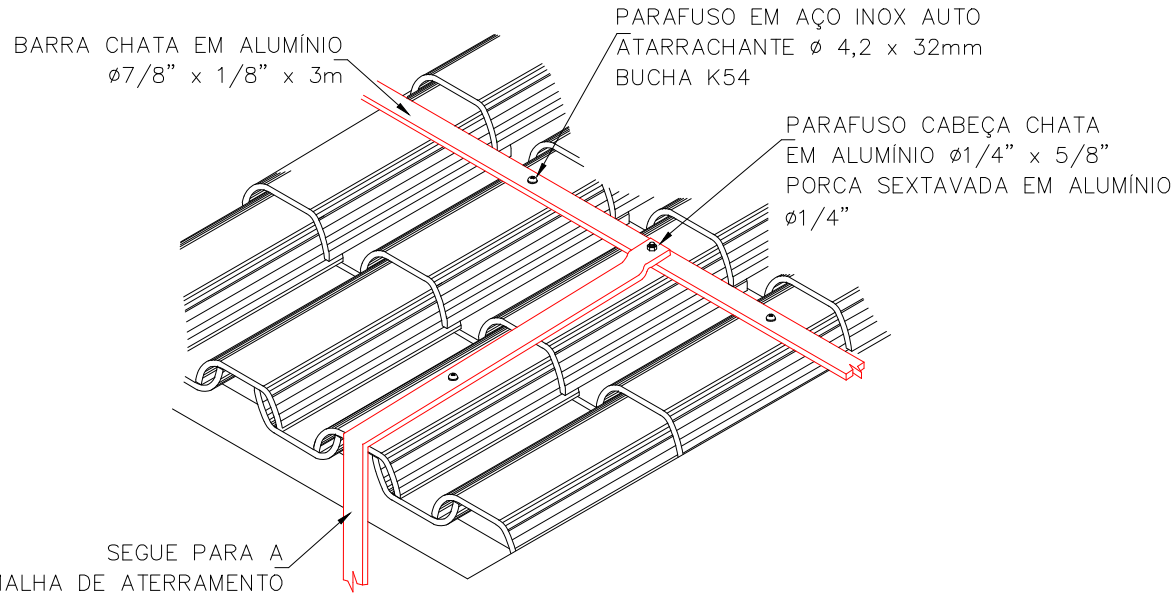


SPDA

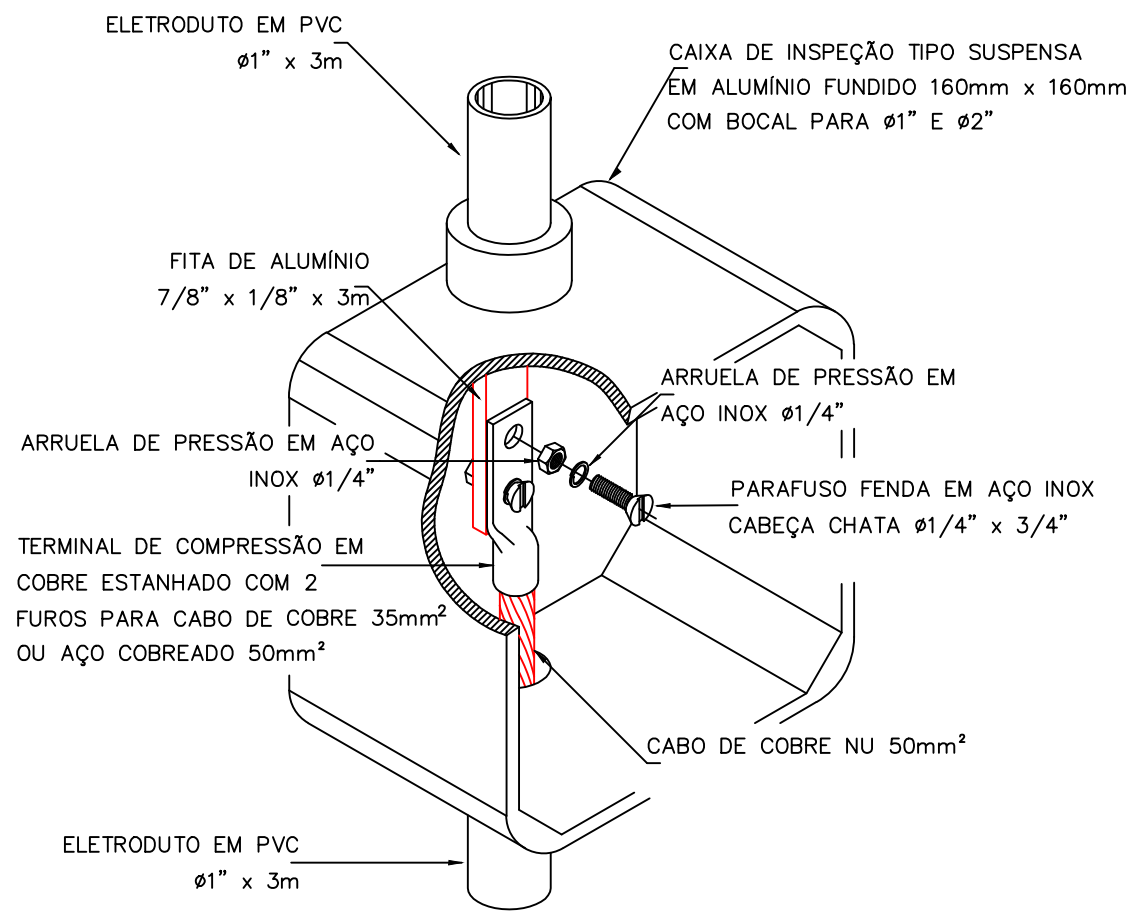
OBRÁ:	SERVIÇO PROFISSIONAL.
PROPRIETÁRIO:	CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI
NOME FANTASIA:	CTI RENATO ARCHER
CPF/CNPJ:	04.822.500/0001-60
ENDEREÇO:	RODOVIA DOM PEDRO I, KM 1436, 143, BAIRRO: TIC
CIDADE:	CAMPINAS-SP CEP: 13.069-901
AUTOR DO PROJETO:	ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho - CREA: 1200548728

ASSUNTO:	ESCALA:	INDICADA	FOLHA:
QUIOSQUE SALÃO DE FESTA ESPAÇO DE LAZER	DATA:	ABRIL/2021	07/08
	DESENHO:	ALVARO LUIZ	

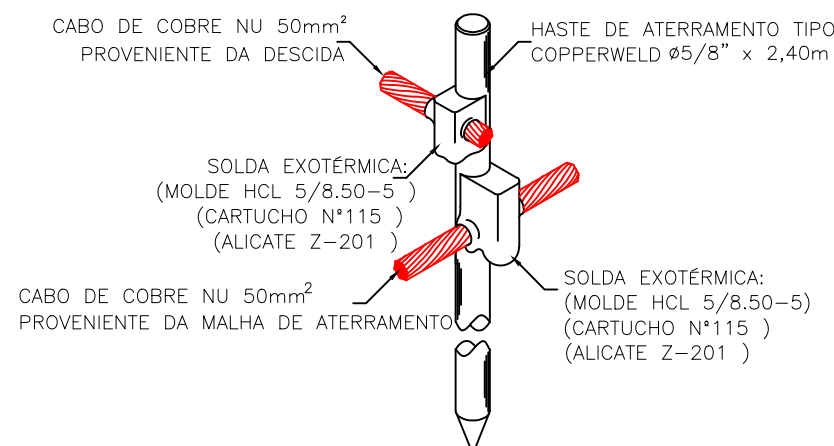
ÁREAS:	ESTATÍSTICAS:			
	Tx. Ocupação	Tx. Permeab.	Coef. Aprov.	Nº de Pisos
VER QUADRO DE ÁREAS	00,00%	00,00%	0,00	00



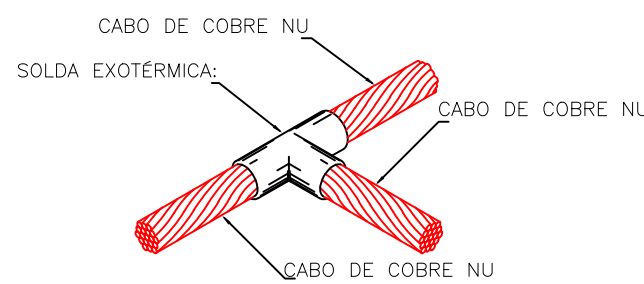
DETALHE DA FIXAÇÃO
EM TELHA DE FIBROCIMENTO / CERÂMICA
DETALHE 01
SEM — ESCALA



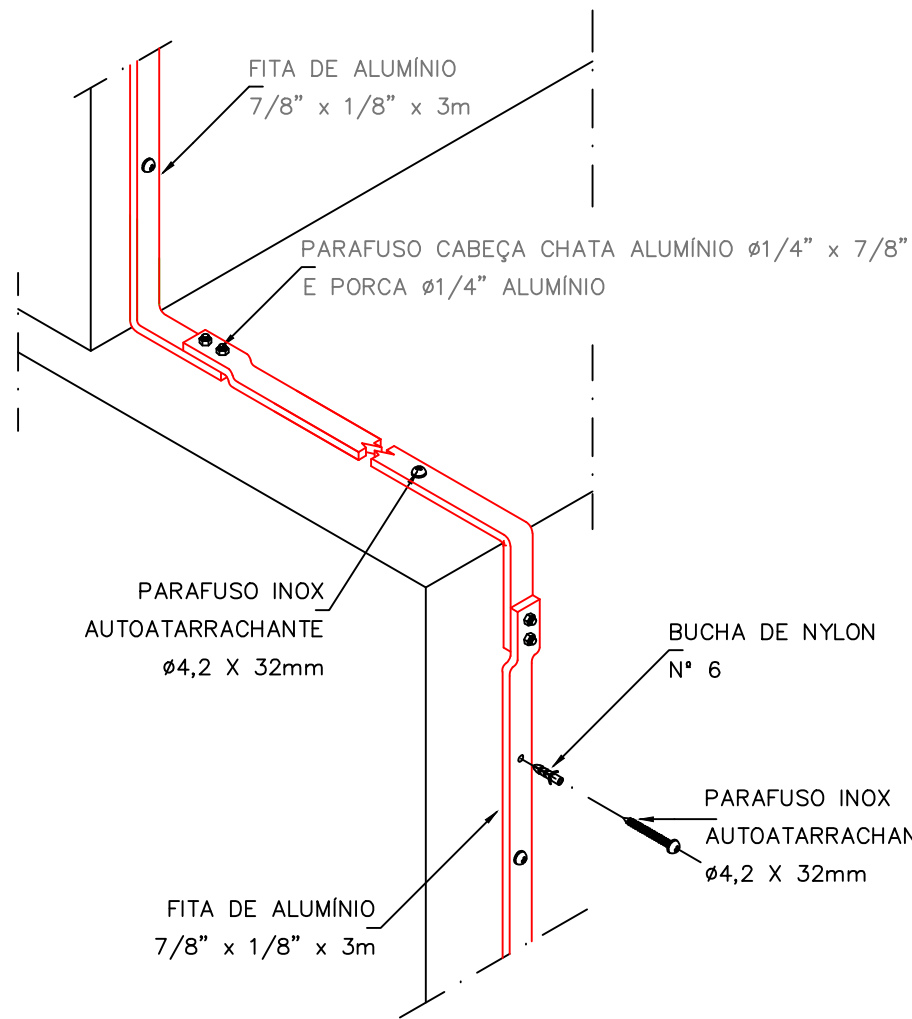
CONEXÃO DA DESCIDA EM FITA DE ALUMÍNIO
COM O CABO DE ATERRAMENTO
DETALHE 04
SEM — ESCALA



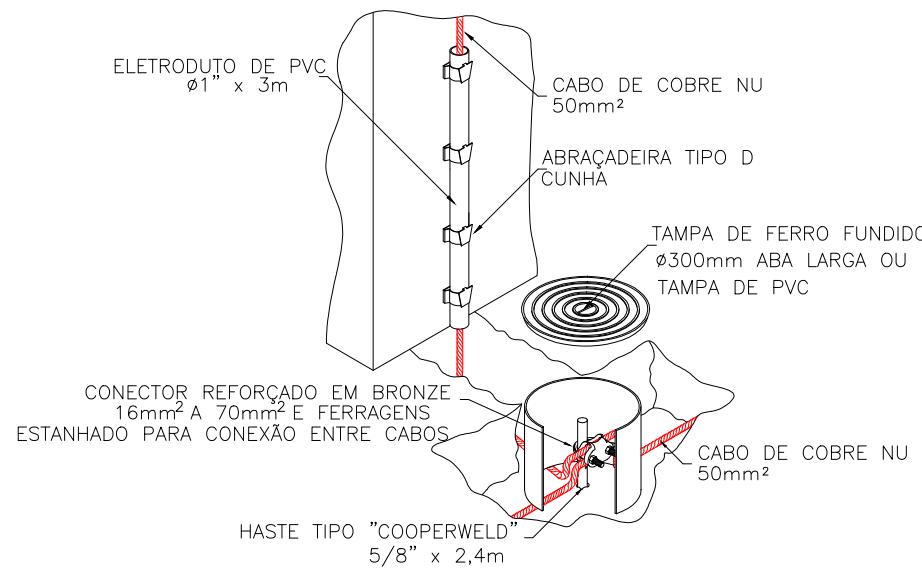
DETALHE DE CONEXÃO E SOLDA
DA HASTE DE ATERRAMENTO
DETALHE 07
SEM — ESCALA



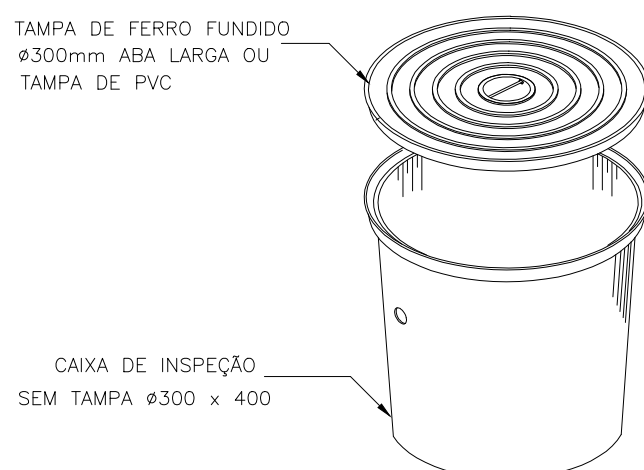
DETALHE DE SOLDA
EXOTÉRMICA ENTRE CABO
DETALHE GENÉRICO
SEM — ESCALA



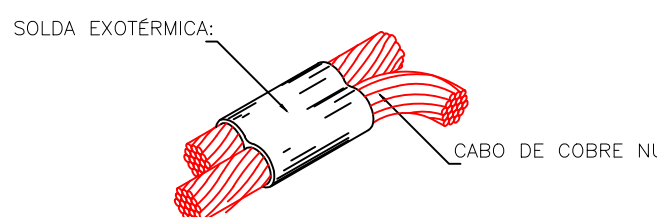
DETALHE DA DESCIDA EM FITA
DE ALUMÍNIO 7/8 x 1/8\"
DETALHE 02
SEM — ESCALA



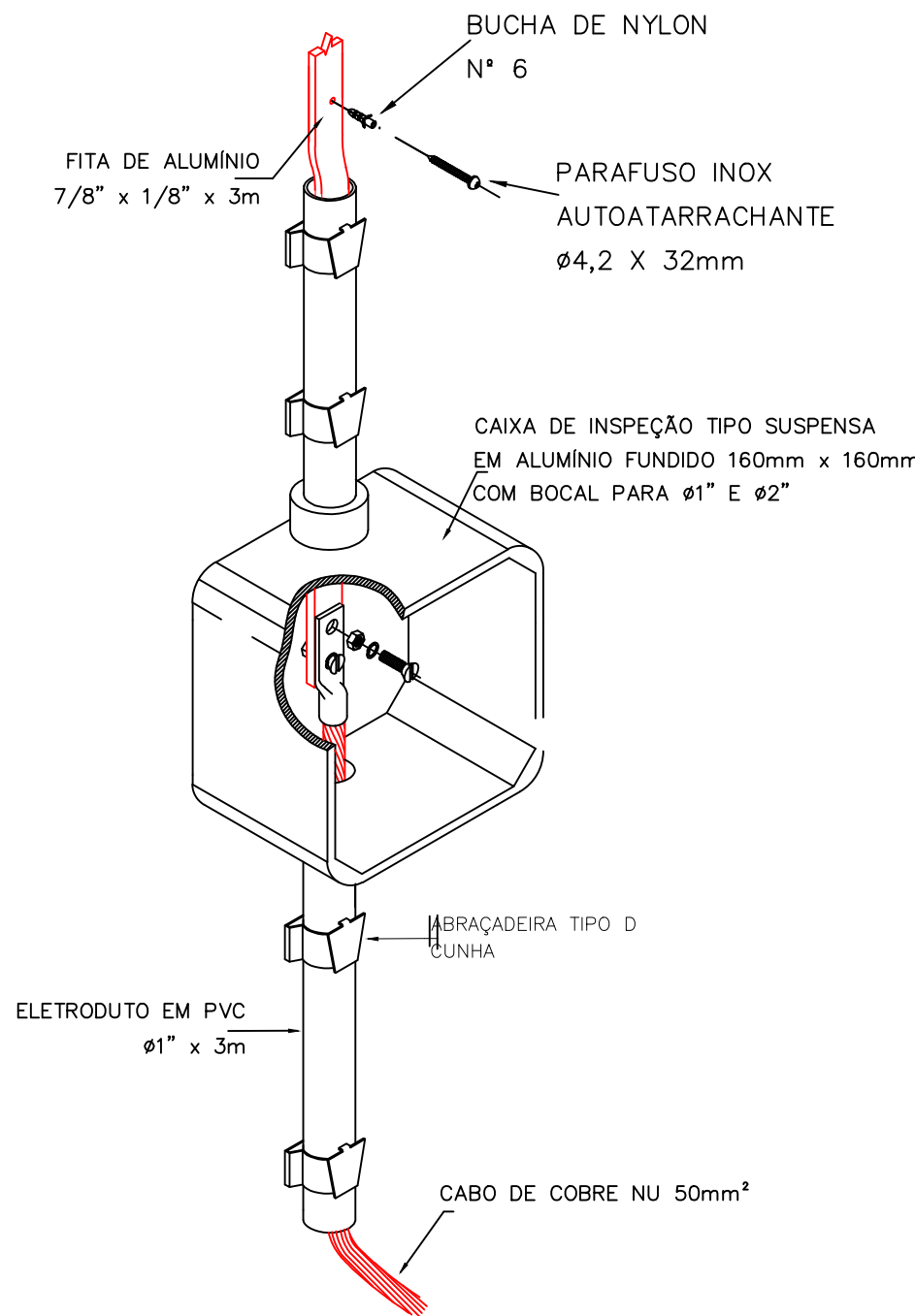
DETALHE DE INSTALAÇÃO DA CAIXA DE
INSPEÇÃO TIPO SOLO COM TAMPA REFORÇADA
OU PVC PARA CONEXÃO DAS MALHAS
DETALHE 05
SEM — ESCALA



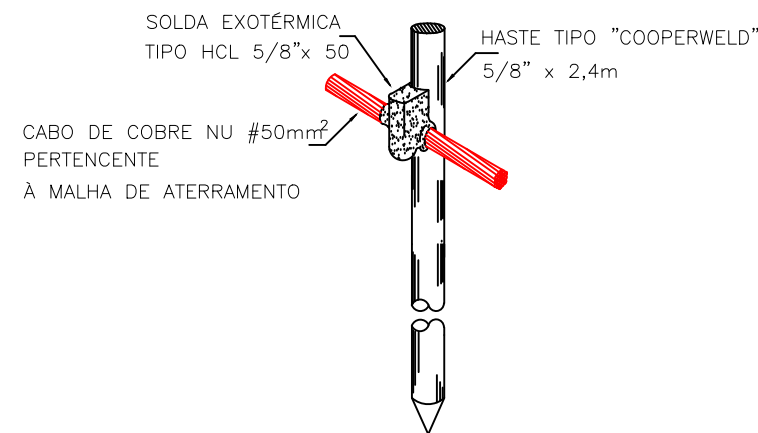
DETALHE DA CAIXA
INSPEÇÃO TIPO SOLO
DETALHE 08
SEM — ESCALA



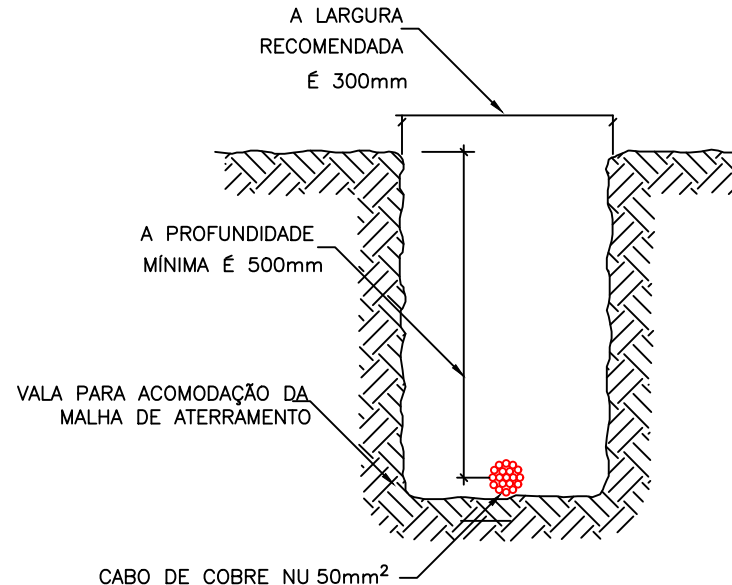
DETALHE DE SOLDA
EXOTÉRMICA ENTRE CABO
DETALHE GENÉRICO
SEM — ESCALA



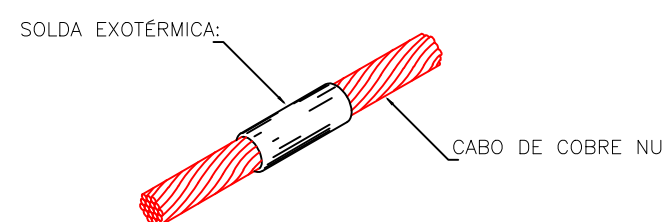
DESCIDA E PROTEÇÃO COM
ELETRODUTO DE PVC 1\" X 3m
DETALHE 03
SEM — ESCALA



HASTE DE ATERRAMENTO
DETALHE 06
SEM — ESCALA



DETALHE DA VALA
DA MALHA DE ATERRAMENTO
DETALHE 09
SEM ESCALA



DETALHE DE SOLDA
EXOTÉRMICA ENTRE CABO
DETALHE GENÉRICO
SEM — ESCALA

SIMBOLOGIA

- FITA DE ALUMÍNIO Ø7/8\" x 1/8\". VER DETALHES.
- CONDUTOR INDICADOR DE DESCIDA, INTERLIGANDO A MALHA DE CAPTAÇÃO A MALHA DE ATERRAMENTO. VER DETALHES.
- CONDUTOR DE ATERRAMENTO DE COBRE NU SEÇÃO # 50,00mm². VER DETALHES.
- CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO HASTE EM PVC OU POLIPOLILENO. 300mm X 400mm. COM TAMPA DE FERRO. VER DETALHES.
- HASTE COBREADA 2400mm X 5/8\" PARA ATERRAMENTO. VER DETALHES.
- MINICAPTOR AÉREO DE ALUMÍNIO Ø7/8\" x 1/8\" x 30cm. VER DETALHES.

NOTAS

- 1 - TODO O SISTEMA DEVERÁ SER EXECUTADO COM CONEXÕES APROPRIADAS.
- 2 - TODAS AS ESTRUTURAS METÁLICAS EXISTENTES NAS COBERTURAS DA EDIFICAÇÃO (ANTENAS, ESCADAS, CHAMINÉS, ETC) DEVERÃO SER INTERLIGADOS AO PONTO MAIS PRÓXIMO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO PARA EQUALIZAÇÃO DE POTENCIAL E ESCOAMENTO DE ALGUMA POSSÍVEL DESCARGA, COM CABO DE AÇO COBREADO #50,00mm² OU COBRE NU 35mm².
- 3 - DEVERÁ SER UTILIZADA UMA CAIXA DE INSPEÇÃO TIPO SUSPensa COM CONECTOR DE MEDIÇÃO PARA CADA DESCIDA, ONDE SERÁ FEITA A DESCONEXÃO ENTRE DESCIDA E ATERRAMENTO EM FUTURAS VISTORIAS.
- 4 - TODAS AS TUBULAÇÕES METÁLICAS QUE CRUZAREM COM O ANEL DE ATERRAMENTO DEVERÃO SER INTERLIGADAS A ESSE NO PONTO DE CRUZAMENTO.
- 5 - EM LOCAIS DE FÁCIL ACESSO DE PESSOAS, OS CABOS DE DESCIDA DEVERÃO SER PROTEGIDOS POR TUBOS DE PVC DE 1\".
- 6 - TODAS AS CONEXÕES DO ATERRAMENTO DEVERÃO SER EXECUTADAS COM SOLDA EXOTÉRMICA, EXCETO AS DAS CAIXAS DE INSPEÇÃO TIPO SOLO QUE PODERÃO SER FEITAS COM CONECTOR REFORÇADO.
- 7 - O SISTEMA DEVERÁ TER UMA MANUTENÇÃO PREVENTIVA ANUAL E SEMPRE QUE ATINGIDO POR DESGARGAS ATMOSFÉRICAS, PARA VERIFICAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES E GARANTIR A EFICIÊNCIA DO SPDA.
- 8 - DEVERÁ SER FEITA MEDIÇÃO DOS VALORES DE ATERRAMENTO APÓS A INSTALAÇÃO DO SPDA.
- 9 - APÓS A INSTALAÇÃO A RESISTÊNCIA DE TERRA NÃO DEVE SUPERAR 10 OHMS EM QUALQUER ÉPOCA DO ANO. ESTA MEDIÇÃO SERÁ FEITA COM A DESCONEXÃO ENTRE A CORONA DA DE ATERRAMENTO E A DESCIDA, PELA CAIXA DE INSPEÇÃO.
- 10 - NÃO É FUNÇÃO DO SPDA A PROTEÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS. PARA TAL, OS INTERESSADOS DEVERÃO ADQUIRIR SUPRESSORES DE SURTOS INDIVIDUAIS (PROTETORES DE LINHA) NAS CASAS ESPECIALIZADAS.
- 11 - ESTA INSTALAÇÃO DEVE SER ACOMPANHADA POR ENGENHEIRO RESPONSÁVEL HABILITADO.
- 12 - A MODIFICAÇÃO DESSE PROJETO SÓ PODERÁ SER FEITA MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO MESMO CONFORME LEGISLAÇÃO FEDERAL DO SISTEMA CONFEA/CREA.

APROVAÇÃO:



www.gsjprojetos.com
CNPJ: 24.474.596/0001-20

Rua Quarenta, nº 102 - Bairro: Boa Esperança - CEP: 78.068-536 - Cuiabá-MT - (65) 3052-0251
E-mail: contato@gsprojatos.com

OBRAS: SERVIÇO PROFISSIONAL

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI

NOME FANTASIA: CTI RENATO ARCHER

CPF/CNPJ: 04.822.500/0001-60

ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I, KM 1436, 143, BAIRRO: TIC

CIDADE: CAMPINAS-SP CEP: 13.059-901

AUTOR DO PROJETO:

ALVARO LUIZ GUERINI
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho - CREA: 1200548728

ASSUNTO: PLANTA DE DETALHES
QUIOSQUE
SALA DE FESTA
ESPAÇO DE LAZER

ESCALA: INDICADA
DATA: ABRIL/2021
DESENHO: ALVARO LUIZ

08/
08

ÁREAS:	ESTATÍSTICAS:			
	Tx. Ocupação	Tx. Permeab.	Coef. Aprov.	Nº de Pisos
VER QUADRO DE ÁREAS	00,00%	00,00%	0,00	00



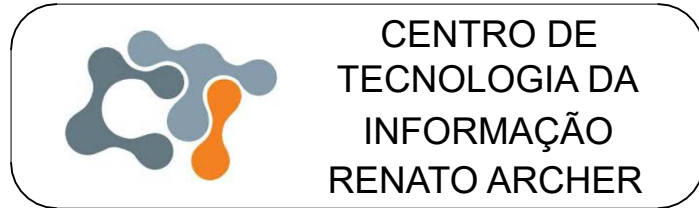
CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

FOLHA A1

TÉRREO



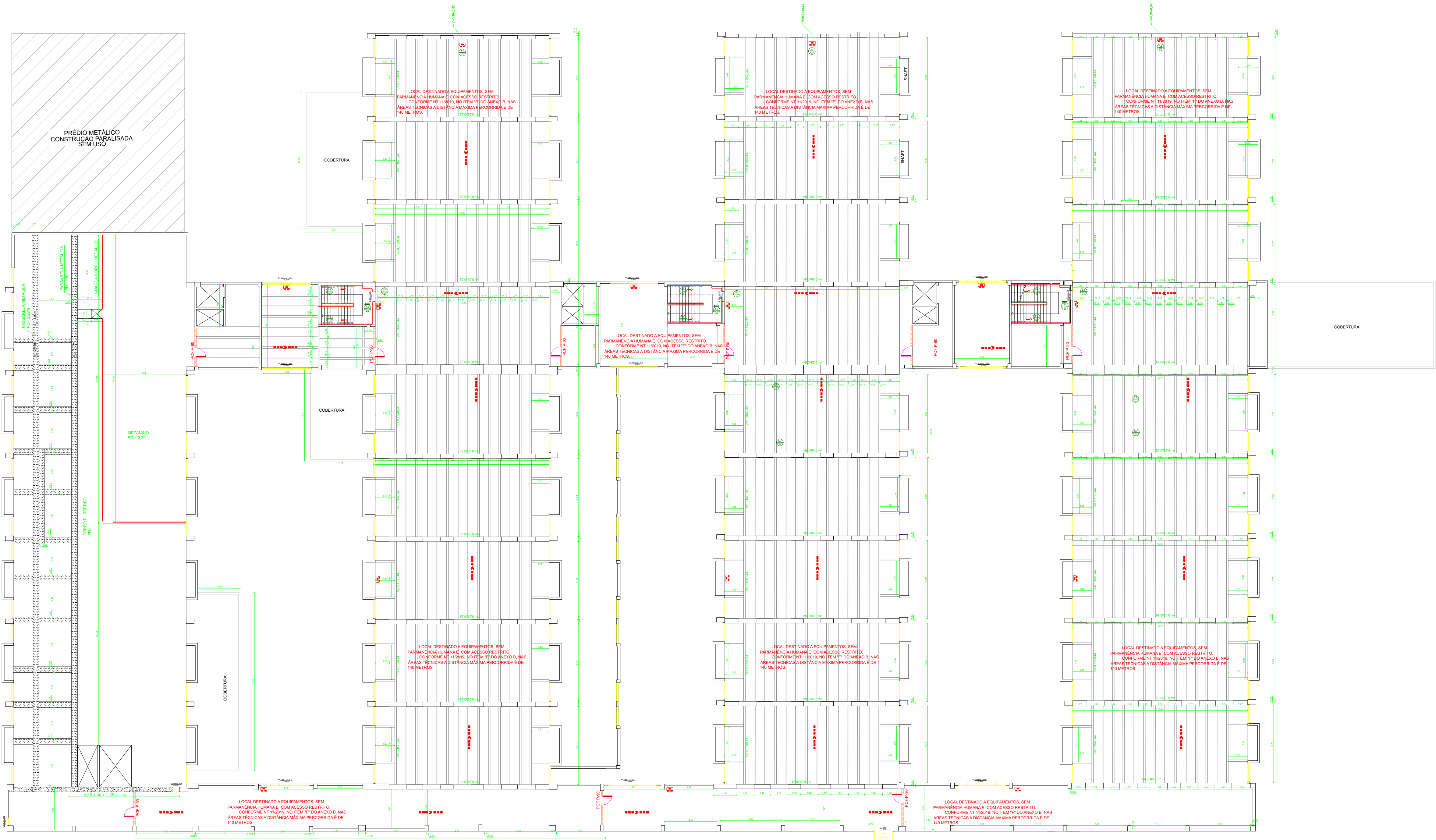
SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES PORTÁTEIS SOB SUPORTE DE PISO		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOB RODAS
SISTEMA PASSIVO DE PROTEÇÃO		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
		HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB
		HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB
		NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98
		NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98
		DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO
		DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO
		PORTAS A SEREM ADEQUADAS PARA O PROJETO CONTRAINCÊNDIO
		PORTAS A SEREM ADEQUADAS PARA O PROJETO CONTRAINCÊNDIO
		BARRAS ANTIPÂNICO A SEREM INSTALADAS NAS PORTAS DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA E CORTA-FOGO
		BARRAS ANTIPÂNICO A SEREM INSTALADAS NAS PORTAS DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA E CORTA-FOGO



CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

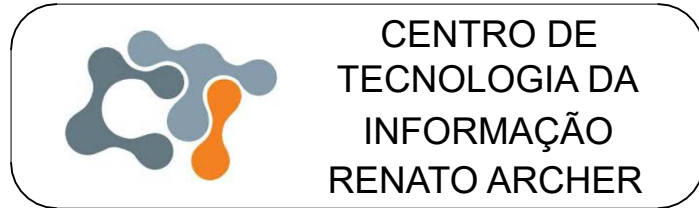
PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	
Nº ART: 28027230201862991	
PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI	
NOME FANTASIA: CTI	PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO
CNPJ: 04.822.500/0001-60	
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS	
CIDADE: SÃO PAULO	CEP: 13.069-901
AUTOR DO PROJETO:	ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho CREA SP: 5070494061

ASSUNTO: Projeto executivo complementar	ESCALA: INDICADAS	FOLHA:
	DATA: 12/11/2020	2/8
	PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUEIRO	



INTERMEDIÁRIO

SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES PORTÁTEIS E SUPORTE DE PISO		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBREVOLTA
SISTEMA PASSIVO ABERTURAS PROTEGIDAS		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB		
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98		
		DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO
		PORTAS A SEREM ADEQUADAS PARA O PROJETO CONTRA INCÊNDIO
		BARRAS ANTIPÂNICO A SEREM INSTALADAS NAS PORTAS DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA E CORTA-FOGO



CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Nº ART: 28027230201862991

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI

NOME FANTASIA: CTI

PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO

CNPJ: 04.822.500/0001-60

ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS

CIDADE: SÃO PAULO

CEP: 13.069-901

AUTOR DO PROJETO:

ALVARO LUIZ GUERINI

Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho CREA SP: 5070494061

ASSUNTO:

Projeto executivo complementar

ESCALA: INDICADAS

DATA: 12/11/2020

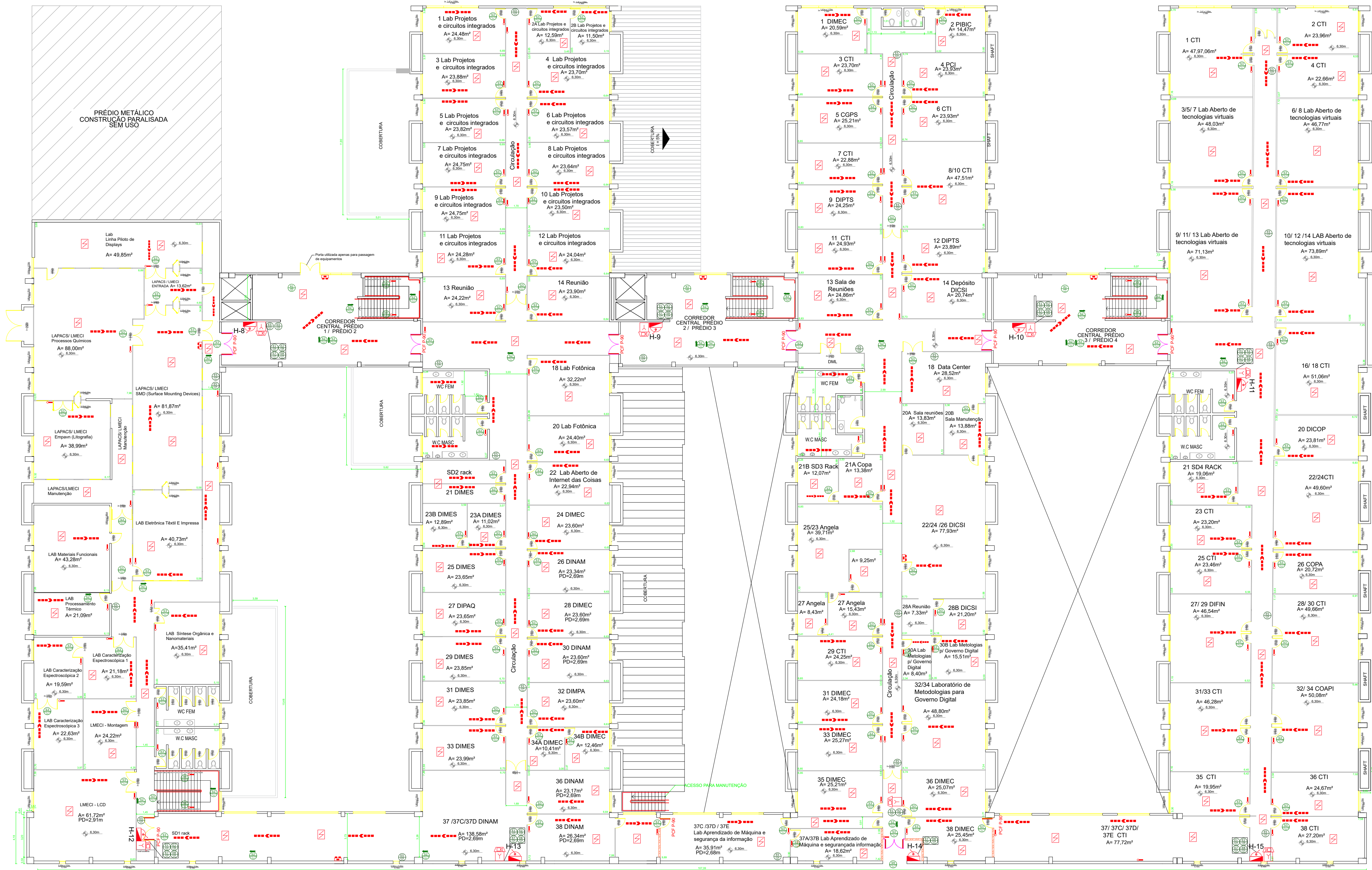
PROJETO:

ENGº ALVARO LUIZ

ENGº DAMIRES PULQUERIO

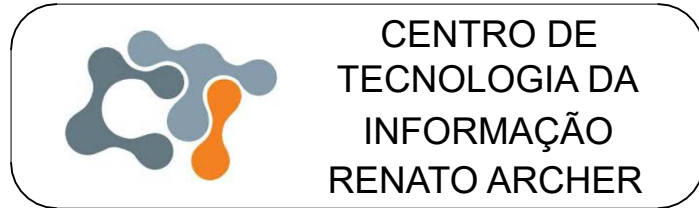
FOLHA:

3/8



SUPERIOR

SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES PORTÁTEIS POR SUPORTE DE PISO		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODAS
SISTEMA PASSIVO ABERTURAS PROTÉGIDAS		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA-CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB		
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEAM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98		
	DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO	
	PORTAS A SEREM ADEQUADAS PARA O PROJETO CONTRAINCÊNDIO	
	BARRAS ANTIPÂNICO A SEREM INSTALADAS NAS PORTAS DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA E CORTA-FOGO	




CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	
Nº ART: 28027230201862981	
PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI	
NOME FANTASIA: CTI	PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO
CNPJ: 04.822.500/0001-60	
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS	
CIDADE: SÃO PAULO	
CEP: 13.069-901	
AUTOR DO PROJETO:	
Engº Alvaro Luiz Guerni	
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho CREA SP: 5070494061	

ASSUNTO: Projeto executivo complementar	ESCALA: INDICADAS	FOLHA: 4/8
	DATA: 12/11/2020	
	PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUEIRO	




 CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

Nº ART: 2802720201562991

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO RENATO ARCHER - CTI

NOME FANTASIA: CTI PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO

CNPJ: 04.822.500/0001-60

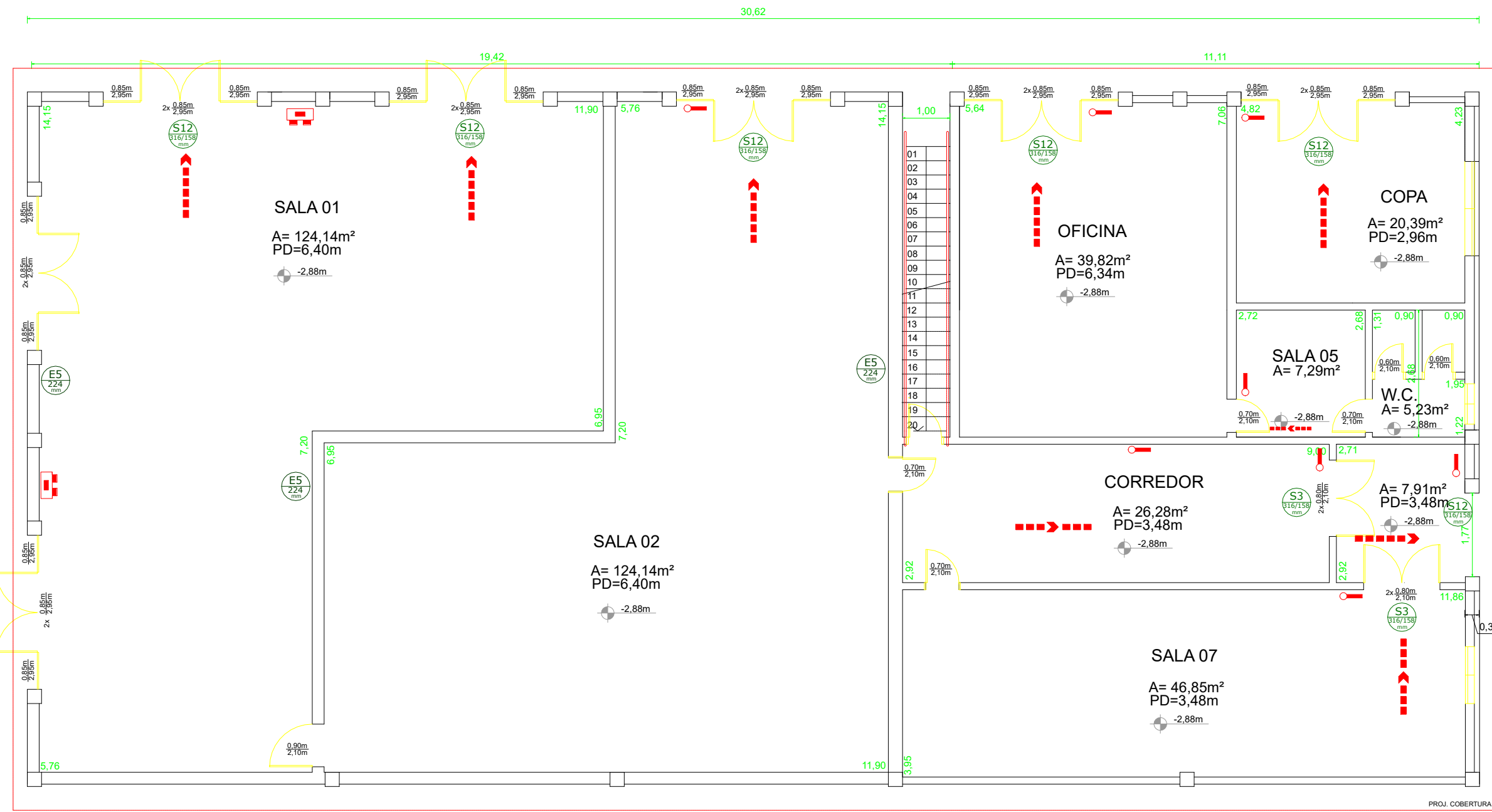
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS

CIDADE: SÃO PAULO CEP: 13.069-901

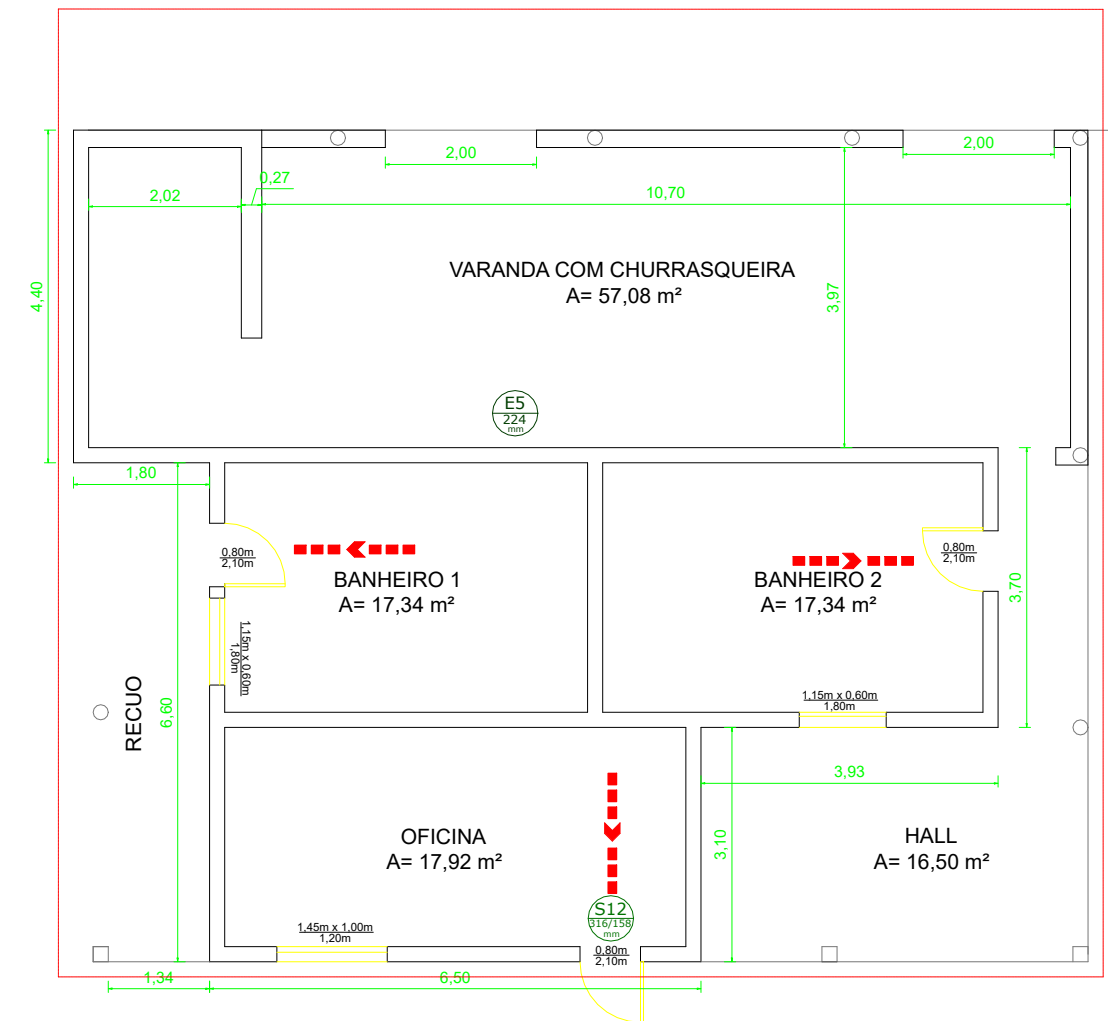
AUTOR DO PROJETO:

ALVARO LUIZ GUERINI
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho CREA SP: 5070494061

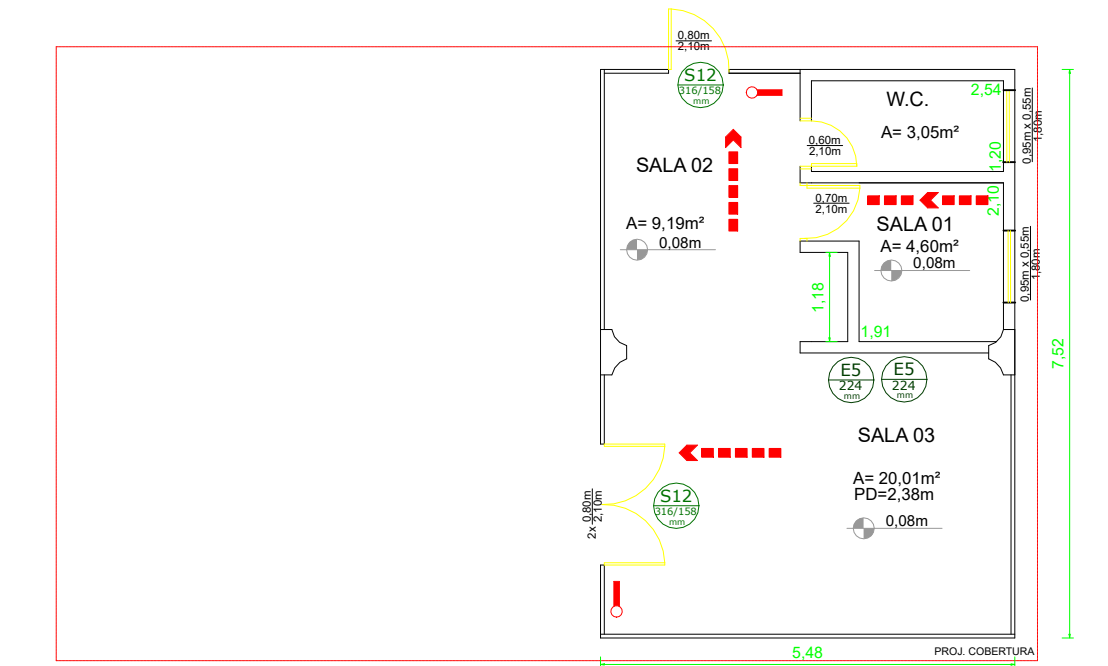
ASSUNTO: Projeto executivo complementar	ESCALA: INDICADAS	FOLHA: <div style="font-size: 2em; font-weight: bold;">5/8</div>
	DATA: 12/11/2020	
	PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUERIO	



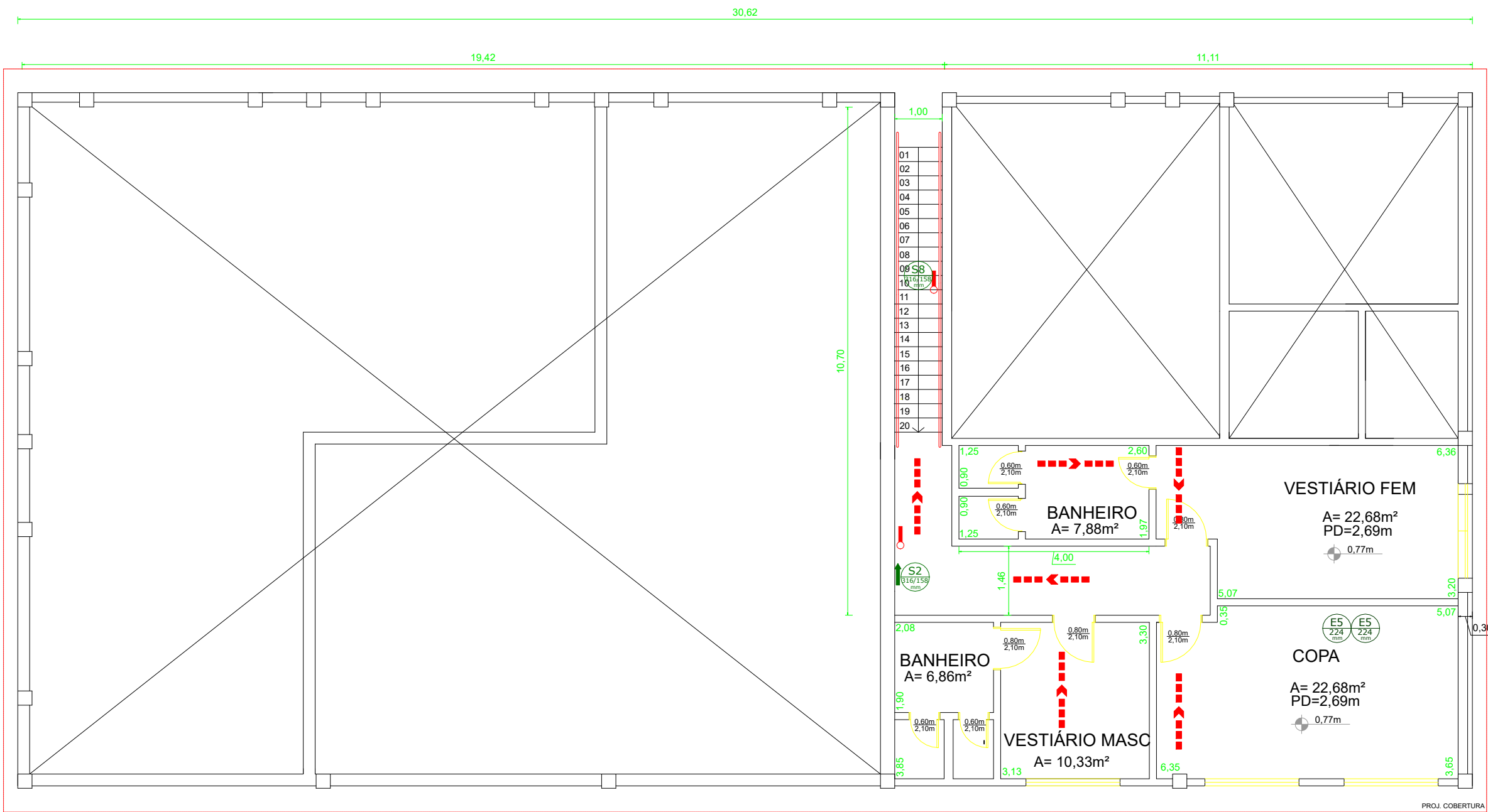
2 CASA DE MÁQUINAS TÉRREO



3 ASCTI ESPAÇO DE LAZER

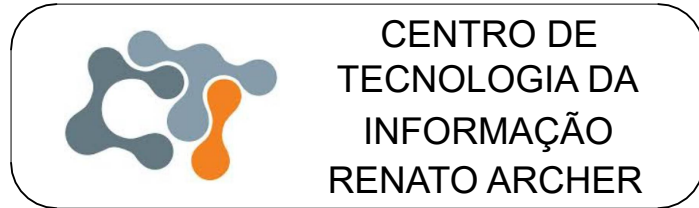


4 PORTARIA I

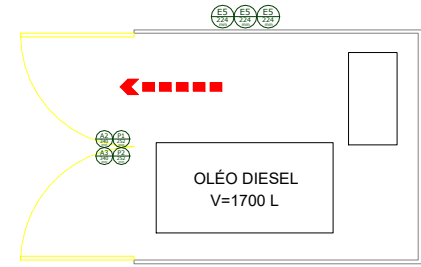
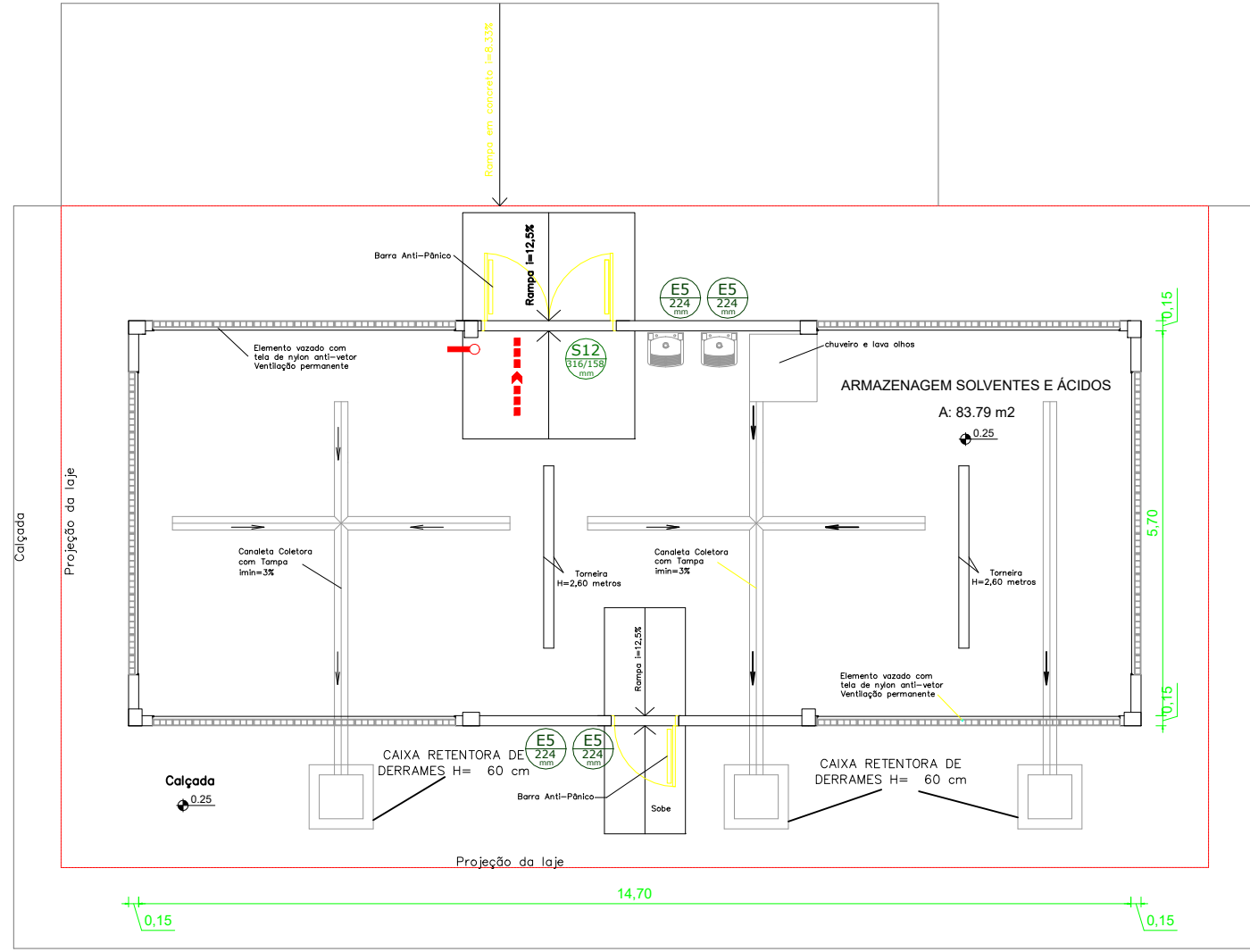
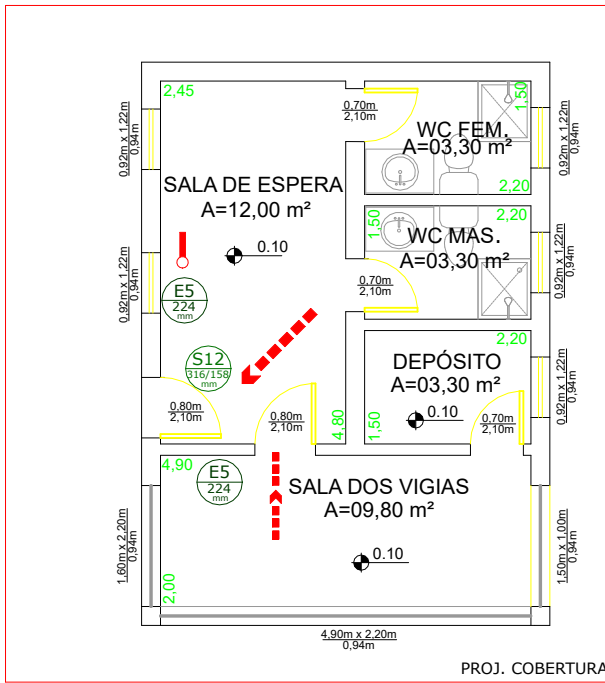
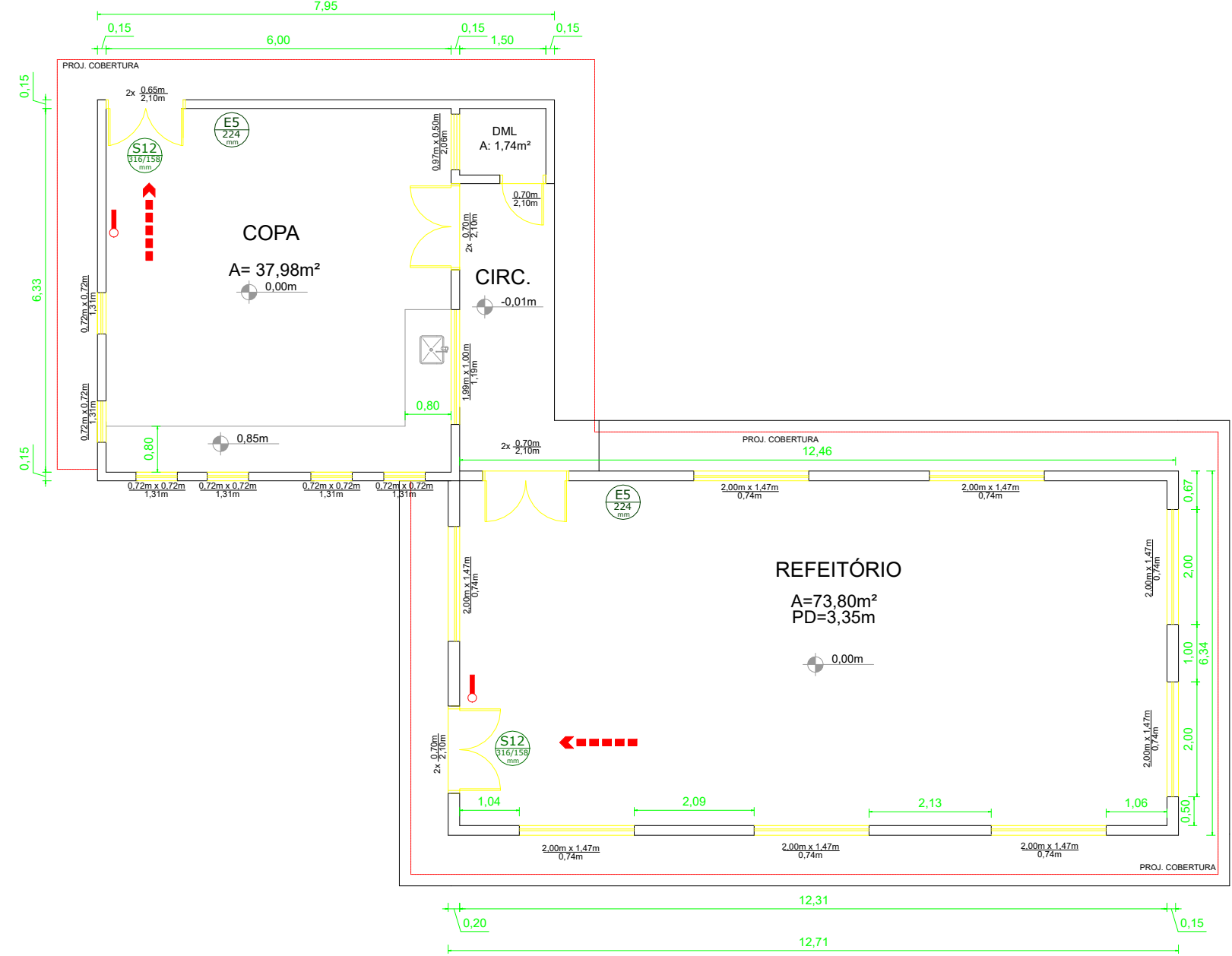
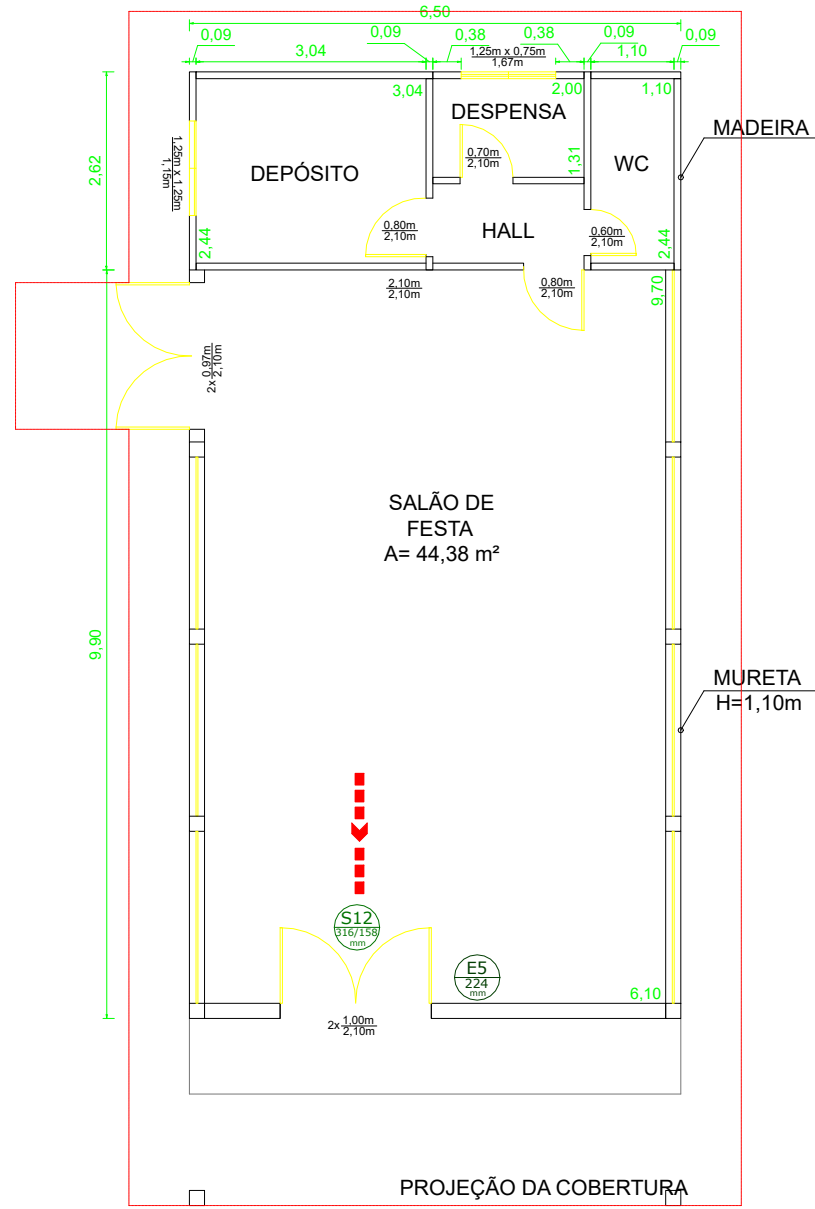
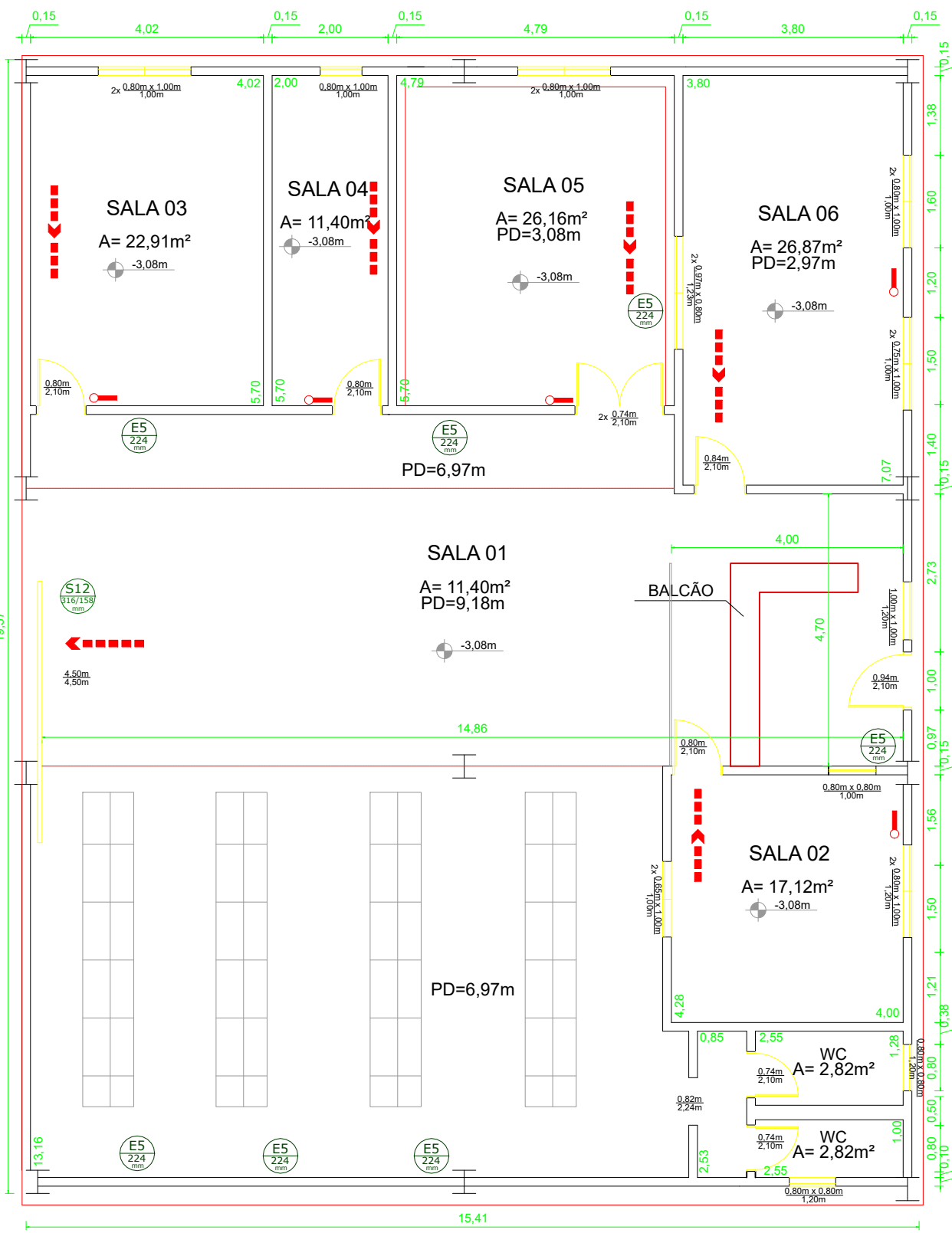


2 CASA DE MÁQUINAS SUPERIOR

SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES PORTÁTEIS SOB SUPORTE DE PISO		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODAS
SISTEMA PASSIVO ABERTURAS PROTEGIDAS		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA-CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB		
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98		
	DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO	
	PORTAS A SEREM ADEQUADAS PARA O PROJETO CONTRA-INCÊNDIO	
	BARRAS ANTIPÂNICO A SEREM INSTALADAS NAS PORTAS DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA E CORTA-FOGO	



PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO		
Nº ART: 28027230201862991		
PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO RENATO ARCHER - CTI		
NOME FANTASIA: CTI PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO		
CNPJ: 04.822.500/0001-60		
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS		
CIDADE: SÃO PAULO CEP: 13.069-901		
AUTOR DO PROJETO: ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho CREA SP: 5070494061		
ASSUNTO: Projeto executivo complementar	ESCALA: INDICADAS DATA: 12/11/2020 PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUERIO	FOLHA: 6/8



SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES EXISTENTES SOB SUPORTE DE PISO		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODAS
SISTEMA PASSIVO ABERTURAS PROTEGIDAS		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA-CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB		
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEAM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98		
	DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO	
	PORTAS A SEREM ADEQUADAS PARA O PROJETO CONTRAINCÊNDIO	
	BARRAS ANTIPÂNICO A SEREM INSTALADAS NAS PORTAS DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA E CORTA-FOGO	

5 ALMOXARIFADO

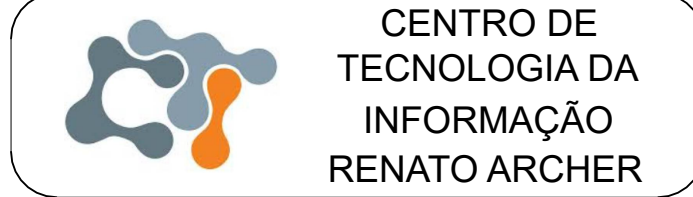
7 ASCTI SALÃO FESTA

9 COPA E REFEITÓRIO

10 TANQUE ÓLEO DIESEL

6 PORTARIA II

8 DEPÓSITO QUÍMICO



PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Nº ART: 28027330201862991

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI

NOME FANTASIA: CTI PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO

CNPJ: 04.822.500/0001-60

ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS

CIDADE: SÃO PAULO

CEP: 13.069-901

AUTOR DO PROJETO:

ALVARO LUIZ GUERINI
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho CREA SP: 5070494061

ASSUNTO: Projeto executivo complementar

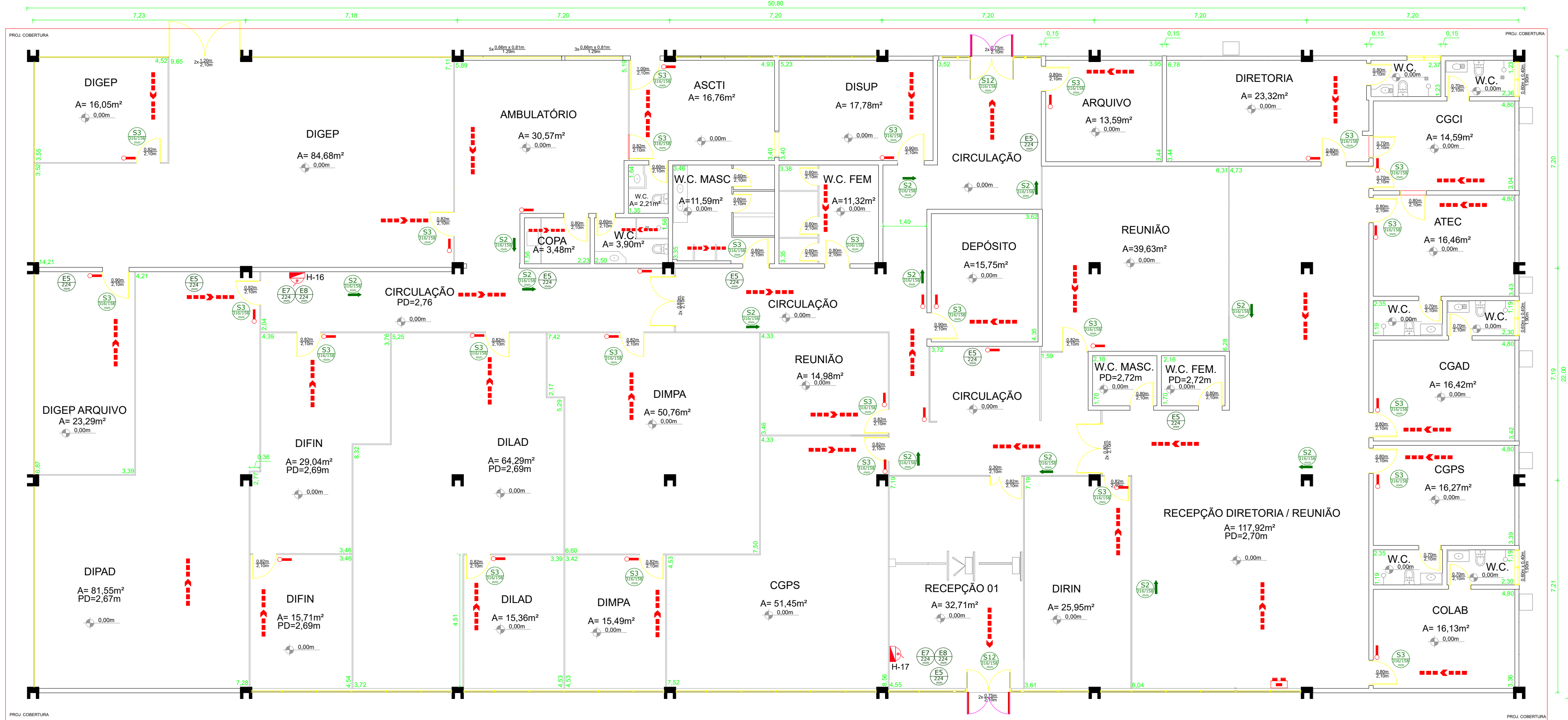
ESCALA: INDICADAS

DATA: 12/11/2020

PROJETO:
ENGº ALVARO LUIZ
ENGº DAMIRES PULQUERIO

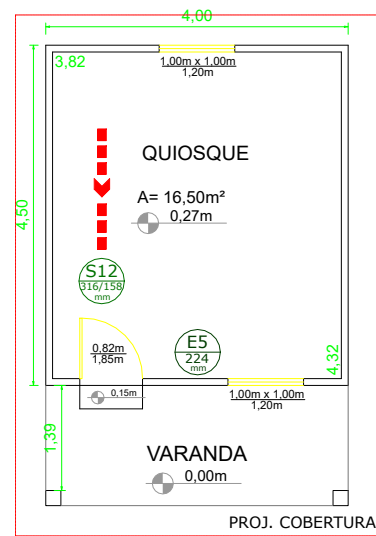
FOLHA:

7/8

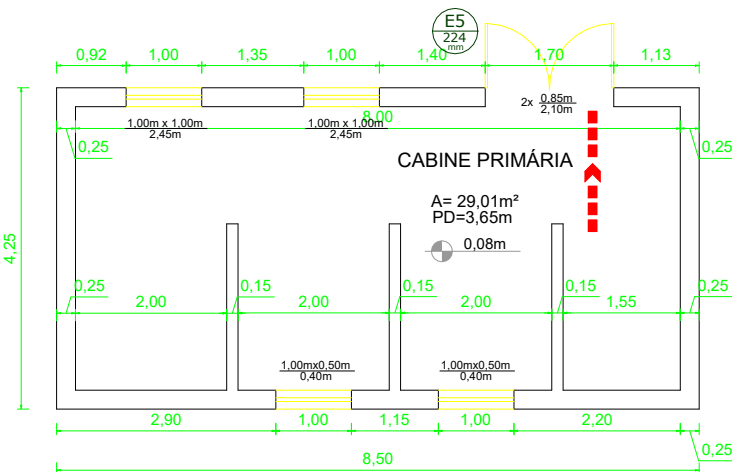


SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES PASSIVOS SOB SUPORTE DE PISO		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBREVOLADAS
SISTEMA PASSIVO ABERTURAS PROTEGIDAS		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB		
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98		
	DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO	
	PORTAS A SEREM ADEQUADAS PARA O PROJETO CONTRAINCÊNDIO	
	BARRAS ANTIPÂNICO A SEREM INSTALADAS NAS PORTAS DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA E CORTA-FOGO	

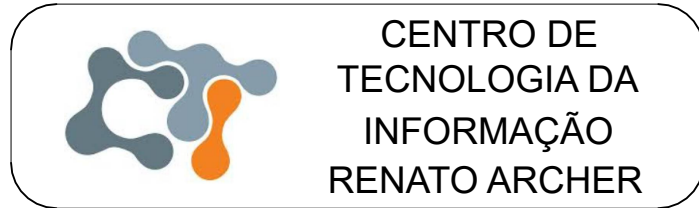
11 PRÉDIO 5



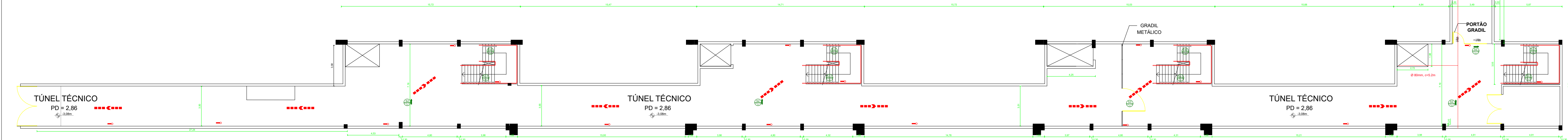
12 ASCTI QUIOSQUE





















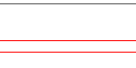


13 CABINE PRIMÁRIA




PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO		
Nº ART: 28027330201862991		
PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI		
NOME FANTASIA: CTI PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IYAMAMOTO		
CNPJ: 04.822.500/0001-60		
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS		
CIDADE: SÃO PAULO CEP: 13.069-901		
AUTOR DO PROJETO:		
ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho CREA SP: 5070494061		
ASSUNTO: Projeto executivo complementar	ESCALA: INDICADAS	FOLHA:
	DATA: 12/11/2020	8/8
	PROJETO: ENGº ALVARO LUIZ ENGº DAMIRES PULQUERIO	



TÚNEL

SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
EXTINTORES PORTÁTEIS E SUPORTE DE PISO		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODAS
SISTEMA PASSIVO ABERTURAS PROTEGIDAS		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB		
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98		
		DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO



CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Nº ART: 28027230201562991

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI

NOME FANTASIA: CTI

CNPJ: 04.822.500/0001-60

ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS

CIDADE: SÃO PAULO

AUTOR DO PROJETO:

ALVARO LUIZ GUERINI

Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho/ CREA SP: 5070494061

ASSUNTO:

Planta das tubulações e hidrantes

ESCALA: INDICADAS

DATA: 12/11/2020

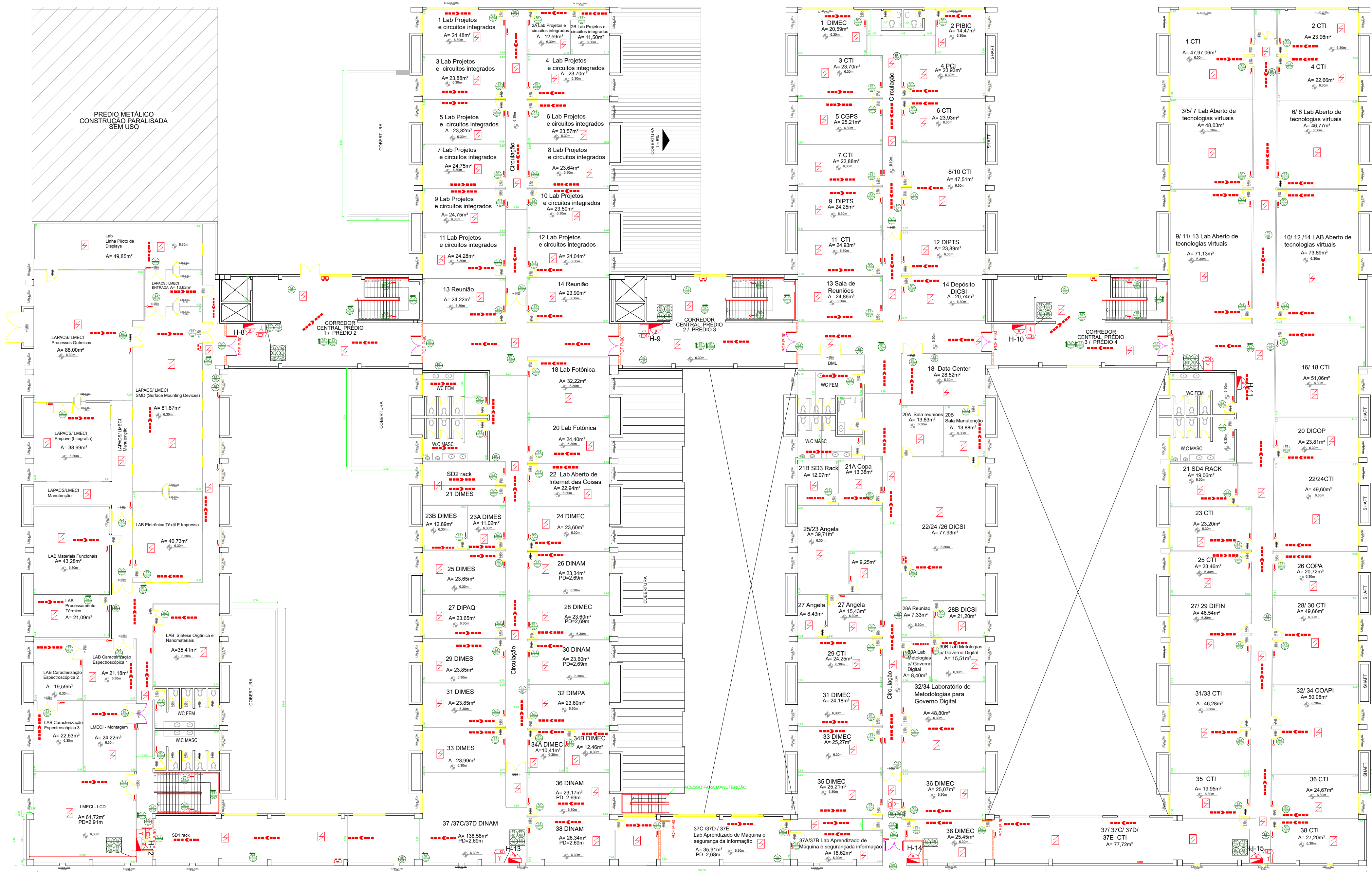
PROJETO:

ENGº ALVARO LUIZ

ENGº DAMIRES PULQUERIO

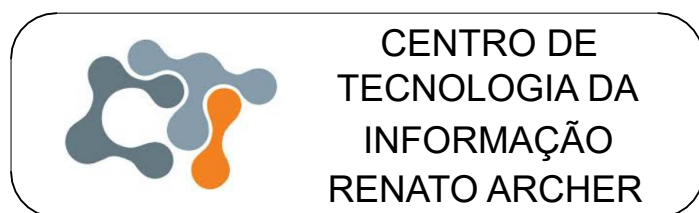
FOLHA:

1/5



SUPERIOR

SIMBOLOGIA	
SISTEMA DE ALARME E DETEÇÃO	AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
	ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETEÇÃO E ALARME
	CENTRAL DE DETEÇÃO E ALARME
	DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
	PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES	BOMBA DE INCÊNDIO
	RESERVA DE INCÊNDIO
	HIDRANTE SIMPLES
	REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
	VÁLVULA DE RETENÇÃO
	REGISTRO DE GAVETA
EXISTENTES PROTEÇÕES POR SUPORTE DE PISO	GÁS CARBÔNICO (CO2)
	PÓ QUÍMICO SECO BC
	ÁGUA PRESSURIZADA
	GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODAS
SISTEMA PASSIVO ABERTURAS PROTEGIDAS	PORTA CORTA FOGO PCF P-90
	DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
	SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA	
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB	
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98	
DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO	



CENTRO DE
TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO
RENATO ARCHER

PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Nº ART: 28027230201862991

PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI

NOME FANTASIA: CTI

PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO

CNPJ: 04.822.500/0001-60

ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS

CIDADE: SÃO PAULO

CEP: 13.069-901

AUTOR DO PROJETO:

ALVARO LUIZ GUERINI
Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho/ CREA SP: 5070494061

ASSUNTO: Planta de tubulações e hidrantes

ESCALA: INDICADAS

DATA: 12/11/2020

PROJETO:

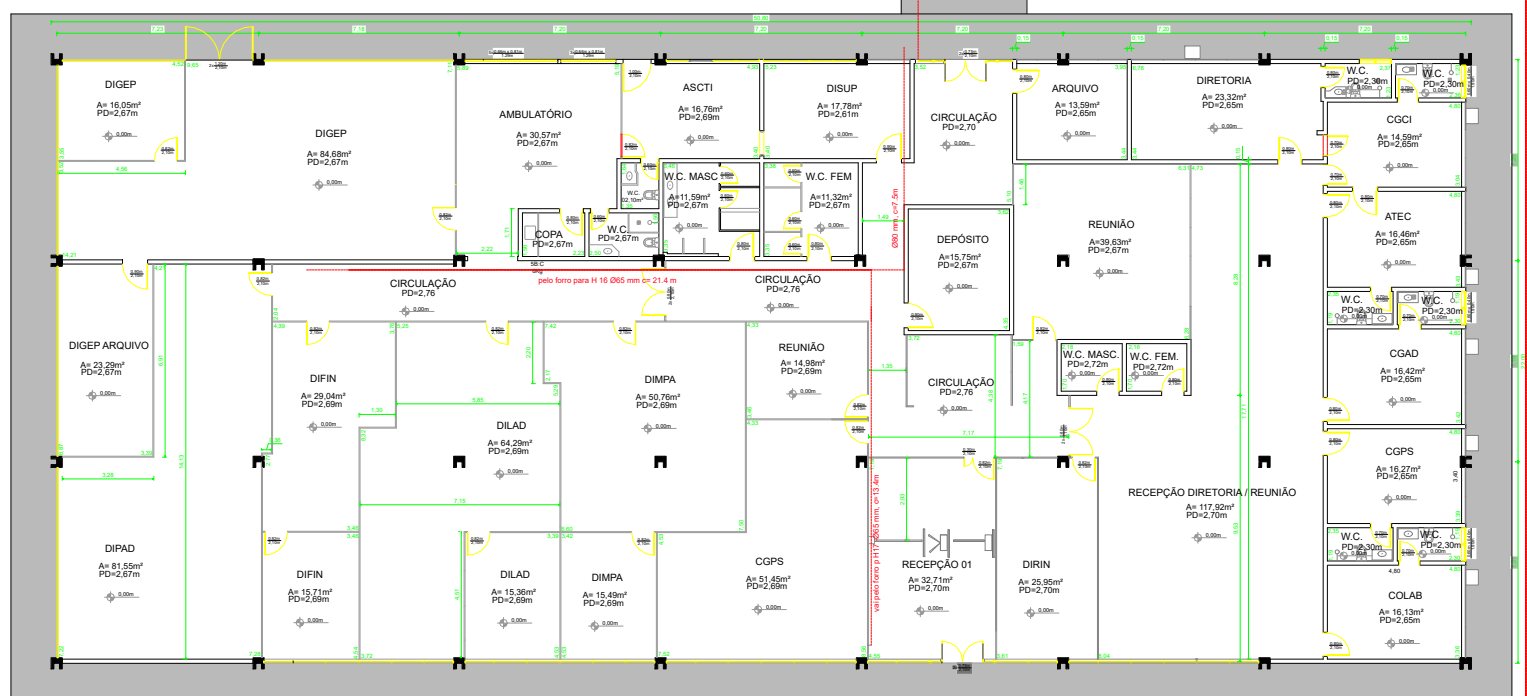
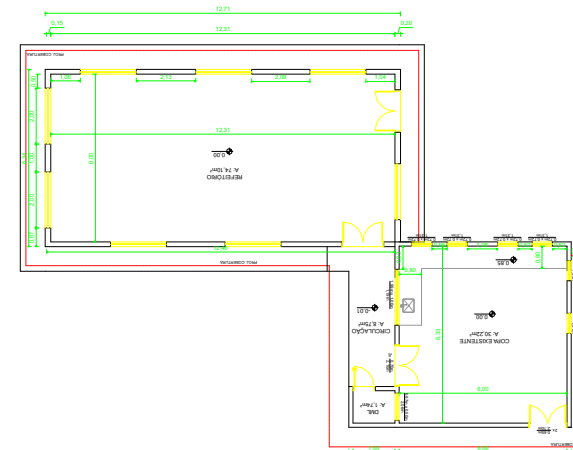
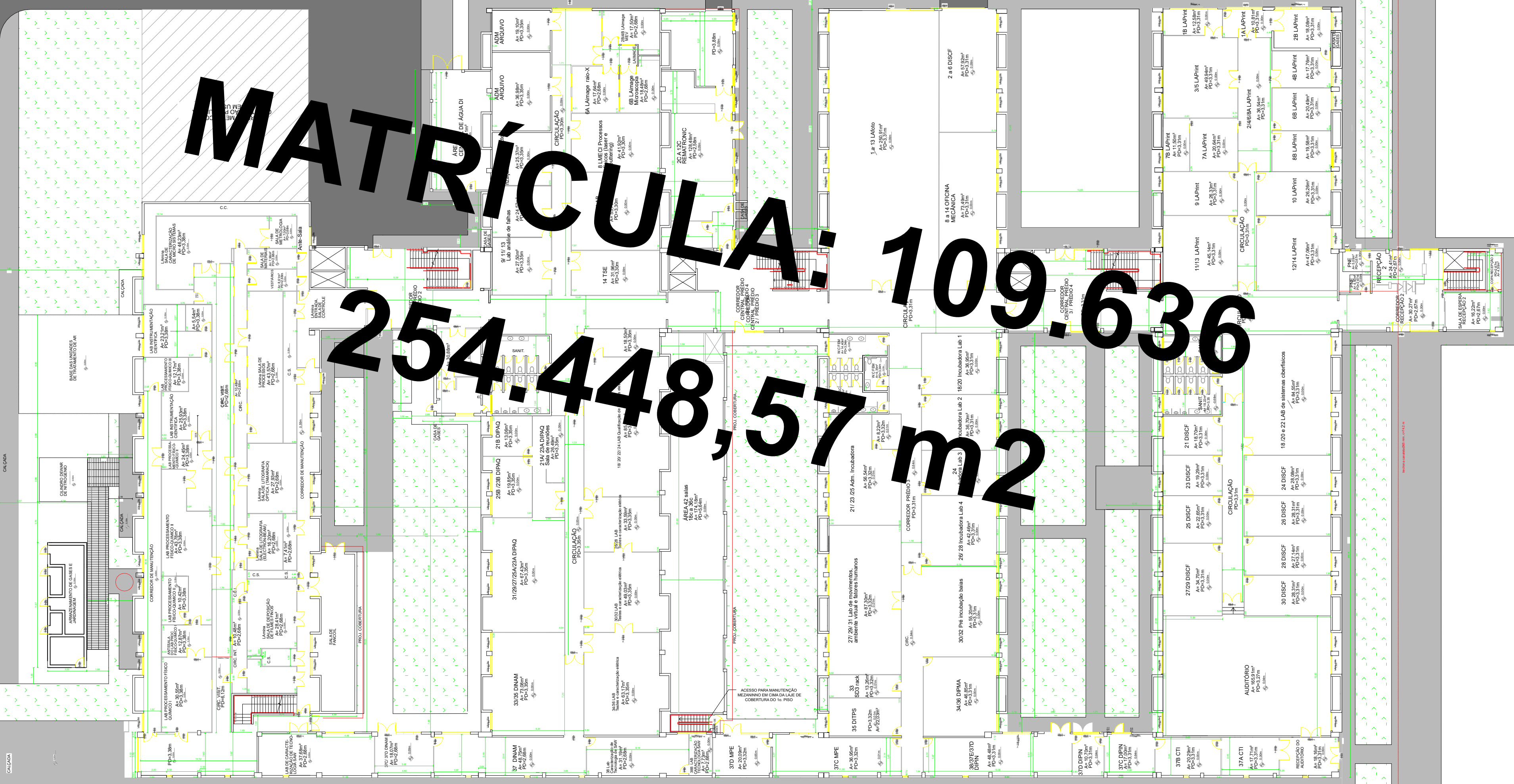
ENGº ALVARO LUIZ

ENGº DAMIRES PULQUERIO

FOLHA:

4/5

MATRÍCULA: 109.636
254.448,57 m2



SIMBOLOGIA		
SISTEMA DE ALARME E DETECÇÃO		AVISADOR SONORO TIPO SIRENE
		ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE DETECÇÃO E ALARME
		CENTRAL DE DETECÇÃO E ALARME
		DETECTOR DE FUMAÇA PONTUAL
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
		PONTO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SISTEMA DE HIDRANTES		BOMBA DE INCÊNDIO
		RESERVA DE INCÊNDIO
		HIDRANTE SIMPLES
		REGISTRO DE RECALQUE SEM VÁLVULA DE RETENÇÃO
		VÁLVULA DE RETENÇÃO
		REGISTRO DE GAVETA
EXTINTORES PORTÁTEIS SOB SUPORTE DE PISO		GÁS CARBÔNICO (CO2)
		PÓ QUÍMICO SECO BC
		ÁGUA PRESSURIZADA
		GÁS CARBÔNICO (CO2) SOBRERODAS
SISTEMA PASSIVO ABERTURAS PROTÉGIDAS		PORTA CORTA FOGO PCF P-90
		DIREÇÃO DO FLUXO DA ROTA DE FUGA
		SAÍDA FINAL DA ROTA DE FUGA
		INDICAÇÃO DE CORRIMÃO E GUARDA-CORPO CONFORME INDICADO EM PLANTA BAIXA
HAVERÁ CORRIMÃO NAS ESCADAS CONFORME NORMAS DO CB		
NOTA: OS ELETRODUTOS DE FIAÇÃO DEVEEM ATENDER DO ITEM 5.3.8.1 AO ITEM 5.3.8.5 DA NBR 9.441/98		
		DRYWALL 95MM PARA PORTAS CORTA-FOGO



PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	
Nº ART: 28027330201862951	
PROPRIETÁRIO: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI	PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL PELO USO: CRISTINA IAMAMOTO
NOME FANTASIA: CTI	
CNPJ: 04.822.500/0001-60	
ENDEREÇO: RODOVIA DOM PEDRO I KM 1436, 143, CAMPINAS	
CIDADE: SÃO PAULO	CEP: 13.069-301
AUTOR DO PROJETO:	
ALVARO LUIZ GUERINI Engº Eletricista/Engº de Segurança do Trabalho CREA SP: 5070494061	

ASSUNTO:	ESCALA: INDICADAS	FOLHA:
Planta de tubulações e hidrantes	DATA: 12/11/2020	5/5
	PROJETO:	
	ENGº ALVARO LUIZ	
	ENGº DAMIRES PULQUERIO	



EXTIN-MASTER

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

CERTIFICADO DE MANUTENÇÃO E TESTE HIDROSTÁTICO DE MANGUEIRAS DE INCÊNDIO- NBR 12779/2019

Cliente:7503 - CENTRO DE TECNOLOGIA INFORM. RENATO ARCHER - CTI

Vendedor:FÁVERO E ESTEVES EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT

Endereço:ROD. DOM PEDRO I KM 143 6, 143

Data: 22/01/2025

CNPJ: 04.822.500/0001-60

Bairro: TICC

Cidade: CAMPINAS

Relatório/OS nº:27935

UF:SP

Nº Pedido:20246141

Prox. Manut: JAN-2026

Nota Fiscal:0

Prezados senhores,

Declaramos que as mangueiras de incêndio abaixo relacionadas foram inspecionadas e/ou manutenidas conforme NBR 12779/2009 e que obtiveram aprovação / condenação de acordo com o resultado apresentado. Este certificado deve ser mantido pelo usuário até a próxima inspeção/manutenção.

DADOS GERAIS						TESTE HIDROSTÁTICO					INSPEÇÕES VISUAL E DIMENSIONAL							LOCALIZAÇÃO	
Item	Patrimonio	Identificação	Ano de Fabric.	Fabricante	Diametro (Pol)	Comprimento nominal (m)	Tipo	Pressão Ensaio(MPa)	Nº Lacre/Cert.	Data do Teste Hidrostatico	Data Prox. Teste Hidrostatico	Uniãos	Vedações	Anéis	Comprim. Luva da União (C2)	Resultado Final	Data da Inspeção	Data da Próxima Inspeção	LOCALIZAÇÃO DA MANGUEIRA
1		2212512535	2014	RESMAT	1 1/2	15,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	A	40,00	A	01/2025	07/2025	-
2		22125125424	1998	PREFLEX	1 1/2	20,00	1	1,2		01/2025	01/2026	A	A	A	30,00	A	01/2025	07/2025	-
3		22125125458	1999	SINTEX	1 1/2	25,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	S	40,00	A	01/2025	07/2025	-
4		22125125523	2014	RESMAT	1 1/2	15,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	A	40,00	A	01/2025	07/2025	-
5		22125125539	1999	SINTEX	1 1/2	25,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	S	40,00	A	01/2025	07/2025	-
6		2212512562	1999	SINTEX	1 1/2	25,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	S	40,00	A	01/2025	07/2025	-
7		22125125616	2014	RESMAT	1 1/2	15,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	A	40,00	A	01/2025	07/2025	-
8		22125125630	1999	SINTEX	1 1/2	25,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	S	40,00	A	01/2025	07/2025	-
9		2212512570	2023	UPERFLEX	1 1/2	30,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	A	40,00	A	01/2025	07/2025	-
10		22125125735	2014	RESMAT	1 1/2	15,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	A	40,00	A	01/2025	07/2025	-
11		22125125752	2014	RESMAT	1 1/2	15,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	A	40,00	A	01/2025	07/2025	-
12		22125125831	2014	RESMAT	1 1/2	15,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	A	40,00	A	01/2025	07/2025	-
13		22125125844	2014	RESMAT	1 1/2	15,00	2	1,7		01/2025	01/2026	A	A	A	40,00	A	01/2025	07/2025	-

Legenda: A (Aprovado) R (Reprovado) S (Substituído) N (Novo) C (Condenado)	
QTDE	DESCRIÇÃO DA PEÇA SUBSTITUÍDA
0	União
0	Vedação
8	Anel

CNPJ: 06.193.748/0001-34 - IE:
R Buarque de Macedo, 969 - Jardim Brasil
Campinas - SP - 13073-010
(19) 3232-1362

Anexo I-B - Teste Hidrostático (12574282) SEI 01241.000040/2025-48 / pg. 76

Pagina 1 de 2



PMS

Centro Integrado de Treinamentos;
Controle de Emergência e Prevenção de Acidentes.



Certificado

Certificamos que a empresa CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO RENATO ARCHER - CTI patrocinou para seus funcionários em anexo o curso de BRIGADA DE INCENDIO INTERMEDIARIO - FORMACAO - 08 HORAS - IT 17/2019, realizado no(s) dia(s), realizado no(s) dia(s) 28/08/2024, ministrado pela PMS - Consultoria Ambiental e Treinamentos a Emergências - Paulínia - SP, nas dependências da PMS, de acordo com o estabelecido na IT 17/2019.

Paulínia, 28 de Agosto de 2024

PMS Consultoria em Engenharia de Segurança e Ambiental Ltda.
Responsável Técnico: Paulo Manuel da Silva
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA nº: 0601710452



PMS Consultoria em Engenharia de Segurança e Ambiental Ltda.
Endereço: Avenida Viena, 1039, Bairro Cascata, Paulínia/SP - CEP: 13.146-055
CNPJ: 68.994.755/0001-92

Empresa: CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO RENATO ARCHER - CTI

ALEXIA VITORIA DE HOLANDA GRALHA

BRUNA STEFANI DE OLIVEIRA MARTINS

CRISTINA YURIKO IAMAMOTO

EDMILSON CAMPOS RODRIGUES

GIULIANO MAIOLINI

JOSE FELIPE SILVA DE ARAUJO

JULIANA KELMY MACARIO BARBOZA DAGUANO

LEONARDO MENDES RIBEIRO MACHADO

MARCIO ELIAS DE CASTRO SANT'ANA

MICHELE ODNICKI DA SILVA

PAULO ROBERTO KAIZER

PEDRO YOSHITO NORITOMI

SEBASTIAO ELEUTERIO FILHO

SERGUEI BALACHOV

WELLINGTON ROMEIRO DE MELO

Estudo Técnico Preliminar 2/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 01241.000040/2025-48

2. Descrição da necessidade

O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI é uma unidade de pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que desde 1982 atua em parceria com agentes do setor privado, da academia e do governo, para promover um ambiente propício à geração de inovações em processos e produtos, visando o fortalecimento da indústria nacional e o bem estar da população.

De acordo com a Lei nº 10.973/2004, regulamentada pelo Decreto nº 9.283/2018. Desde sua criação nos anos 80, a unidade de pesquisa está sediada em um terreno da União localizado em Campinas-SP, ocupando uma área de aproximadamente 270.000 m², com edificações que totalizam 21.858,29 m².

Descrição da Necessidade:

O Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) possui um vasto patrimônio mobiliário e imobiliário, incluindo equipamentos de alta tecnologia essenciais para a execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica. A última contratação de seguro patrimonial expirou em 09/10/2024, e a seguradora anterior não demonstrou interesse na renovação. A ausência de cobertura securitária expõe o patrimônio do CTI a riscos diversos, como incêndio, roubo, desastres naturais e outros eventos que podem causar danos significativos e comprometer a continuidade das atividades da instituição.

A contratação do serviço de seguro patrimonial é de natureza continuada, sendo essencial para garantir a proteção ininterrupta do patrimônio do CTI contra os riscos inerentes às suas atividades. A interrupção da cobertura securitária, mesmo que por um curto período, poderia expor a instituição a perdas financeiras significativas e comprometer a sua capacidade de cumprir com a sua missão institucional.

Para garantir a proteção desse patrimônio, torna-se imprescindível a contratação de um novo serviço de seguro patrimonial, conforme detalhado no histórico a seguir:

Histórico de Contratações Anteriores:

O contrato nº 340/2020, originado do Pregão Eletrônico nº 22/2020, com a Mapfre Seguros Gerais S/A, que fornecia seguro predial abrangendo diversos riscos e responsabilidade civil para o patrimônio do CTI Renato Archer, teve sua vigência encerrada em 09 de outubro de 2024. Apesar do valor anual do prêmio pago à Mapfre ser de R\$ 18.674,24 (Dezoito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), a seguradora manifestou desinteresse na renovação contratual.

Diante da necessidade de continuidade da cobertura securitária, foram realizadas diversas tentativas de obtenção de propostas alternativas junto a outras seguradoras (conforme evidenciado no documento SEI nº 12630429). Contudo, apenas a Porto Seguro apresentou proposta comercial considerada viável inicialmente (SEI nº 12630469).

Em face da ausência de outras propostas e da urgência em proteger o patrimônio do CTI, foi instruído processo de Dispensa de Licitação. A estimativa de valor para a nova contratação foi calculada com base na média entre o valor atualizado do contrato anterior (reajustado em 0,62% pelo IPCA-e/IBGE) e a proposta inicial da Porto Seguro.

A Dispensa Eletrônica nº 90026/2024 foi publicada, mas não atraiu outros interessados, indicando a dificuldade em obter propostas para este tipo de seguro. Diante disso, deu-se continuidade à instrução para contratação direta da Porto Seguro.

No entanto, durante a fase de verificação documental para a contratação direta, constatou-se a inclusão da Porto Seguro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) (SEI nº 12436231 do Processo Administrativo SEI nº 01241.000703 /2024-43), o que impossibilitou a formalização da contratação.

Após a regularização da situação da Porto Seguro no CADIN, retomou-se a instrução para a contratação direta. A Porto Seguro realizou visita técnica às instalações do CTI para avaliação dos riscos e atualização dos valores do patrimônio segurado. Com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), a seguradora estimou o custo atualizado do terreno em R\$ 59.481.215,91 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil duzentos e quinze reais e noventa e um centavos). Em decorrência dessa avaliação, a cobertura básica contratada deveria ser considerada no valor de R\$ 83.181.215,91 (oitenta e três milhões, cento e oitenta e um mil, duzentos e quinze reais e noventa e um centavos), sendo R\$ 59.481.215,91 para terreno /imóvel e R\$ 23.700,00 para bens, impactando na variação do prêmio no valor de R\$ 21.863,24 demonstrado no documento Proposta Inicial - Porto - CTI (SEI nº 12630469).

O CTI identificou que a proposta inicial apresentava um enquadramento incorreto da atividade como "escola – profissionalizantes/técnicos". Ao solicitar a correção para o enquadramento adequado ("laboratório de pesquisa/análise física/química"), a nova classificação de risco, inerente às atividades de pesquisa e análise laboratorial, resultou em um ajuste do prêmio para R\$ 135.018,99, conforme detalhado na Proposta Atualizada Porto - CTI (SEI nº 12619948)

Em razão da significativa alteração no valor do prêmio de R\$ 21.863,24 para R\$ 135.018,99, o CTI buscou informações sobre contratos similares em outras entidades públicas, visando confirmar a razoabilidade do novo valor. Foi identificada uma contratação em andamento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) para seguro patrimonial, com características semelhantes às do CTI (área construída, tipo de atividades). A análise comparativa entre os dois casos será apresentada na seção 'Soluções de Mercado', permitindo uma avaliação mais precisa do valor estimado para a contratação.

Para fins de definição do valor estimado para o novo processo licitatório, foram considerados os seguintes valores atualizados do patrimônio do CTI:

- **Valor do Imóvel (SPIUNET):** R\$ 55.050.878,07
- **RMA – Relatório Mensal Almoxarifado:** R\$ 1.662.237,20
- **RMB – Relatório de Movimentação de Bens:** R\$ 28.315.841,55
- **Valor Total do Patrimônio:** R\$ 85.028.956,82

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DILAD - Divisão de Logística e Apoio Administrativo	AUDREY ALBANÊS APPENDINO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Esta seção especifica os requisitos indispensáveis e os padrões mínimos de qualidade que o serviço de seguro patrimonial deve atender para garantir a proteção adequada do patrimônio do CTI Renato Archer e permitir a seleção da proposta mais vantajosa.

É vedada a intermediação de empresa corretora na execução de contrato de seguros adquiridos pela Administração Pública, ainda que inexistam vínculo formal direto da corretora com o órgão contratante (TCU, Acórdão nº 600/2015, Plenário, j. em 23.03.2015).

Requisitos Indispensáveis:

- **Cobertura Abrangente:** A apólice de seguro deve abranger todos os riscos identificados (incêndio, roubo, desastres naturais, etc.) e cobrir o valor total do patrimônio mobiliário e imobiliário do CTI (R\$ 85.028.956,82, conforme dados atualizados).
- **Limite Máximo de Indenização (LMI) Adequado:** Os LMIs para cada cobertura devem ser compatíveis com os valores dos bens a serem protegidos e com a probabilidade de ocorrência de sinistros.
- **Franquias Aceitáveis:** As franquias devem ser estabelecidas em valores razoáveis, que não inviabilizem o acionamento do seguro em caso de sinistro.
- **Experiência da Seguradora:** A seguradora deve possuir experiência comprovada na prestação de serviços de seguro patrimonial para órgãos públicos ou setores privados, comprovada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica ou outros documentos que demonstrem a execução de contratos similares.
- **Atendimento Emergencial:** A seguradora deve oferecer atendimento emergencial 24 horas por dia, 7 dias por semana, por meio de telefone, e-mail e outros canais de comunicação, para registro de sinistros e solicitação de serviços de assistência.
- **Agilidade na Regulação de Sinistros:** A seguradora deve apresentar um processo de regulação de sinistros ágil e eficiente, garantindo a indenização em tempo hábil para a reposição dos bens danificados.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar as alternativas possíveis de soluções para a contratação de seguro patrimonial para o CTI Renato Archer, bem como coletar informações sobre preços e condições de mercado.

Pesquisas em contratações Públicas

Conforme demonstrado no Quadro Pesquisa de Preços (SEI nº 12658097), foram realizadas diversas pesquisas no Painel de Preços, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no

Portal Compras.gov.br, em busca de contratações similares, em atendimento ao disposto no art. 5º da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021. Contudo, devido à especificidade do CTI Renato Archer (unidade de pesquisa composta por diversos laboratórios com equipamentos de alta tecnologia), não foram encontradas contratações com o mesmo nível de detalhamento e complexidade, à exceção da contratação em andamento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), cuja análise é apresentada a seguir.

Foi identificada uma contratação em andamento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) para seguro patrimonial (SEI nº 12621897). Embora o CBPF possua um valor total de patrimônio similar ao do CTI (R\$ 82.838.648,05, conforme Declaração de Valor em Risco – CBPF(12634296)) o valor do imóvel (SPIUNET) é significativamente menor(R\$ 29.477.826,04) em comparação com o CTI (R\$55.050.878,07). Além disso, o CTI possui um valor maior de bens móveis (RMA e RMB) do que o CBPF. A proposta da Porto Seguro para o CBPF é de R\$121.981,84 por ano.

Comparação do Valor em Risco do CTI e do CBPF

UNIDADE	VALOR IMÓVEL - SPIUNET	RMA – RELATÓRIO MENSAL DE ALMOXARIFADO	RMB – RELATÓRIO MOVIMENTAÇÃO DE BENS	TOTAL
CTI Renato Archer Registro SPIUNET (SEI - 12569600) Anexo - RMA Janeiro (SEI - 12622131) Anexo - RMB Janeiro (SEI - 12622137)	R\$ 55.050.878,07	R\$ 1.662.237,20	R\$ 28.315.841,55	R\$ 85.028.956,82
CBPF Declaração Valor em Risco - CBPF (SEI - 12634296)	R\$ 29.477.826,04	R\$ 60.442,50	R\$ 53.300.379,51	R\$ 82.838.648,05

Pesquisa com Seguradoras

Foram realizadas diversas tentativas de contato com seguradoras para solicitar propostas para o CTI (conforme evidenciado no documento SEI nº 12630429). Apesar dos esforços, apenas a Porto Seguro (SEI nº 12619948) apresentou proposta. A proposta da Porto Seguro é de R\$ 135.018,99 por ano.

A quantidade de fornecedores dispostos a apresentar propostas para o CTI é considerada restrita. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, como a complexidade dos riscos envolvidos, a especificidade do patrimônio a ser segurado e a exigência de experiência comprovada na prestação de serviços de seguro patrimonial para órgãos públicos ou instituições de pesquisa.

Os requisitos que limitam a participação dos fornecedores são considerados indispensáveis para garantir a proteção adequada do patrimônio do CTI e a qualidade do serviço a ser contratado. A cobertura abrangente, o LMI adequado e as franquias aceitáveis são essenciais para garantir a reposição dos bens em caso de sinistro. A experiência da seguradora é fundamental para garantir a capacidade técnica e financeira para cumprir com as obrigações contratuais.

Conclusão

Após o levantamento de mercado e a análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a única solução viável, **e comumente utilizada por órgãos públicos**, é a contratação de uma empresa seguradora para a prestação de serviços de seguro patrimonial, desde que atendidos os requisitos indispensáveis e os padrões mínimos de qualidade estabelecidos neste ETP.

Considerando que os serviços de seguro patrimonial a serem contratados são considerados serviços comuns, com ampla oferta no mercado e critérios de avaliação objetivos, a modalidade Pregão é a que melhor se alinha aos princípios da economicidade e da eficiência, garantindo a seleção da proposta que apresentar o menor preço, sem prejuízo da qualidade.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de serviços de seguro patrimonial para o CTI, abrangendo as coberturas e os requisitos especificados no item 4 da seguinte forma:

COBERTURAS	LMI	PRÊMIO LÍQUIDO	P.O.S. - PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO
INCÊNDIO, EXPLOSÃO, FUMAÇA E QUEDA DE AERONAVE	83.181.215,91	120.034,03	POS não contratada.
DANOS ELÉTRICOS	500.000,00	4.447,63	10% das indenizações com mínimo de R\$ 2.000,00.
RESPONSABILIDADE CIVIL	100.000,00	R\$ 377,69	10% das Indenizações com mínimo de R\$ 500,00.
SUBTRAÇÃO DE BENS	500.000,00	R\$ 3.597,58	20% das indenizações.

VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO	3.586.681,91	R\$ 6.059,52	10% das indenizações com mínimo de R\$1.500,00.
ANÚNCIOS LUMINOSOS	100.000,00	R\$ 292,33	10% das indenizações com mínimo de R\$1.500,00.
ALAGAMENTO	100.000,00	R\$ 6.073,45	20% das indenizações com mínimo de R\$ 5.000,00

Os valores dos LMIs foram definidos com base na importância dos bens protegidos e na probabilidade de ocorrência dos sinistros que as coberturas pretendem cobrir. Os valores das P.O. S. foram definidos de forma a equilibrar o custo do seguro e o risco a ser assumido pelo CTI.

Requisitos de Atendimento e Serviço da Seguradora:

- **Atendimento 24 Horas:** A seguradora deve oferecer atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana, para registro de sinistros e solicitação de serviços de assistência.
- **Regulação de Sinistros:** A seguradora deve realizar a regulação de sinistros de forma ágil e eficiente, seguindo os prazos e procedimentos estabelecidos na apólice.

A escolha da contratação de serviço de seguro patrimonial de forma continuada se justifica nos termos do Art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, que define serviço contínuo como 'aquele cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de manutenção ou execução seja duradoura'. A interrupção da cobertura securitária colocaria em risco a integridade do patrimônio do CTI e a continuidade de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, que são essenciais para o cumprimento de sua missão institucional e para o avanço da ciência e tecnologia no país.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- **Serviço:** Seguro patrimonial
- **Unidade de Medida:** Apólice de seguro
- **Quantidade:** 1 apólice de seguro com vigência de 12 meses, renovável por iguais períodos, até o limite máximo permitido pela legislação.
- **Justificativa:** A quantidade de 1 apólice é suficiente para cobrir todo o patrimônio do CTI durante o período de 12 meses. A renovação da apólice permitirá manter a cobertura securitária de forma contínua, garantindo a proteção do patrimônio da instituição ao longo do tempo.
- **Memória de Cálculo:** Não aplicável, pois a quantidade é fixa (1 apólice).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 135.018,99

Valor Estimado: R\$ 135.018,99 (anual)

- **1. Base de Cálculo:**

A estimativa foi realizada a partir das seguintes propostas válidas:

- **Referência 1:** Proposta da Porto Seguro direta para o CTI Renato Archer: R\$ 135.018,99
- **Referência 2:** Proposta da Porto Seguro para o CBPF (utilizada como referência de contratação similar): R\$ 121.981,84

Esta decisão fundamenta-se nos seguintes pontos:

- **Adequação ao Objeto:** O valor de R\$ 135.018,99 reflete mais acuradamente as especificidades e o perfil de risco do CTI Renato Archer em comparação com a referência similar do CBPF.
- **Disponibilidade de Propostas:** Conforme detalhado neste ETP, houve dificuldade na obtenção de múltiplas propostas direcionadas especificamente ao CTI para este objeto. Isso confere maior peso e concretude à única proposta direta recebida (R\$ 135.018,99).
- **Prudência:** Adotar a proposta direta como referência final representa uma abordagem mais prudente para garantir a suficiência de recursos para a contratação.
- **2. Análise Comparativa:**
 - Média Aritmética das Referências Válidas: $(R\$ 135.018,99 + R\$ 121.981,84) / 2 = R\$ 128.500,42$.
- **3. Justificativa para o Valor Adotado:**
 - Apesar da média aritmética indicar o valor de R\$ 128.500,42, optouse por fixar a estimativa em R\$ 135.018,99, correspondente à proposta direta da Porto Seguro para o CTI.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- **Não Parcelamento:**

A solução não será parcelada, pois a contratação de uma única apólice de seguro é mais vantajosa economicamente e garante uma cobertura abrangente para todo o patrimônio do CTI. O parcelamento da solução poderia gerar custos adicionais de administração e fiscalização, além de dificultar a coordenação das coberturas e a regulação de sinistros.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- **Não há contratações correlatas ou interdependentes.**

A contratação do seguro patrimonial é independente de outras contratações realizadas pelo CTI.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- **A presente contratação está diretamente relacionada aos seguintes objetivos estratégicos do PDU do CTI:**
 - **OE18: Promover sustentabilidade, acessibilidade e segurança de instalações:** A contratação de seguro patrimonial contribui para a manutenção de um ambiente seguro e acessível para todos os usuários do CTI, promovendo a sustentabilidade da infraestrutura e a proteção do patrimônio público.
 - **OE22: Manter e aprimorar a infraestrutura tecnológica e de suporte:** O seguro patrimonial vigente integra-se aos demais sistemas de segurança do CTI, garantindo uma infraestrutura tecnológica robusta e confiável.
- **A despesa com a contratação de seguro patrimonial está prevista no orçamento do CTI para o exercício de 2025 e está devidamente cadastrada no Plano Anual de Contratações (PAC) do CTI.**

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação do seguro patrimonial para o CTI Renato Archer proporcionará uma série de benefícios tangíveis e intangíveis, contribuindo para a proteção do patrimônio, a continuidade das atividades e o cumprimento da missão institucional. Dentre os principais benefícios, destacam-se:

1. Proteção Financeira:

- **Cobertura Abrangente contra Perdas e Danos:** O seguro patrimonial garantirá a cobertura contra perdas e danos decorrentes de eventos como incêndio, explosão, roubo, furto, vendaval, alagamento, danos elétricos e outros riscos, protegendo o patrimônio do CTI contra prejuízos financeiros significativos.
 - Exemplo: Em caso de incêndio que cause a destruição de equipamentos de laboratório, o seguro garantirá a indenização para a reposição dos equipamentos, evitando a interrupção das pesquisas e a perda de investimentos.
- **Indenização Adequada para Reposição de Bens:** Os Limites Máximos de Indenização (LMIs) definidos para cada cobertura garantirão a indenização adequada para a reposição dos bens danificados ou perdidos, permitindo a recuperação rápida das operações e a continuidade das atividades.
- **Redução do Impacto Financeiro de Sinistros:** O seguro patrimonial permitirá reduzir o impacto financeiro de sinistros, evitando a necessidade de alocação de recursos adicionais do orçamento do CTI para a reposição de bens e a recuperação das atividades.

2. Continuidade das Atividades:

- **Minimização de Interrupções nas Pesquisas e Projetos:** A cobertura securitária garantirá a minimização de interrupções nas pesquisas e projetos em andamento no CTI, permitindo a continuidade das atividades e o cumprimento dos prazos estabelecidos.
 - Exemplo: Em caso de roubo de equipamentos de informática, o seguro garantirá a reposição rápida dos equipamentos, evitando a interrupção das atividades administrativas e de pesquisa.
- **Recuperação Rápida das Operações em Caso de Sinistro:** O processo de regulação de sinistros ágil e eficiente garantirá a recuperação rápida das operações em caso de sinistro, minimizando o tempo de inatividade e os prejuízos decorrentes da interrupção das atividades.

3. Segurança e Tranquilidade:

- **Proteção do Patrimônio Público:** A contratação do seguro patrimonial demonstrará o compromisso do CTI com a proteção do patrimônio público, garantindo a sua preservação e o seu uso adequado para o cumprimento da missão institucional.
- **Fortalecimento da Imagem Institucional:** A contratação do seguro patrimonial fortalecerá a imagem institucional do CTI, demonstrando o seu compromisso com a segurança, a responsabilidade e a gestão eficiente dos recursos públicos.

4. Eficiência na Gestão de Riscos:

- **Identificação e Avaliação de Riscos:** O processo de contratação do seguro patrimonial permitirá a identificação e avaliação dos riscos a que o patrimônio do CTI está exposto, possibilitando a adoção de medidas de prevenção e mitigação.
- **Transferência de Riscos para a Seguradora:** A contratação do seguro patrimonial permitirá transferir os riscos financeiros decorrentes de sinistros para a seguradora, reduzindo a exposição do CTI a perdas inesperadas.
- **Otimização da Alocação de Recursos:** A contratação do seguro patrimonial permitirá otimizar a alocação de recursos do CTI, direcionando-os para outras áreas prioritárias, como a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação.

5. Atendimento a Requisitos Legais e Normativos:

- **Cumprimento de Normas e Regulamentos:** A contratação do seguro patrimonial garantirá o cumprimento de normas e regulamentos relacionados à proteção do patrimônio público, evitando sanções e responsabilidades para o CTI.
- **Atendimento a Recomendações de Órgãos de Controle:** A contratação do seguro patrimonial atenderá a eventuais recomendações de órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), demonstrando o compromisso do CTI com a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Conclusão:

Em suma, a contratação do seguro patrimonial para o CTI Renato Archer representa um investimento estratégico que trará inúmeros benefícios para a instituição, garantindo a proteção do patrimônio, a continuidade das atividades, a segurança dos servidores e o cumprimento da missão institucional.

13. Providências a serem Adotadas

Os itens 13 e 14 deste Estudo Técnico Preliminar descrevem o contexto, as práticas e os objetivos do CTI. As obrigações da Contratada são aquelas expressamente definidas neste Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

- **Revisão e Atualização do Plano de Gerenciamento de Riscos:** Revisar e atualizar o Plano de Gerenciamento de Riscos do CTI, identificando os riscos mais relevantes para o patrimônio da instituição e propondo medidas de prevenção e mitigação.
- **Capacitação de Servidores:** Capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual em temas relacionados a seguros patrimoniais, regulação de sinistros e gerenciamento de riscos.
- **Adequação do Ambiente da Organização:** Realizar inspeções nas instalações do CTI para identificar e corrigir possíveis falhas de segurança que possam aumentar o risco de sinistros.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- **Impactos Ambientais:** A contratação do seguro patrimonial não gera impactos ambientais diretos. No entanto, a reposição de bens danificados em caso de sinistro pode gerar resíduos e consumir recursos naturais.
- **Medidas de Tratamento ou Mitigadoras:**
 - **Priorizar a Utilização de Materiais Sustentáveis:** Em caso de reposição de bens danificados, priorizar a utilização de materiais sustentáveis e ecologicamente corretos.
 - **Destinação Adequada de Resíduos:** Destinar os resíduos gerados pela reposição de bens danificados para reciclagem ou descarte adequado, em conformidade com a legislação ambiental.
 - **Incentivar a Prevenção de Riscos:** Implementar medidas de prevenção de riscos, como a instalação de sistemas de alarme e combate a incêndio, para reduzir a probabilidade de sinistros e, consequentemente, a geração de resíduos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Nós, membros da Equipe de Planejamento designada para a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) referente à contratação de serviços de seguro patrimonial para o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), declaramos que:

1. **Análise Abrangente:** Realizamos uma análise abrangente da necessidade da contratação, considerando os riscos a que o patrimônio do CTI está exposto, as alternativas de solução disponíveis no mercado e os requisitos técnicos, econômicos e legais aplicáveis.
2. **Viabilidade Técnica:** A solução proposta, consistente na contratação de serviços de seguro patrimonial, é tecnicamente viável, pois atende às necessidades do CTI e está em conformidade com as melhores práticas do mercado.
3. **Viabilidade Econômica:** A estimativa de custos apresentada no ETP é economicamente viável, pois foi baseada em pesquisas de mercado, propostas de fornecedores e contratações similares, garantindo a obtenção do melhor custo-benefício para a Administração Pública.
4. **Alinhamento com o Planejamento:** A contratação está alinhada com o Plano Diretor da Unidade (PDU) do CTI e com o Plano Anual de Contratações (PAC), contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição.
5. **Benefícios:** A contratação trará benefícios significativos para o CTI, como a proteção do patrimônio, a garantia da continuidade das atividades e a redução de riscos financeiros.
6. **Responsabilidade:** Assumimos a responsabilidade pelas informações e análises contidas no presente ETP, atestando a sua veracidade e adequação.

Diante do exposto, declaramos a viabilidade da contratação de serviços de seguro patrimonial para o CTI, nos termos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar.

Campinas, fevereiro de 2025

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AUDREY ALBANES APPENDINO

Requisitante Responsável

PAULO RICARDO NUCCI

Responsável Técnico

MELISSA ORTEGA MANTOVANI

Equipe de apoio

CELSO PEREIRA

Agente de contratação

Contrato 2/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2025	240129-CENTRO DE TEC. DA INFORMAçAO RENATO ARCHER	CELSO PEREIRA	24/04/2025 08:48 (v 5.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		01241.000040 /2025-48

1. OBJETO

(Processo Administrativo nº 01241.000040/2025-48)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A União por intermédio do CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER - CTI, com sede na Rodovia D. Pedro I (SP 65) km 143,6 - Terminal Intermodal de Cargas - TIC - CEP 13069-901, Campinas - SP, na cidade de Campinas/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.822.500/0001-60, neste ato representado pela sua Diretora, Juliana Kelmy Macário Barboza Daguano, nomeada pela Portaria nº 340 de 20 de março de 2024, publicada no DOU de 21/03 /2024, seção 2, página 1 e em conformidade com as competências delegadas pela Portaria MCT nº 407, de 29 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2006, doravante denominado CONTRATANTE, e, inscrita no CNPJ /MF sob o nº, sediada na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por, conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01241.000040 /2025-48 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de seguro patrimonial para o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de seguro patrimonial para cobertura de riscos sobre o patrimônio mobiliário e imobiliário, incluindo incêndio, raio, explosão, danos elétricos, eventos climáticos (vendaval, furacão, ciclone, tornado e granizo), responsabilidade civil, furto/roubo, quebra de vidros, alagamento e inundação		Apólice	1		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.O Termo de Referência;
- 1.3.2.O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contado da data do início da vigência da Apólice do Seguro, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor da contratação, conforme definido no item 5.1, corresponde ao prêmio anual fixo.

6. PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *02 (dois) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *10 (dez) dias*.

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A3] ;*

8.1.11. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.7. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.8. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos

9.12. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.13. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [A4]

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Das indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue

na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 240129/00001
- II) Fonte de recursos: 0100
- III) Programa de trabalho: 19 122 0032 2000 0001
- IV) Elemento de despesa: 339039.69
- V) Plano interno: 2000000M-03

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

17. PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Campinas, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Campinas, abril de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AUDREY ALBANES APPENDINO

Equipe de apoio

PAULO RICARDO NUCCI

Equipe de apoio

CELSO PEREIRA

Agente de contratação

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER
Rodovia Dom Pedro I (SP - 65) Km 143,6, - Bairro Amarais,
CEP 13069-901, Campinas - SP - <http://www.cti.gov.br>

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*)
declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no
Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão
Eletrônico nº...../2025*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei,
pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados
durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)



Documento assinado eletronicamente por **Celso Pereira, Assistente em
Ciência e Tecnologia**, em 02/04/2025, às 08:04 (horário oficial de Brasília),
com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de
novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
12729183 e o código CRC **7FB51CBB**.

CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER
Rodovia Dom Pedro I (SP - 65) Km 143,6, - Bairro Amarais,
CEP 13069-901, Campinas - SP - <http://www.cti.gov.br>

ANEXO IV - DECLARAÇÃO PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

[Nome da Empresa], CNPJ [Número], por meio de seu representante legal, declara, para os fins do Pregão Eletrônico nº [...], que, **após a realização da vistoria prévia**, possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto da contratação, assumindo total responsabilidade por eventuais ônus decorrentes dessa opção.

Ou

[Nome da Empresa], CNPJ [Número], por meio de seu representante legal, declara, para os fins do Pregão Eletrônico nº [...], que, **tendo optado por não realizar a vistoria prévia**, possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto da contratação, assumindo total responsabilidade por eventuais ônus decorrentes dessa opção.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)



Documento assinado eletronicamente por **Celso Pereira, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 25/04/2025, às 09:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12785284** e o código CRC **9AADBE11**.